

Lucas Brasil Pereira

MODERNIDADE, MIXOFOBIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:

QUESTÕES SOBRE CIVILIDADE EM
ÁGUAS CLARAS, BRASÍLIA - DF

Lucas Brasil Pereira

MODERNIDADE, MIXOFOBIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:
questões sobre civilidade em Águas Claras, Brasília - DF



MODERNIDADE, MIXOFOBIA E A CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO:

QUESTÕES SOBRE CIVILIDADE EM ÁGUAS
CLARAS, BRASÍLIA - DF

Lucas Brasil Pereira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Luciana Saboia Fonseca Cruz

Brasília, 2016



Universidade de Brasília



faunb



Banca examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Luciana Saboia Fonseca Cruz
(Orientadora | PPG EAU/UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Lucena Velloso
(NPGAU/UFMG)

Prof^ª. Dr^ª. Elane Ribeiro Peixoto
(PPG EAU/UnB)

Prof^ª. Dr^ª. Gabriela de Souza Tenório
(PPG EAU/UnB)

Agradecimentos

A bem da verdade, não sei exatamente como deveria começar. Muitas (mesmo!) pessoas participaram de alguma forma da construção deste trabalho e me parece inevitável cometer injustiças aqui e ali ao endereçar os agradecimentos. Ainda assim, o faço nominalmente, de forma prolixa e em muitas páginas, por mais que devesse almejar ser breve. Considero ser o mais justo a fazer, ainda que possa ser enfadonho.

Primeiramente, agradeço à professora Luciana Saboia. A acolhida na FAU começou com você, que foi extremamente generosa ao me receber. Em nossa primeira conversa, você foi rígida e de uma sinceridade que a muitos assusta. Deixou claro – enfaticamente – que só aceitaria alunos compromissados, teceu comentários que desnudaram o projeto que eu lhe havia enviado e me instigou ao falar da modernidade, dos vazios e de Brasília. Naquele momento decidi que era aquilo que queria fazer.

Assim, agradeço a parceria com que trabalhamos, a cumplicidade que cultivamos e os ensinamentos que tive a sorte de colher. Minha fortuna foi grande, dada a afinidade que percebi ter com você. Agradeço também por todas as oportunidades às quais me conduziu e a grande, realmente enorme, confiança que em mim depositou durante todo esse tempo, culminando na liberdade com que tive a oportunidade de conduzir este trabalho. Agradeço também a alta estima com a qual sempre

me tratou e por todas as conversas e debates que pudemos tecer. Foi tudo muito rico, instigante e engrandecedor.

Agradeço também imensamente a Junior e Diego, cuja tarefa de fazer tudo funcionar às vezes é sabotada por nós, alunos. Agradeço, inclusive, pelo apoio para a criação da sala de estudos. Essa conquista eu e todas e todos os colegas devemos a vocês. Além da experiência que tive com vocês como colegas na Secretaria, os tenho como verdadeiros amigos. Obrigado por toda a paciência, dedicação, disposição e atenção.

Agradeço à professora Emília Stenzel, pela enorme generosidade e disposição que a tornou responsável por fazer chegar às mãos da professora Luciana minha monografia, tendo daí surgido a primeira convergência que me levou ao PPG-FAU. Obrigado também pelos bons debates e pela confiança durante os anos de IAB.

Às professoras Rita Velloso, Gabriela Tenório e Elane Peixoto, agradeço imensamente por aceitarem participar da banca de defesa deste trabalho. A oportunidade de discuti-lo com vocês é algo que considero muito valioso.

Diversas foram as professoras, professores e colegas que participaram desse processo. Tenha sido em aulas, em conversas com café em algum canto da UnB (ou fora dela) ou em parcerias, tive a oportunidade de conviver e compartilhar ideias com grandes mestres, companheiras e companheiros, que tão bem me receberam no campo da Arquitetura e do Urbanismo. Não à toa, generosidade é a palavra – que aqui se tornou repetitiva, mas impossível de não o ser – que encontrei para mais

justamente adjectiva-los.

À professora Carolina Pescatori, agradeço a amizade, a paciência e a atenção com que comigo discutiu constante e longamente questões da cidade, sempre de maneira muito generosa e instigante.

À professora Elane Peixoto, agradeço pelas sugestões de leitura, pelos debates em aula, pelas críticas tecidas a este trabalho e por todas as conversas sempre muito cheias de perspicácia, sensibilidade e generosidade.

À professora Gabriela Tenório, agradeço também pela generosidade com que se dispôs a discutir comigo o espaço público e seus usos, por todas as sugestões e pela imensa atenção e disponibilidade com que aceitou debater e criticar as ideias deste trabalho.

À professora Ana Elisabete, agradeço pelas conversas ao longo desses anos e principalmente pela confiança que em mim depositou em vários momentos: particularmente ao me convidar para atuar com a questão do patrimônio na prática docente e ao dar carta branca para a realização de dois excelentes eventos de extensão quando era coordenadora do LabeUrbe, a saber: “Urbanismo Transnacional” e “Noite e Cidade”.

Ao professor Rodrigo de Faria, agradeço também pela generosidade e atenção com as quais me recebeu em sua disciplina como aluno especial e com formação em outra área. Ali, ainda tateando, estabeleci meu primeiro contato com a história e as teorias do urbanismo. Considero-a um ponto de clivagem em minha formação.

Ao professor Eduardo Rossetti, que também se tornou um amigo, agradeço pelas diversas conversas, conselhos e orientações sempre bem-humoradas, fraternais e motivadoras, além da disposição em escutar as lamúrias do percurso de um pós-graduando.

À professora Sylvia Ficher e ao professor Pedro Paulo Palazzo, agradeço pelas orientações e construtivas críticas ao longo da disciplina de Seminário em Arquitetura e Urbanismo. Diversos apontamentos do primeiro e do segundo capítulo deste trabalho surgiram daquelas discussões.

Aos professores Ricardo Trevisan, Flaviana Lira, Daniel Sant’Ana, Benny Schvasberg, Maria Fernanda Derntl, Frederico Flósculo, Caio Frederico e Jaime de Almeida, agradeço pelas conversas – poucas ou muitas, curtas ou longas – que compartilhamos durante esse período, além da confiança em mim depositada em diferentes circunstâncias e por diferentes razões – tenha sido em função de realização de monitoria, debate em alguma das Jornadas, prática docente, ativismo social, diálogo em corredor, organização de atividade de extensão ou auxílio no secretariado de evento.

A alguns colegas gostaria de tecer agradecimentos especiais.

Agradeço à Sued, pelas parcerias sólidas e proíferas que construímos (e publicamos), pela ajuda na diagramação deste trabalho, pela fraterna amizade e pelas trocas de revisões, ideias e comentários – a reciprocidade “pitaqueira” que tivemos foi muito construtiva.

Agradeço ao Paulo por me conduzir pelas ruas de Águas Claras, por compartilhar impressões, me recepcionar em sua casa e até ajudar a distribuir questionários. Obrigado também pela forte amizade, pelas longas conversas sobre arquitetura, urbanismo e todo o universo que corresponde a esse vasto campo, e pela cumplicidade em projetos outros que em breve sairão (espero) do forno.

Ao Pedro, agradeço as longas conversas sobre sociologia, história, filosofia, cidade, arquitetura, geografia, urbanismo e sobre o universo, a vida e outras coisas também – por que não, né? Elas foram sempre instigantes e nunca rasas. Obrigado pela amizade sólida e pelos sempre fraternos encontros.

Ao Marcelo (AKA Galo), também tenho muito o que agradecer. Parceiro de reflexões, de produção acadêmica, de viagem para o ENANPUR, de sala de aula e do que mais pintasse. Obrigado pela confiança e por ter se tornado esse querido amigo que de vez em quando me tira da zona de conforto com suas ideias, percepções e descobertas. Sua visão de mundo muitas vezes me instiga.

À Raquel, que distante está, meu muito obrigado pela ajuda ao fotografar Águas Claras, pelas várias discussões sobre uma infinidade de temas, pela motivação e pela espontânea e divertida amizade que pudemos cultivar ao som de um belo sotaque.

Ao Pablo, também distante, agradeço pela parceria no engajamento, pela amizade, pelos sempre pertinentes questionamentos de mundo e pela contagiante visão poética com a qual enxerga a vida.

Agradeço ao Leandro pela amizade e pelas conversas maduras, seja quando o tema eram questões afeitas à carreira, seja quando tratavam de arquitetura e urbanismo. Agradeço também os pitacos trocados ao discutirmos nossos trabalhos.

Ao Cris, pela amizade sincera e espontânea, por toda a confiança, pelo companheirismo nas mais diversas circunstâncias, pelas conversas, oportunidades de luta e engajamento e por ser um exemplo na participação voluntária e cidadã. Obrigado!

À Karol, agradeço a parceria ao longo da pesquisa, incluindo as idas a Águas Claras e as ideias trocadas. Muito obrigado também pelos mapas e ilustrações confeccionadas, eles foram essenciais.

Aos meus colegas da pós-graduação, agradeço ao Ferreira, Júlio César, Camilla e Tiago pelas conversas e parcerias que desenvolvemos no NEHS e fora dele. Agradeço também aos meus colegas de orientação: Celma, Sued, Octávio, Liz, Giselle Moll e Ana Flávia, pelos diálogos que tivemos ao longo desse tempo. A todas minhas outras amigas e amigos que fiz ao longo desse período nos corredores ou salas de aula do PPG-FAU: Marina, Sylvio, Jayme, Derli, Cecília, Denise, Isadora, Leonardo, muito obrigado pelo apoio, pelas boas conversas e pelos bons momentos.

Aos amigos e amigas do IAB-DF e do Urbanistas por Brasília, agradeço as ótimas oportunidades de discussão, de engajamento e, principalmente, a generosidade com que receberam esse outsider no universo de vocês. Cris, Fred, Zé, Romina, Laila, Betha, Klely, Célio, Mateus, Breno, Paulo, Manu, Joana, Filipe, Tiago e Flávio: muito obrigado a todas e

todos. Em grande medida, vocês fizeram parte desse percurso.

Agradeço também à CAPES, pela bolsa que viabilizou esse trabalho, ao DPP e ao PPG-FAU, pelo apoio à participação em eventos e à publicação de trabalhos.

À minha família, agradeço o constante apoio. A meus pais, que em todo momento incentivaram e deram suporte a esse percurso. Não há, em realidade, como devidamente agradecer-los. Em particular, à minha mãe, pela inspiração dos constantes diálogos sobre o campo da arquitetura e do urbanismo, e ao Thiago, por espontaneamente ter se lembrado de minha monografia e tê-la feito chegar à professora Emília.

À Flávia, meu amor, agradeço a inabalável amizade, o companheirismo, a cumplicidade e, claro, a insistente chatice e preocupação que muitas vezes são responsáveis por me fazer ambicionar a superação de obstáculos mais desafiadores. Seu apoio e parceria foram (e são) fundamentais e compartilhar esse processo com você foi excepcional. Muito obrigado.

R esumo

Cidade e modernidade têm origem convergente. Com recíproca influência, transformaram-se mutuamente ao longo dos tempos. Sob a aca-chapante ex-pansão do capitalismo, agravaram-se as lógicas modernas e modificou-se a própria materialidade urbana, gerando novas dinâmicas e fenômenos citadinos que impactaram a civilidade – o ato fundamental da convivência urbana no qual a diferença e o estranho são respeitados sem que sejam invadidos. Da mesma forma, a própria configuração do fenômeno do espaço público, essên-cia da cidade, foi impactado.

À luz dessa discussão, esta dissertação tem por objetivo investigar com-pleen-sivamente a configuração dos espaços públicos – entendidos como fenômenos a partir da ocorrência da civilidade – no bairro de Águas Claras, Brasília – DF. Águas Claras é também considerada no seu significado relacional para com o projeto do Plano Piloto de Brasília e as considerações do Movimento Moder-no a respeito do urbanismo e da cidade. O projeto do bairro surge de inspira-ção na crítica aos preceitos dos modernistas.

A pergunta a ser respondida era: como um bairro planejado sob a in-tencionali-dade de valorização da urbanidade e do uso do domínio pú-blico tem tido seus espaços públicos configurados a partir da relação de seus edifícios, elementos urbanísticos e moradores com a civilidade?

Para responder essa questão, optou-se pela realização de um conjunto de procedimentos de pesquisa qualitativos e quantitativos a fim de me-lhor apreender os processos sob observação e o espaço social da região. A partir desse materi-al, foi discutida a realidade observada à luz do arcabouço teórico relativo à modernidade e à cidade, construindo um entendimento compreensivo da rea-lidade investigada.

Palavras-chave: espaço público, modernidade, civilidade, Águas Claras, mixofobia, Brasília.

A *bstract*

City and modernity have a convergent origin. Its reciprocal influence transformed each other over time. Under the overwhelming expansion of capitalism, the modern logic has been amplified and has changed the very urban materiality, creating new dynamics and urbanites phenomena that have impacted civility - the fundamental act of urban life, in which the different and the unfamiliar are respected without being invaded. Similarly, the very phenomenon of the configuration of the public space, the very essence of the city, was affected.

In light of this discussion, this dissertation aims to investigate comprehensively the configuration of public spaces – understood as phenomena arising from the occurrence of civility – in the neighbourhood of “Águas Claras”, in Brasília - DF. Águas Claras is also analysed in a relational meaning towards the design of the Pilot Plan of Brasília and the considerations of the Modern Movement regarding urban planning and city. The Águas Claras’ design is inspired by the criticism of modernists’ assumptions.

Hence, the main question to be answered was: how a planned neighbourhood, with the intentional exaltation of urbanity and the public domain use, has configured its public spaces from the relations between its buildings, urban elements and residents with civility?

To answer this, a set of qualitative and quantitative research procedures were carried out in order to better grasp the processes under observation and the social space of the region. From this material, the reality observed under the perspective of modernity and city’s theoretical framework was discussed, building a comprehensive understanding of the investigated reality.

Keywords: public space, modernity, civility, Águas Claras, mixophobia, Brasília.

Résumé

La ville et la modernité ont un'origine convergent. Avec un influence réciproque, ils se sont transformé un au l'autre au fil du temps. Sous l'écrasante expansion du capitalisme, la logique moderne est aggravé et a changé la matérialité du milieu urbain, en créant de nouvelles dynamiques et phénomènes citadins qui ont impacté la civilité - l'acte fondamental de la vie urbaine dans laquelle la dif-férence et l'étranger sont respectés sans être envahi. De même façon, le phénomène de la configuration de l'espace public, l'essence de la ville, a été modifié.

À la lumière de cette discussion, cette dissertation vise à étudier, d'une façon compréhensif, la configuration des espaces publics - compris comme des phénomènes de l'apparition de la civilité - dans le quartier des "Águas Claras", Brasília - DF. "Águas Claras" est également considéré dans un sens relationnel vers le projet du Plan Pilote de la ville de Brasília et les considérations du Mouvement Moderne en matière de planification urbaine et de la ville. Le projet du quartier vient de l'inspiration de la critique des préceptes modernistes.

La question posée était: comme un quartier prévu dans la valorisation intentionnel de l'urbanité et de l'utilisation du domaine public a eu ses espaces publics configurés à partir de la relation entre ses bâtiments, éléments urbains et les résidents avec la civilité?

Pour répondre à cette question, a été utilisé un ensemble des procédures des recherches qualitatives et quantitatives afin de mieux saisir les processus sous observation et l'espace social de la région. De cette matière, la réalité observée à la lumière du cadre théorique sur la modernité et la ville a été discuté, en élaborant une compréhension de la réalité étudiée.

Mots-clés: espace public, modernité, civilité, Águas Claras, mixophobie, Brasília.

Lista de siglas

CIAM	Congrès Internationaux d'Architecture Moderne
Codeplan	Companhia de Planejamento de Brasília
DF	Distrito Federal
GDF	Governo do Distrito Federal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JK	Juscelino Kubitschek
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
ONU	Organização das Nações Unidas
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios
PDL	Plano Diretor Local
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PEOT	Plano Estrutural de Organização Territorial
POUSO	Plano de Ocupação e Uso do Solo
RA	Região Administrativa
SAE	Secretaria de Governo para Assuntos Estratégicos

Lista de figuras

Figura 01	Croquis de Lucio Costa demonstrando a concepção do Plano Piloto de Brasília.	108
Figura 02	Esboço do projeto do Plano Piloto de Brasília apresentado no concurso.	108
Figura 03	Nas imagens acima as áreas pretas representam sólidos (edifícios, construções), enquanto as áreas brancas representam vazios, áreas livres (ruas, parques, etc). Da esquerda para a direita estão representadas as cidades de: Parma; Superquadras 208 e 108 de Brasília; centro de São Paulo.	113
Figura 04	Croquis do setor residencial e adjacências no projeto do Plano Piloto de Brasília.	115
Figura 05	De cima para baixo: Ilustrações da Ville Contemporaine, Plan Voisin e Ville Radieuse.	118
Figura 06	Superquadras do Plano Piloto de Brasília e o Eixo Rodoviário.	123
Figura 07	Esboço do projeto do Plano Piloto de Brasília. No sentido vertical, o Eixo Monumental (leste-oeste); no sentido horizontal, o Eixo Rodoviário, em arco (sul-norte).	125
Figura 08	Mapa contendo as divisões das Regiões	128

	Administrativas do Distrito Federal.					
Figura 09	Taguatinga no ano de 1984.	131		Figura 21	Ao fundo, edifícios em Águas Claras. Em primeiro plano, lote vazio utilizado como estacionamento.	169
Figura 10	Ceilândia no ano de 1972.	134		Figura 22	Parte norte do bairro de Águas Claras visto a partir do outro lado (parte sul) da linha do metrô.	172
Figura 11	Foto de área do bairro Sudoeste (RA XXII)	135		Figura 23	Pessoa diante de empena cega na Avenida Araucárias em Águas Claras.	174
Figura 12	Vista aérea de Vicente Pires, área que sofreu parcelamento irregular e foi ocupada por diversos condomínios.	137		Figura 24	Avenida da Araucárias: uma das duas principais avenidas de Águas Claras. À esquerda: empenas cegas (em geral garagens não-enterradas) e muros ladeiam a calçada. À direita: fachada do Shopping Águas Claras.	176
Figura 13:	Croqui de estudo de locação para Águas Claras produzido pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1991).	151		Figura 25	Fotografias feitas em Águas Claras. À esquerda: mulher caminha com seu cachorro em calçada estreita ladeada por grade. À direita: câmara e holofote vigiam a calçada ao lado do edifício cercado.	179
Figura 14	Mapa indicando as linhas do metrô construídas e a localização de Águas Claras.	152		Figura 26	Mapa apontando a localização dos setores da RA XX e da ADE.	192
Figura 15	Mapa indicando a localização definitiva (atual) de Águas Claras.	154		Figura 27	Mapa de Águas Claras destacando principais elementos do percurso inicialmente programado para a realização da pesquisa. Pelas cores, nota-se: em bege, as principais praças no percurso; em vermelho, a estação de metrô Águas Claras; em azul, o Shopping Águas Claras; em verde, o Parque Águas Claras; em cinza, o percurso selecionado.	194
Figura 16	Zoneamento proposto para Águas Claras pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992)	163				
Figura 17	Croqui de Águas Claras elaborado pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992)	164				
Figura 18	Croqui de Águas Claras elaborado pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992)	165				
Figura 19	Croqui de Águas Claras elaborado pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992)	165				
Figura 20	<i>Outdoor</i> com propaganda da implantação de Águas Claras.	167				

Figura 28	Atividades dos responsáveis por domicílio em Águas Claras Vertical.	199		
Figura 29	Classes de renda em salários mínimos (SM) no setor Águas Claras Vertical.	201		
Figura 30	Estudantes que frequentam escolas públicas ou particulares (que habitam o setor Águas Claras Vertical).	203		
Figura 31	Número de indivíduos que utilizam somente transporte público; transporte público e particular; ou somente transporte particular.	204		
Figura 32	Região Administrativa na qual trabalham os habitantes de Águas Claras Vertical.	205		
Figura 33	Distribuição da população de Águas Claras Vertical por setor de atividade remunerada.	207		
Figura 34	Parcela da população de Águas Claras Vertical beneficiada por algum programa de benefício social ou transferência de renda.	209		
Figura 35	Declaração de cor da população de Águas Claras Vertical.	210		
Figura 36	Número de indivíduos que responderam gostar ou não de Águas Claras em uma escala de 0 a 10.	211		
Figura 37	Número de indivíduos que afirmaram usar ou não as praças ou áreas públicas próximas de suas quadras residenciais.	213		
Figura 38	Percentual de indivíduos que responderam ao questionário aplicado na pesquisa respondendo se costumam se deslocar ou não	215		
				a pé em Águas Claras.
Figura 39	No ponto de fuga da fotografia, no fim da calçada, o segurança do edifício.	220		
Figura 40	Postes no meio da estreita calçada dificultam o deslocamento na Avenida Castanheiras.	222		
Figura 41	Trilho do metrô afundado e cercado corta o bairro ao meio.	223		
Figura 42	Trilho do metrô afundado e cercado corta o bairro ao meio.	224		
Figura 43	Empena cega ladeia passeio na Avenida Castanheiras.	227		
Figura 44	Muito comuns em Águas Claras, empenas cegas e muros ladeiam calçadas, traduzindo um ambiente hostil e desinteressante – e de desinteresse – para o pedestre.	228		
Figura 45	Muro e cerca se somam, acumulando altura em relação à área pública enquanto ladeiam a calçada estreita. No alto, um holofote voltado para a rua.	230		
Figura 46	Mais uma situação na qual a interface público-privada se reduz à relação entre os muros e as empenas com a área pública.	231		
Figura 47	Ilustração representando a intensidade dos fluxos nas praças adjacentes à estação Águas Claras em diferentes horários do dia.	233		
Figura 48	Grande fluxo de pessoas desembarcando na estação Águas Claras pela manhã (entre 8h-8:30h)	235		

Figura 49	Comércio informal e/ou ambulante funcionando nas praças adjacentes à estação e em suas proximidades.	237	Figura 62	Da esquerda para a direita: exemplo de ocupação da orla do Lago Paranoá por particulares; entrada do Pontão do Lago Sul.	275
Figura 50	Vista da praça e da estação Águas Claras e partir de um ângulo lateral.	239	Figura 63	Da esquerda para a direita: roda de capoeira e transeuntes; jovens andando com skates; transeuntes nas proximidades do Museu Nacional.	276
Figura 51	O que os moradores das quadras 205 e 206 mais gostam em seus condomínios.	242			
Figura 52	Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical.	245			
Figura 53	Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical.	247			
Figura 54	Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical.	249			
Figura 55	Fotografias da Praça Tuim, Quadra 206.	251			
Figura 56	Fotografia panorâmica da Praça Jandaia, Quadra 205.	252			
Figura 57	Ilustração da Quadra 205 – Praça Jandaia.	256			
Figura 58	Ilustração da Quadra 206 – Praça Tuim.	258			
Figura 59	Praças Jandaia (205) como com o anfiteatro e a fonte (à esquerda) e hoje (à direita).	261			
Figura 60	Discussão acerca da presença de foodtrucks na quadra 105 (praça Bem-te-Vi).	263			
Figura 61	Discussão acerca da necessidade de câmeras de vigilância na praça da quadra 105 (praça Bem-te-Vi).	265			

Sumário

I	Agradecimentos
VIII	Resumo
X	Abstract
XII	Resumè
XIV	Lista de Siglas
XX	Lista de Figuras
01	Introdução
18	1. Modernidade, Espaço Público e a questão da Civilidade
20	1.1 Modernidade: sentidos do termo
30	1.1.1 Caráter programático da modernidade
34	1.1.2 Pontos de clivagem e lógicas modernas
41	1.2 Modernização e a questão do capitalismo: individualização, racionalização e diferenciação
49	1.3 Antes sólida, hoje fuida: a modernidade líquida
59	1.4 Cidade e modernidade: reciprocidade na construção da mixofobia
70	1.4.1 Espaço social e modernidade: conformação de lógicas de julgamento
75	1.5 Espaço Público e civilidade: a cidade
87	1.6 Encontrando o espaço público: cinco condições

98	2. Dos projetos modernos aos enclaves
99	2.1 O Plano Piloto de Brasília: discurso e sentido
106	2.1.1. O Projeto do Plano Piloto de Brasília
126	2.2. Brasília: cidade dispersa e fragmentada desde o início
138	2.3 Elementos da crítica aos princípios do Movimento Moderno e a Brasília
146	2.4 O Projeto Águas Claras: razões de seu surgimento
156	2.5 Águas Claras: elementos do projeto urbanístico e intencionalidades
168	2.6 O bairro de Águas Claras e sua materialidade hoje
180	3. Águas Claras: observando o espaço público
181	3.1 Investigar compreensivamente: notas metodológicas e procedimentos de pesquisa
191	3.2 O recorte: Águas Claras Vertical
197	3.2.1 Inferindo o espaço social de Águas Claras Vertical
217	3.2.2 Percurso: invasões à indiferença do passante
225	3.2.3 Empenas e muros: interfaces público-privado
232	3.2.4 Praças adjacentes à Estação Águas Claras: lógicas pendulares
240	3.2.5 Condomínios: expansões dos processos de mixofobia
250	3.2.6 Praça Tuim e Jandaia: os usos e os muros invisíveis

268	4. Encontrando o espaço público
280	Referências bibliográficas
290	Anexos:
291	Anexo 01
298	Anexo 02

I

ntrodução

O que proponho nas páginas que se seguem é uma reconsideração da condição humana do ponto de vista privilegiado de nossas mais novas experiências e nossos temores mais recentes. É óbvio que isso é um assunto do pensamento, e a ausência de pensamento [thoughtlessness] – a despreocupação negligente, a confusão desesperada ou a repetição complacente de “verdades” que se tornaram triviais e vazias – parece-me ser uma das mais notáveis características do nosso tempo. O que proponho, portanto, é muito simples: trata-se apenas de pensar o que estamos fazendo.

- Hannah Arendt, 1958, em “A condição humana”

Ao questionar e discutir o mundo no qual estamos inseridos, o que são as atividades humanas e como se distinguem entre si, a filósofa Hannah Arendt apresenta a reflexão citada na introdução de seu livro¹. O que estamos fazendo? A ampla pergunta – e talvez também por isso tão inquietante –, permite perscrutá-la em busca de aspectos mais específicos no âmbito da modernidade. O que estamos fazendo de quê? O que estamos fazendo com o quê? Afinal, sabe-se que os *façeres* habitam a diversidade do alcance das ações humanas nas mais diversas dimensões que se pode mencionar.

Para maior precisão é necessário alterar a pergunta, tornando-a mais adequada à questão investigada aqui: o que estamos fazendo com nossas *cidades*? A liberdade tomada para levantar essa indagação vem de um dado muito conhecido: cada vez mais o mundo se torna urbano. Cada vez mais as cidades concentram parcelas enormes da população global. Hoje, talvez poucas coisas possam competir em imanência da condição humana quanto uma outra condição: a *condição urbana*².

Porém, as transformações em curso nas cidades desde a segunda metade do século XX conformam um conjunto novo e particular de mudanças, alterando paisagens e, de forma mais profunda, a própria maneira como a cidade pode ser entendida como tal e como se pode vivenciá-la.

¹ (Arendt, 2010) – A condição humana.

² Título do livro do filósofo e antropólogo francês Olivier Mongin. Na referida obra, discute aspectos e dimensões importantes das cidades e da vida urbana.

Enclaves espalharam-se em centros urbanos de todo planeta, definindo uma lógica homogeneizante e de forte impacto na vida urbana, na civilidade e na proliferação de uma perspectiva que assume o risco de se estar na rua como grande demais ou desnecessário e tomado por um discurso idílico, mas à distância. Nesse esteio, ainda na segunda metade desse mesmo século e, desde então, em larga expansão, quase como resposta – ou consequência – dos moldes modernos, um conjunto de edifícios e modelos urbanos, como *shoppings* e *gated communities*³ – aqui genericamente endereçados como enclaves –, se espalhou pelo mundo e hoje pode ser facilmente encontrado em diversos países. Também apoiados em um discurso de um novo modo de vida urbano, essas estruturas arquitetônicas e urbanísticas rapidamente difundiram-se, não encontrando empecilhos sequer culturais ao se instalarem em países diversos, tais como China, Bulgária, África do Sul, Estados Unidos, Reino Unido,

³ No Brasil as *gated communities* são, em geral, conhecidas como “condomínios residenciais fechados”, expressão que passará a ser utilizada como padrão neste trabalho. Os condomínios residenciais fechados caracterizam-se como áreas habitacionais cercadas e de acesso exclusivo dos proprietários. Em geral possuem sistema sofisticado de vigilância, serviços de segurança e rituais próprios de controle para entrada e saída. Costumam abrigar não apenas residências, mas uma gama de serviços, espaços e atividades que comumente seriam encontradas nas ruas das cidades, como cinemas, parques, quadras de esporte, etc. Eles podem ser verticais, quando no caso de edifícios para habitação multifamiliar, ou horizontais, quando são compostos, ao menos em sua maior parte, por residências unifamiliares.

França, Argentina e Brasil⁴. Esses, porém, são apenas alguns exemplos de lugares nos quais esse modelo de arquitetura e, inevitavelmente, organização urbana e social, pode ser visto em diversas cidades.

Em diversas partes do Distrito Federal esses modelos se tornaram conhecidos, mas no bairro⁵ de Águas Claras⁶ eles proliferaram de forma

4 (Atkinson & Flint, 2003); (Blandy, 2007); (Caldeira, 2000); (Coy, 2004); (Stoyanov, 2004); (Webster, 2004); (Webster, 2005)

5 Conforme apontado o geógrafo Aldo Paviani, Brasília não deve ser entendida como somente o Plano Piloto. Brasília é, para todos os efeitos, o conjunto urbano inserido no Distrito Federal. Brasília é a cidade. Assim sendo, não há forma de entender as Regiões Administrativas e núcleos urbanos pelo termo “cidade”, inclusive pela própria dinâmica do Distrito Federal (Paviani, 2012); (Paviani, 2015). Além disso, Paviani também afirma que “ser sede de município, pela Carta Magna, é o requisito básico para um núcleo receber a denominação de cidade” (Paviani, 2007, p. 15), enfatizando mais uma razão pela qual essa nomenclatura é problemática. Existe um já antigo debate no qual se discute se os núcleos urbanos (Regiões Administrativas) do DF deveriam ser chamados de “cidades” ou “bairros”. Aqui optou-se pela segunda alternativa diante da interdependência e das dinâmicas que se delineiam no respectivo conjunto urbano.

6 O Governo do Distrito Federal dividiu a Região Administrativa de Águas Claras em três sub-regiões ao executar a “Pesquisa Distrital de Amostra por Domicílios” (2010/2011). Seriam elas: Arniquireiras, Areal e Águas Claras Vertical. Este projeto de dissertação tem como foco a região chamada Águas Claras Vertical, que compreende à área onde começou a ser instalado o bairro projeta-

quase exclusiva. Num projeto urbano para grande densidade populacional, Águas Claras visava preencher um hiato na malha urbana do vetor sudoeste de expansão do Distrito Federal e, ao mesmo tempo, se caracterizava desde sua encomenda pelo governo local como um bairro de classe média, média-alta. Não coincidentemente, teve crescimento acelerado e alto grau de investimentos por parte de incorporadoras, tendo sido apontada em 2007 pela revista Istoé Dinheiro como o “maior canteiro de obras da América Latina”⁷ e também, posteriormente, o “maior canteiro de obras do Brasil”⁸.

Assim, em região bastante próxima do núcleo originalmente projetado de Brasília, distando cerca de 19 km do Plano Piloto, Águas Claras chama atenção pelo valor relativo – gerado pelo Plano piloto de Brasília – e simultaneamente pela caracterização particular de sua arquitetura e urbanismo. Esse bairro – como é classificado pelo governo local e em seu projeto original – foi projetado na década de 90 sob a liderança do arquiteto e urbanista Paulo Zimbres objetivando consolidar um padrão distinto de cidade daquele projetado por Lucio Costa para o Plano Piloto – ainda que bastante influenciado por esse. Buscava ser uma resposta adequada às críticas ao Plano Piloto de Brasília desenvolvidas a

do pelo arquiteto Paulo Zimbres no início da década de 1990.

7 Editorial Economia. Revista Istoé Dinheiro, edição 524. Publicada em 10/10/2007.

8 Informação obtida no sítio da Administração Regional de Águas Claras – RA XX em 02/08/2013. Disponível em: www.aguasclaras.df.gov.br/a-regiao/aguas-claras-vertical.html

partir dos questionamentos dirigidos ao Movimento Moderno, tais como aqueles tecidos por Jane Jacobs ou, no caso mais específico, pelo antropólogo James Holston. Em 1992, lei distrital⁹ autorizou o início da implantação do bairro – que, à época, tratava-se de um sub-bairro de Taguatinga – e rapidamente as obras avançaram.

O projeto de Águas Claras pode ser apontado como uma tentativa de retomada da dita cidade tradicional, num claro contraponto ao projeto de Lucio Costa para o Plano Piloto de Brasília. Na proposta liderada por Zimbres, os principais elementos de projeto – e de discurso e argumentação da concepção do projeto – caracterizavam Águas Claras como uma área adensada, marcada pela mistura de funções e usos urbanos, que retomaria a configuração do quarteirão e de rua-corredor, que qualificaria os espaços públicos e que valorizaria o pedestre em detrimento do automóvel. Essas proposições não surgiram ao acaso, mas como resultado da construção da crítica ao modelo de projeto e de planejamento urbanos gestados pelos modernos e que estariam impregnados no projeto do Plano Piloto de Brasília criado por Lucio Costa.

Daí se percebe o valor relacional entre os dois projetos que é importante principalmente por três razões. Primeiro, pelo caráter experimental de transformação social que ambos representam. São demonstrações claras de como arquitetos e urbanistas acreditaram ser possível sintetizar anseios de um período em uma proposta urbanística a ser materializada

⁹ Lei n.º 385 de 16 de dezembro de 1992, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal em 17/12/1992.

para influenciar o conjunto social – ainda que um deles se origine, inclusive, do questionamento quanto a essa possibilidade. Em segundo, pelo fato de ambos corresponderem a planejamentos, a espaços planejados no sentido exato de projetos com desígnios específicos, com objetivos e intencionalidades. Em terceiro, o projeto de Águas Claras é, em boa medida, uma busca por refutação das premissas modernas localizada a apenas alguns quilômetros de distância do projeto urbanístico reconhecido como nada menos que “a cidade modernista”¹⁰. Em última instância, Águas Claras é, direta ou indiretamente, a depender da avaliação, fruto do Plano Piloto de Brasília. Enquanto o Plano Piloto exsuda espaços livres e verdes, cria vias de fluxo livre para os automóveis, tem seus edifícios elevados sobre *pilotis*, criando uma permeabilidade quase absoluta no nível térreo da malha urbana, fragmenta os quarteirões, tornando o tecido mais difuso ao dissolver o modelo de rua-corredor¹¹ e se caracteriza por uma separação de funções urbanas, Águas Claras foi desenvolvida sobre um discurso que pregava a suplantação de tudo isso. Ainda assim, é importante ressaltar outro aspecto, referente à realidade de ambos os casos. O Plano Piloto de Brasília não foi edificado exatamente de acordo com o discurso que seu idealizador transcreveu nas pranchas que o levaram a vencer o concurso em 1957 e tampouco se pode dizer que o desígnio com o qual o projeto foi imbuído se realizou plenamente. O mesmo vale para Águas Claras.

¹⁰ Em referência ao livro de James Holston no qual desenvolve larga crítica a Brasília. O título do livro é “Cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia”. (Holston, 1993[1989])

¹¹ (Holston, 1993[1989])

Hoje, o bairro de Águas Claras caracteriza-se por seus edifícios altos: condomínios fechados, dotados de segurança privada e grau elevado de controle e vigilância, além de amplo leque de serviços e facilidades nos seus interiores, tais como cinema, piscina, academia de ginástica, salas de estudo. São enclaves. Esses elementos, porém, não somente saíram da prancheta dos arquitetos, engenheiros e urbanistas para a realidade, mas galgaram espaço e legitimidade ao longo do tempo como parte de uma modernidade contemporânea, agravada. Águas Claras¹² é um exemplo contemporâneo dessas manifestações que desenham no mundo tangível uma lógica abstrata – mas real – que permeia o mundo social, o universo consensual e a realidade percebida.

Somadas, essas razões e características, mais do que quaisquer outras, são o que tornam esse bairro um caso *sui generis* e inevitavelmente importante quando se objetiva o estudo compreensivo das consequências desse modelo de arquitetura e urbanismo para a experiência urbana, para o espaço público e para a civilidade.

O que advém desses modelos e discursos para as cidades são resultados diversos, mas não seria possível discuti-los sem entender melhor o que é o fenômeno cidade, como aqui é entendido e qual a importância de algumas de suas características definidoras.

De acordo com relatório da Organização das Nações Unidas (ONU)

¹² Águas Claras é, atualmente, a Região Administrativa XX do Distrito Federal.

apresentado em 2014¹³, cerca de 54% da população mundial vive concentrada em áreas urbanas, as quais, em contrapartida, correspondem a apenas 3% da superfície do planeta. Ainda assim, o mundo nunca foi tão urbano. Em 1950, apenas 64 anos antes, apenas 30% da população vivia em áreas urbanas e hoje a expectativa é de que em 2050 se tenha alcançado o patamar de 66%. A América Latina, em particular, chega a ter 79% de sua população vivendo nessas áreas, sendo que no Brasil esse percentual quase alcança 90%. Como já indicou o economista Edward Glaeser, “a cidade triunfou”¹⁴.

Esse triunfo, apesar de relativo, não se deu apenas pela proliferação dessa forma de se ocupar o planeta ou pela sinergia econômica provocada pelas cidades, mas também porque elas se tornaram a localidade, ainda de acordo com Glaeser, na qual o potencial humano tem se realizado com mais plenitude. Hoje as cidades abrigam as instituições políticas e os interesses que moldam os rumos do globo. São também polos de inovação, fluxo de informações e geração de riqueza, que apesar de impulsionadas pelas conexões virtuais, ainda demandam encontros e presença física aglomerada – como nos exemplos mais marcantes do Vale do Silício ou do mercado financeiro de Wall Street. Porém, a cidade e sua vitalidade não deveriam se resumir aos aspectos econômicos e de inovação – ainda que sejam aqueles enfatizados por Glaeser, apesar de

¹³ “*World Urbanization Prospects*”, the 2014 revision.

¹⁴ Referência ao título original em inglês do livro do referido economista: “*Triumph of the City*” (Glaeser, 2011).

seu exemplo dos encontros atenienses¹⁵. Uma das características mais marcantes da vida urbana tem sido, como destacado por autores como os sociólogos Zygmunt Bauman e Yves Grafmeyer e pelo também sociólogo e historiador Richard Sennett, a experiência de encontros e de vivência que a cidade proporciona. Nelas estão os principais locais de opções de lazer, elas consolidam imaginários coletivos – possibilitando zona fértil para a comunicação e a interação –, provêm empregos, amantes, amigos e amores, memórias e, naturalizadas como estão, poucos são aqueles que conseguem se imaginar fora delas. São matéria e são fenômeno.

De volta ao princípio: escolhido com atenção, o excerto de Arendt explicita com clareza e precisão o espírito deste texto. Logo, não há engano: tentar entender a cidade é tentar entender a sociedade – e a recíproca é também verdadeira. Aqui, cidade e sociedade são entendidos, num alargamento deliberado dos conceitos, em condição *sine qua non* completamente recíproca – tanto para existir, quanto para compreender e investigar. Para os autores citados, a cidade se realiza realmente em uma espacialidade em geral chamada de “espaço público”. Aqui, trata-se de

¹⁵ Na passagem, escreve: “Atenas floresceu por causa de eventos aleatórios que depois se multiplicaram através das interações urbanas. Uma pessoa inteligente encontrou outra e produziu uma nova ideia. Essa ideia inspirou outra pessoa e, de repente, algo realmente importante havia ocorrido. A causa fundamental do sucesso ateniense pode parecer misteriosa, mas o processo é claro. As ideias se movem de pessoa para pessoa, dentro dos densos espaços urbanos, e essa troca eventualmente gera milagres da criatividade humana.” (Glaser, 2011, p. 19)

um fenômeno, não de uma descrição morfológica, e a problemática que se propôs investigar nasce daí. Afinal, como previamente dito, a materialidade e a prática urbanas vêm se transformando continuamente sob dialética própria.

Assim, apesar de diferenças entre a frequência e certos elementos que marcam cada um dos casos de condomínios fechados, *shoppings* e semelhantes edifícios e modelos têm se proliferado indiscriminadamente por todo lugar. Não é possível negar a globalidade do fenômeno e a sua pertinência como problema a ser estudado. Esse tipo de habitação demonstra o medo construído – e comercializado – ao redor da insegurança de se estar na cidade, fenômeno típico daquilo que Zygmunt Bauman chamou de “modernidade líquida”¹⁶ – com a intenção de apontar o agravamento da modernidade em seu caráter da incerteza, de risco, da transitoriedade e de crise. Esse novo “modo de viver” tornou-se comum. Esse fenômeno segue transformando a paisagem e as realidades urbanas, fomentando o surgimento de zonas de fronteira na cidade, fragmentando-a, fortalecendo uma lógica de apropriação reticular¹⁷, além de intensificar a mixofobia. Somados, esses fatores levam

¹⁶ (Bauman, 2001)

¹⁷ A apropriação reticular é aquela apropriação que se dá em rede. Nesse sentido, significa que os indivíduos se apropriam apenas pontualmente da cidade, num processo que desvaloriza e desmancha o percurso, os encontros ocasionais e tem como mote, na maioria das vezes, apenas o fim do caminho e a concretização de um objetivo específico, evitando a relação pessoal com a rua e espaços adjacentes.

a um gradual abandono de áreas públicas de convívio e sociabilidade, essenciais à *realização* da cidade.

A mixofobia, porém, merece destaque particular, visto que parece ser um dos principais componentes dessa lógica que se reproduz no âmbito das cidades. De acordo com Bauman¹⁸, a mixofobia é o medo de se estar junto a estranhos, de encontra-los e ter que com eles interagir ou conviver de alguma forma, mesmo que a mais sutil. Trata-se do receio em lidar com a diferença e o desconhecido. É, em grande medida, o “medo de misturar-se” (Bauman, 2009, p. 43). Em uma sociedade marcada por elevados índices de violência e por aguda desigualdade socioeconômica, esse sentimento se amplia e, apropriado pelo mercado como componente de um produto a ser comercializado, se retroalimenta em cada muro que se ergue na cidade, reproduzindo ciclicamente a lógica do risco e da política do medo cotidiano.

Em casos extremos, núcleos quase autossuficientes são erigidos de forma autônoma, como ilhas, no âmbito ou proximidade da cidade, num claro *apartheid* socioeconômico. A arquitetura e o urbanismo aqui são, para todos os efeitos, entendidos como causa e consequência, acompanhando o processo de produção e reprodução capitalista. Assim, não são sintomas, mas uma dinâmica que se desenvolve e ganha materialidade nas práticas a olhos nus, alimentando a dissolução da esfera e do espaço públicos – em particular por meio do definhamento da civilidade.

18 (Bauman, 2001)

Boa parte da literatura especializada, ao tratar de cidade, urbano e espaço público, é bastante clara e pessimista: o espaço público está sendo cerceado e isso torna nossas cidades piores – elas perdem o seu sentido de cidade, na mais grave das hipóteses. As razões são diversas e vão do aumento substancial da quantidade de condomínios residenciais fechados e *shoppings*, lógicas urbanísticas e arquitetônicas próprias do capitalismo contemporâneo e diversas de suas consequências¹⁹, até explicações com abordagens antropológicas que descrevem a emergência de “não-lugares”²⁰ e seus impactos. De toda forma, há de se enfatizar que são processos sempre vinculados ao agravamento da modernidade.

O que vale enfatizar é que a própria civilidade é possível – e ao ser construída, também constrói – devido à existência e à possibilidade de compartilhamento dos espaços públicos. Eles são as costuras principais que permitem às cidades existir e galgar suas identidades em uma esfera pública – difusa, é verdade – que apreenda e transmita seu sentido e alguma coesão. Isso ocorre, e transforma o fenômeno espaço público em dimensão tão importante exatamente porque ao ser “expressão emblemática da urbanidade, o espaço público é por excelência o que faz da cidade outra coisa que não um mosaico de bairros e um simples agregado de mundos estanques” (Grafmeyer, 1994, p. 116). Local de encontro por essência, cidades se realizam em toda sua potencialidade inerente nos pontos onde as pessoas cruzam caminhos, interagem e vivenciam, com seus atos e percepções significantes, o espaço urbanizado. Onde é

19 (Bauman, 2009)

20 (Augé, 2012)

possível *compartilhar*. É marcante, mas não surpreendente, que os espaços públicos sejam elementos centrais nesse processo, possibilitando os encontros inesperados e a vivência da alteridade. A concepção de urbano que hodiernamente é cultivada tem como característica imprescindível exatamente esses espaços comuns, que acabam agindo como uma costura entre diversos pequenos cosmos, mas traz, na realidade brasileira, uma também constante valorização da segurança e um preocupante recrudescimento de um discurso do medo.

Advêm daí a busca por controle e a tentativa de construção de preten- sas comunidades, que representam os principais aspectos consequentes de articulações das forças e lógicas da modernidade que hoje levam à proliferação dos enclaves. Mais do que afetar a imagem da cidade, afetam a própria vida urbana e implodem o espaço público. A mixofobia agrava-se a cada tranca que se gira na porta, como já apontou Zygmunt Bauman, e amplia a deterioração da civilidade. Além disso, alastram-se os espaços de consumo – aqueles nos quais a relação entre indivíduo e espaço se dá pela mediação do dinheiro num processo extremamente individualista, ainda que entre outras pessoas. A política do medo cotidiano – existencial, patrimonial e físico – é alimentada cotidianamente pelas práticas e pela materialidade urbana, trazendo pertinentemente a fundamental pergunta feita pelo sociólogo e historiador Richard Sennett: “como o estranho foi transformado em um fator ameaçador?”²¹.

²¹ Traduzido pelo autor. No original (Sennett, 1977): “how has the stranger been transformed into a threatening factor?”

Com isso em mente, optou-se por investigar o bairro de Águas Claras sob dois escopos principais, num esforço de melhor compreender como a civilidade se articula ali para a construção do espaço público. O primeiro – e o principal para a espacialização da questão proposta – se refere à sua materialidade, na qual chamam a atenção: a arquitetura e equipamentos de seus edifícios, as interfaces entre o público e o privado e a infraestrutura destinada ao pedestre e ao usuário do espaço livre, público. O segundo diz respeito a uma dimensão mais sutil, mais incerta e profundamente subjetiva, muitas vezes de difícil apreensão. São aspectos que se escolheu chamar de *intangíveis*, referentes à vida social na esfera pública, a como os indivíduos lidam com os espaços, como os *significam* e aos outros ali presentes. Para tal, é relevante a maneira como vivenciam e discursam sobre os espaços, que muitas vezes advêm dos valores e significados em seus posicionamentos relativos no espaço social compartilhado e materializado – o que quer dizer que se entende que assim como palavras e roupas comunicam, a arquitetura e equipamentos urbanos também o fazem.

Como escreveu o sociólogo português Carlos Fortuna ao tratar de culturas urbanas e espaços públicos: “se torna absolutamente inevitável construir não apenas *mais* cidade, mas também *melhor* cidade”²². Enfim, talvez a principal contribuição deste trabalho resida na possibilidade de repensar paradigmas e desnaturalizar lógicas há tanto incorporadas na relação que se tem com o espaço urbano e nas formas de planejá-lo e construí-lo. Aí reside a importância de compreender os espaços

²² (Fortuna, 2002)

INTRODUÇÃO

públicos e reconhecer seu valor para a construção de uma sociedade mais tolerante e capaz de exercer continuamente a civilidade – inclusive com potenciais consequências para o exercício democrático.

I

Modernidade, Espaço Público e a questão da Civilidade

Modernidade é o que dá ao presente a qualidade específica que o torna diferente do passado e que aponta o caminho em direção ao futuro. Modernidade é também descrita como sendo uma ruptura com a tradição, caracterizando tudo aquilo que rejeita a herança do passado.

- Hilde Heynen, 1999, em “Architecture and Modernity”¹

¹ Tradução feita pelo autor do original: “Modernity is what gives the present the specific quality that makes it different from the past and points the way toward the future. Modernity is also described as being a break with tradition,

1.1 Modernidade: sentidos do termo

Afinal, o que *é* a modernidade? Seria possível consolidar um significado simples, único, de fácil apreensão, que não leve a longos rodeios e complexas relações? Provavelmente não. Jaz no escopo deste trabalho discutir o advento da modernidade, contemplando sua relação com a cidade e a urbanização, mas não há pretensão de exaurir o conceito, de findá-lo.

Dessa maneira, aqui se tenta traçar uma síntese possível, capaz de tornar mais claro o entendimento adotado para o termo modernidade. Para isso, o primeiro ato de importância é buscar compreender melhor as origens da palavra. Começando pela etimologia, a expressão “moderno”, adjetivo de modernidade e de onde advém sua principal carga de sentido, passou por diversas transformações de significado ao longo do tempo. Conforme aponta o filósofo Danilo Marcondes, a origem da palavra que temos hoje se encontra no latim, no advérbio “*modo*”, expressando sentido de tempo². Significaria “agora mesmo”, “neste instante”, contendo a ideia de contemporaneidade. Hilde Heynen, arquiteta cuja obra se debruça sobre a relação entre a arquitetura e a

and as typifying everything that rejects the inheritance of the past.” (Heynen, 1999, p. 9)

² (Marcondes, 2006)

modernidade, segue no mesmo sentido e aponta que durante toda a Idade Média o termo moderno foi utilizado como um sinônimo para “presente”, para “agora”³.

Entretanto, é importante lembrar que o sentido que popularmente costuma ser associado ao termo se relaciona ao advérbio latino, mas tende a adquirir um aspecto de valor positivo, de algo que é desejado. Usa-se a expressão “moderno” para referir-se, muitas das vezes, a uma ideia de futuro e, se possível for dissecar um pouco mais os sentidos aí embutidos, de avanço, de progresso, de melhoria. Assim, em particular a partir do século XIX, entendido comumente sob um auspício otimista, o termo “moderno” ficou marcado por essa oposição ao que é antiquado, velho, algo muitas vezes já descartável, prescindível – acabando por revelar parte da própria natureza da modernidade em seu avanço transformador e incessante.

É possível encontrar parte da responsabilidade da origem desse significado do termo moderno tal como o conhecemos hoje nas “Querelas dos antigos e modernos”. Com repercussões profundas, esses embates entre escritores e estilos literários galgaram a consolidação do sentido de moderno e, mais que isso, ajudaram a transformar a percepção popular do mesmo, difundindo-o e debatendo-o. Estudioso da modernidade, o português Samuel Mateus indica como as querelas, fundamentalmente no século XVII e XVIII⁴, foram responsáveis pela grande clivagem – no

³ (Heynen, 1999)

⁴ As chamadas “Querelas dos antigos e modernos” não ocorreram em somen-

ocidente europeu – de sentido e julgamento dos termos “moderno” e “antigo”, ou “clássico”, para outros. Em constantes idas e vindas desde o século XII⁵, diferentes estilos literários entravam em conflito acerca de suas próprias identidades, caracterizações e importâncias. Esses conflitos chegariam ao fim e, com a prevalência dos Modernos sobre os Antigos⁶ em meados do século XVIII, a acepção progressista e positivamente valorada ganharia ainda mais espaço, assim como o próprio discurso e produção por esse grupo geradas.

Até então, o termo moderno e a própria ideia de modernização estavam marcados por um tom negativo. “Tornar algo mais contemporâneo” era visto de maneira ruim, tola, o que só passará a mudar efetivamente no início do século XIX⁷. Antes, o Clássico assumira um papel paradigmático daquilo que deveria ser almejado, tornara-se um passado exemplar e até seus elementos estéticos foram tidos como padrão desejável. A mudança de valoração foi possível pelo advento de rápidas transformações nos transportes, nas moradias, na moda, nas artes, no comportamento, na ciência que, somados, catalisaram uma visão

te um período da história do ocidente. Em vários episódios esses embates entre escritores ganharam projeção. Entretanto, é notório que o grande momento de clivagem se deu em meados do século XVII e teve sua conclusão no início do século XVIII, pavimentando caminho para as “manifestações de modernidade” de grande projeção a partir de então.

5 (Mateus, 2012)

6 (Mateus, 2012)

7 (Giddens & Sutton, 2016)

diferente, calcada na ideia de que o futuro poderia ser transformado e de que o progresso era algo a se desejar, alterando a própria relação dos indivíduos com o tempo. Em síntese, pode-se dizer que não houve um único fator capaz de transformar o sentido do termo, mas uma convergência de ações e acontecimentos que, somados no tempo, um no esteio do outro, participaram da mudança que deu sentido à ideia e ao significado de “moderno” e, não coincidentemente, ao que se entenderia como modernidade.

É importante saber que, mesmo que seus primeiros traços comecem a ser vislumbrados já no século XVI, a modernidade se tornará um fenômeno mais marcante e cada vez mais acelerado a partir do início do século XVIII, particularmente alimentada pela revolução industrial e por um cada vez mais rápido processo de urbanização. É a partir de então que ficará ainda mais evidente a relação intrínseca entre a modernidade, a cidade e os fenômenos urbanos em geral. De maneira simples, é então que se passa a ter um delineamento mais claro do que irá compor o quadro de referências definidoras do tempo, o *zeitgeist*.

Expressão alemã que quer dizer, literalmente, “espírito do tempo”, a ideia de um *zeitgeist* representa a possibilidade de caracterizar transversalmente os fenômenos que marcam determinados períodos. Mais do que uma metáfora, ela leva a considerar que há elementos que percorrem a história do ocidente e possibilitam melhor compreender épocas inteiras, suas clivagens, reviravoltas, características, transformações e contradições. A ideia de modernidade, conceito muito caro à discussão da questão urbana, auxilia nesse sentido na medida em que participa da caracterização desse tempo. Permite perscrutar o “espírito” desse

tempo – período – e tentar extrair dele informações que ajudem na intenção de melhor compreender os fenômenos que o marcam ou marcaram. Conforme escreveu Benjamin ao discutir o conceito de modernidade e a obra de Baudelaire: “a modernidade caracteriza uma época; caracteriza simultaneamente a força que age nesta época” (Benjamin, 2000[1955, 1967], p. 17). Nesse sentido, a própria modernidade marca o que seria esse *zeitgeist*. Trata-se, então, de ter mais clareza do que é esse *zeitgeist* que marca as contemporâneas questões urbanas.

Afinal, se há a modernidade, há algo que dela distingue e que manifesta o espírito de um outro tempo, tempo no qual não havia a modernidade. Como nas previamente citadas Querelas, a modernidade existe em oposição àquilo que ficou definido como “tradição”, um conjunto de valores e práticas que aos poucos, sob as forças modernizadoras e sob as pressões da lógica capitalista, foi se desmantelando, perdendo força e sendo sobrepujado. Isso não significa que desapareceu, mas que seu enfraquecimento no que tange à capacidade de reger a vida dos indivíduos chegou a um patamar de considerável irrelevância em muitos casos. Vale ressaltar de forma sintética algumas das principais características da tradição, visando tornar compreensível o que se aponta neste texto como elementos mais marcantes da transição para a modernidade.

O sociólogo inglês Anthony Giddens, em explicação na qual se utiliza da ideia de “tempo reversível” do antropólogo Claude Lévi-Strauss, aponta que:

A tradição reflete um modo distinto de estruturação da temporalidade (que também tem implicações di-

retas para a ação através do espaço). A noção de Lévi-Strauss de “tempo reversível” é central ao entendimento da temporalidade das crenças e atividades tradicionais. O tempo reversível é a temporalidade da repetição e é governado pela lógica da repetição – o passado é um meio de organizar o futuro. (Giddens, 1991, p. 117)

De forma ainda mais simplificada: trata-se da possibilidade de repetir o passado como estratégia de controlar o futuro. No contexto da tradição, a existência era vista num processo cíclico e repetitivo. Isso acontecia no desempenho das mais diversas ações e estava introjetado nas narrativas de mundo, nas autoridades, nas instituições e também na religião. Era também comum e difundido que as explicações dos mais variados acontecimentos assumissem caráter teológico ou mitológico e retirassem o ser humano do centro da narrativa do mundo e de suas explicações, incorporando nesse processo a natureza – ainda que com um caráter muitas das vezes divino, mítico ou encantado – ou a própria religião como protagonista dos destinos e dos acontecimentos. Não havia a noção de “progresso” e pouco se esperava em termos de mudanças ou transformações mais profundas. A lógica que organizava a existência galgava segurança na crença de que o futuro estava exatamente no passado que se repetiria. Tratava-se de um “mundo encantado”, no qual o sobrenatural e o divino lidavam com o desconhecido e davam sentido ao real.

Na modernidade a relação com o tempo e com a compreensão do funcionamento do mundo são diferentes. Como escreveu o sociólogo e

urbanista francês François Ascher:

Pode-se dizer, inclusive, que o que diferencia as sociedades modernas de outras é o fato de a mudança ser o seu princípio essencial. Na verdade, muitas outras sociedades passaram e passam por transformações, têm história; mas não se organizam necessariamente tendo como núcleo central de sua dinâmica de funcionamento a mudança, o progresso, o projeto. (Ascher, 2010, p. 21)

O progresso é aspecto central na própria ideia de modernidade. Sua essência coincide exatamente com a possibilidade de transformação pelo avanço e construção – de forma consideravelmente voluntária – de um futuro diferente. Escreve Mateus:

A experiência moderna configura a perda deliberada das crenças tradicionais e dos saberes transmitidos. Ela assume-se como um desenvolvimento auto-referencial que procede à erosão *das* visões precedentes e às lealdades históricas para os antigos. Os modernos acreditam perceber a falsidade das coisas na medida em que eles sustentam as suas convicções na sua própria constelação exclusiva de valores. (Mateus, 2012, p. 11)

Isso se deu ao longo do tempo pela contraposição à tradição, às percepções que viam no passado e no presente o paradigma mais adequado.

A própria noção de tempo se altera: torna-se linear, orientada para o avanço, novamente reforçando a ideia de progresso e de transformação. Os valores são submetidos a mudanças, reavaliados e progressivamente transformados. A transitoriedade, assim, torna-se aspecto marcante da modernidade. Afinal, o progresso e o avanço constantes reforçam o movimento e impossibilitam um ponto de parada, alimentam a constante mudança. O sociólogo Zygmunt Bauman resumiu que ser moderno:

(...) é a impossibilidade de permanecer fixo. Ser moderno significa estar em movimento. Não se resolve necessariamente estar em movimento – como não se resolve ser moderno. É-se colocado em movimento ao ser lançado na espécie de mundo dilacerado entre a beleza da visão e a feiúra da realidade – realidade que se enfeiou pela beleza da visão. Nesse mundo, todos os habitantes são nômades, mas nômades que perambulam a fim de se fixar. Além da curva, existe, deve existir, tem de existir uma terra hospitaleira em que se fixar, mas depois de cada curva surgem novas curvas, com novas frustrações e novas esperanças ainda não destroçadas. (Bauman, 1998)

Se a ânsia de progresso é constante, se permanentemente se vislumbra a transformação, a fixação é impossível, o estabelecimento é inalcançável – ainda que desejado. Essa lógica, operada sob a influência das forças modernizadoras, é o que caracteriza a modernidade como efêmera, fugidia, transitória. No período contemporâneo, agrava-se, inclusive pela ampliação do alcance e da penetração do capitalismo nas vidas dos

indivíduos.

De toda forma, esse sentido faz jus ao que ficou conhecida como uma das mais fundamentais características da modernidade: o viés progressista transformador. A própria noção de indivíduo, que será, então, cada vez mais valorizada e reconhecida, passa a trazer em seu bojo a potencialidade da mudança. Do “nós” para o “eu”, floresce a identidade própria, nasce o vislumbre do deslocamento social e passa a ser percebida a viabilidade de imprimir transformações na realidade. O avanço da subjetividade e da busca por uma compreensão da origem dos valores passam a minar, cada vez mais, a automática aceitação de uma certeza, de uma verdade e a preponderância de tradições. Tudo isso, porém, no esteio de se tentar construir o “novo”.

Na tradição a noção de indivíduo era precária – principalmente nos estamentos na base da pirâmide social. A organização socioeconômica baseada nos estamentos mantinha uma rígida hierarquia na sociedade e não criava divisões de trabalho muito sofisticadas – o capitalismo, ainda parcamente desenvolvido ou muito primitivo em alguns locais, não penetrava em profundidade o sistema feudal. A Terra era o centro do universo, os destinos – cíclicos – se ligavam ao solo, à propriedade, a autoridade – principalmente a religiosa – possuía o domínio da verdade, a economia seguia os ritos da organização feudal. É atribuído ao período reconhecido como a modernidade o advento da racionalização e também da individualização, alterando profundamente a forma de se enxergar e estar no mundo que até então prevaleciam.

De acordo com o filósofo Danilo Marcondes⁸, o humanismo renascentista foi responsável por trazer à tona a máxima inspirada nos pensamentos de Protágoras, filósofo grego da antiguidade, cujo princípio era o de que o homem é a medida de todas as coisas. Isso representou uma radical mudança de paradigma que, pouco a pouco, galgaria o espaço de narrativa principal. A filosofia de Protágoras, entretanto, foi apenas uma parte da mudança, cuja principal característica foi um generalizado resgate da antiguidade clássica, numa ruptura com o gótico e sua carga cristã. Isso marcou, ainda conforme Marcondes⁹, uma mudança da perspectiva de *miseria hominis* – a miséria do homem, que permeava a doutrina cristã e conduzia todas as suas influências na vida das populações – para *dignitas hominis* – a dignidade do homem, um ângulo pelo qual o indivíduo passava a ser valorizado, erigindo espaço para o individualismo.

Ainda no mesmo período, a razão brota como forma de entendimento de mundo. O retorno ao conhecimento da antiguidade clássica leva os renascentistas à obra de Platão e de Pitágoras, filósofos cujas obras valorizavam a matemática na explicação do cosmo, no caso do primeiro, e antecipava o modelo heliocêntrico, no caso do último. Não bastando, a experimentação ganhava papel relevante na investigação da natureza e na compreensão do mundo, proposta advogada na antiguidade por Aristóteles. Não muito depois, o racionalismo, doutrina filosófica com origem em meados do século XVII, lançava questionamentos

8 (Marcondes, 2006)

9 (Marcondes, 2006)

à autoridade religiosa e aos padrões de conhecimento tradicionais e consuetudinários.

1.1.1 Caráter programático da modernidade

Apesar de todas as mudanças que a caracterizam, a modernidade não é a transformação *pela* transformação. A velocidade com que suas forças modernizadoras atuam, a própria dinâmica célere do capitalismo e as visões e projetos de futuro que vão brotando daí se misturam e influenciam mutuamente, mas não de forma absolutamente descontrolada ou amorfa.

Exatamente por isso, a ideia de controle acabou por também assumir uma posição central nas lógicas da modernidade: ele seria responsável por permitir alcançar o tão estimado “sonho de pureza”, como aponta Bauman, ao longo da busca da humanidade por tudo compreender, dominar e transformar. A ideia de pureza nada mais é do que o encontro da perspectiva progressista com o advento da razão.

A pureza é uma visão das coisas colocadas em lugares *diferentes* dos que elas ocupariam, se não fossem levadas a se mudar para outro, impulsionadas, arrastadas ou incitadas; e é uma visão da *ordem* – isto é, de uma situação em que cada coisa se acha em seu justo lugar e em nenhum outro. Não há nenhum meio de pensar sobre a pureza sem ter uma imagem da “ordem”, sem atribuir às coisas seus lugares “justos” e “convenientes” – que ocorre serem aqueles

lugares que elas não preencheriam “naturalmente”, por sua livre vontade. O oposto da “pureza” – o sujo, o imundo, os “agentes poluidores” – são coisas “fora do lugar”. Não são as características intrínsecas das coisas que as transformam em “sujas”, mas tão-somente sua localização e, mais precisamente, sua localização na ordem de coisas idealizada pelos que procuram pureza. As coisas que são “sujas” num contexto podem tornar-se puras exatamente por serem colocadas num outro contexto – e vice-versa. (Bauman, 1998, p. 14)

Essa lógica fez com que a modernidade acabasse galgando status de um projeto no esteio dos embates das Querelas no século XVIII, irá afirmar também o filósofo e sociólogo Jürgen Habermas¹⁰ em seu livro *The philosophical discourse of modernity*¹¹. Além disso, para esse autor os Iluministas assumiram o papel de, em algum grau, sistematizar esse projeto, conferindo-lhe rumo, objetivo. Daí provém a afirmação de Hilde Heynen¹² de que a modernidade, além de delinear um período no tempo as lógicas que o marcam, possui também um caráter programático. O geógrafo David Harvey escreve, citando Habermas, que talvez o mais relevante fosse exatamente a intenção de “(...) desenvolver a ciência objetiva, a moralidade e a lei universais e a arte autônoma nos

¹⁰ (Habermas, 1990)

¹¹ “O discurso filosófico da modernidade”, em tradução do autor.

¹² (Heynen, 1999)

termos na própria lógica interna destas” (Harvey, 2011, p. 23). Harvey, ao discutir o projeto da modernidade gestado a partir do Iluminismo, aponta ainda que:

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, libertação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda humanidade ser reveladas. (Harvey, 2011, p. 23)

E completa:

O projeto do Iluminismo, por exemplo, considerava axiomática a existência de uma única resposta possível a qualquer pergunta. Seguiu-se disso que o mundo poderia ser controlado e organizado de modo racional se ao menos se pudesse apreendê-lo e representá-lo de maneira correta. (Harvey, 2011, p. 35)

Em termos analíticos, essa postura e esse projeto possibilitam imaginar um momento no qual a modernidade poderia ser adjetivada como “sólida”, afirma Bauman. Não porque houvesse alcançado um estágio de

estagnação e certezas inquestionáveis, mas porque *visava* fazê-lo. Para Bauman, seguindo em argumento similar ao de Harvey, a modernidade não deve ser entendida como uma destruição simples e gratuita do que estava consolidado. Ela não pode ser caracterizada como mero ato de ruptura, rebeldia ou obliteração do passado. A modernidade é também uma *visão de futuro*. Porém, para erigir um futuro – como aquele idealizado pelos iluministas –, era importante destronar a tradição e seus valores estabelecidos. A Europa ocidental estava, assim, lançada num movimento de busca, com vislumbres, hipóteses e sonhos para um vir a ser diferente, mas que pela própria lógica inerente da modernidade e pela velocidade de suas transformações, nunca viria a se solidificar com permanência.

Assim, é possível afirmar que a modernidade se caracteriza como um contexto no qual:

(...)o futuro é continuamente trazido para o presente por meio da organização reflexiva dos ambientes de conhecimento. (Giddens, 2002, p. 11)

A percepção de um futuro alcançável – factivelmente influenciável, criável –, somada à disposição reflexiva produzida pela individualização, o reconhecimento e valorização do eu e, por fim, o advento e difusão da racionalização, com o desencantamento do mundo e a elaboração de formas de se compreender e de se construir conhecimento sobre os acontecimentos, desenharam, juntos, um ambiente propício para o alastramento das lógicas da modernidade. Em meados do século XVIII essas transformações já começariam a se tornar mais difundidas e

tratariam de se alastrar de maneira um pouco mais acelerada.

1.1.2 Pontos de clivagem e lógicas modernas

Não se pode perder de vista, entretanto, que os processos que trariam as mudanças gestaram a modernidade ao longo de muito tempo – e os próprios sinais evidenciados no século XVI nada mais foram do que as primeiras eclosões superficiais de eventos e características que marcariam a modernidade. Não se pode acreditar que tudo se resumiria a um ponto no qual houve a transformação. Trata-se de um processo e que, no âmbito desse processo, os fatos históricos, momentos de destaque, de clivagem, exemplificam ao que aqui se refere. O humanismo renascentista, a reforma protestante, a revolução científica, o antropocentrismo, o desencantamento do mundo e a racionalização, o desenvolvimento e avanço do mercantilismo, culminando na larga expansão capitalista, a consolidação do modelo Estado-Nação, a industrialização e a urbanização: são alguns dos principais eventos e processos que, ainda que panoramicamente, dão o tom das forças de modernização e do que foi – em seus momentos iniciais e de amadurecimento – a própria modernidade.

Outro elemento importante na caracterização da modernidade é a progressiva desvinculação entre tempo e espaço. Esse fato adveio de uma conjuntura de fatores. Novas leis e a própria mudança de costumes, a aquisição de direitos e de liberdade, da possibilidade de ir e vir e de não permanecer atado ao solo. Nesse sentido, grande foi também a participação do capitalismo. Não bastando, é imprescindível enfatizar

o desenvolvimento de equipamentos diversos que proporcionaram ao ser humano a diminuição da relação entre tempo e espaço (T/E), os quais têm grande responsabilidade nesse processo. A redução do tempo dos percursos, o aumento das velocidades, o desenvolvimento de sofisticadas tecnologias de comunicação. Essas transformações poderiam ser resumidas em uma sentença: encurtamento de distâncias. Um exemplo simples está no desenvolvimento do automóvel e do transporte ferroviário. Viagens de dias rapidamente se tornaram percursos que poderiam ser vencidos em horas, alterando completamente a relação dos indivíduos com o tempo. Não só isso, como a própria difusão do dinheiro e, de forma mais marcante, do crédito, permitiram esse afastamento. O dinheiro, em última instância, também permite modificar a velocidade do tempo, tornando-o mais lento, ao separar, por exemplo, as relações de compra e venda dos locais de produção¹³. É exatamente por isso que Georg Simmel¹⁴ destacará a estreita relação entre o desenvolvimento da economia monetária e da modernidade. Fato é que na modernidade, cada vez mais as localidades passam a ser submetidas a influências distantes de si, visto a facilidade dos percursos e de se sobrepujar as distâncias, tornando o espaço e o lugar algo muitas vezes “fantasmagórico”, como escreveu Giddens¹⁵. Daí também advém a ideia de “desencaixe”, conforme proposta por Giddens. Trata-se do “deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo e espaço” (Giddens, 1991, p. 31).

¹³ (Giddens, 1991)

¹⁴ (Simmel, 2014(1896))

¹⁵ (Giddens, 1991)

Por fim, deve-se ressaltar que a racionalização, somada ao esfacelamento da tradição e da autoridade religiosa, o potencial de se exercer mais liberdade e o avanço da ação reflexiva dos indivíduos acaba por consolidar o que alguns autores vão chamar de uma “sociedade de risco”. Para Ascher¹⁶, a modernidade e o risco são indissociáveis – percepção compartilhada também por Bauman e Giddens. Explica Ascher:

O risco é um perigo eventual, mais ou menos previsível e mensurável. Em situação de incerteza, a primeira etapa de uma análise racional consiste em formular hipóteses de risco. O risco surge então quando natureza e tradição perdem sua influência e os indivíduos devem decidir por si mesmos e, por conseguinte, eles se esforçam para avaliar as probabilidades de um determinado acontecimento e suas eventuais consequências. O risco aumenta com o processo de modernização, pois o perigo e o conhecimento que ele produz são maiores. (...) O risco cresce porque o conhecimento reflexivo transforma a inconsciência do perigo, a incerteza ou o que em outros tempos era considerado como a vontade dos deuses, em um futuro em parte previsível e eventualmente controlável; o avanço das ciências dessacraliza e “desnaturaliza”, assim, os perigos, e transforma o destino, o contingente, o acaso, em objetos de co-

16 (Ascher, 2010)

nhecimento, em realidades potencialmente calculáveis e mensuráveis. (Ascher, 2010, p. 35 e 36)

O risco é produto da possibilidade de escolha. Em geral, essa escolha é tomada com base num cálculo racional que considera experiências passadas e o conhecimento ao alcance do indivíduo, presente nos sistemas peritos¹⁷, como aponta Giddens¹⁸. Na modernidade, o indivíduo goza de certa autonomia ao contar com a existência do risco, que passa a ser elemento definidor da condição moderna. Disso deriva o processo de reflexividade, por meio do qual o indivíduo passa a considerar tudo que lhe está disponível para efetuar suas escolhas. De forma simples, Giddens escreve que:

A reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente

17 Giddens afirma que na sociedade moderna existem sistemas abstratos que, ainda que não estejam continuamente presentes, permeiam constantemente a vida dos indivíduos. Muitos deles fogem do domínio completo dos leigos, mas ainda assim desfrutam de confiança, tidos como administrados e alimentados por peritos e especialistas. Em geral a população leiga acaba por ter contato com esses sistemas por meio da mídia, leituras esporádicas ou simplesmente por necessidades cotidianas, como o sistema bancário. Mesmo os peritos e especialistas estão submetidos a essa realidade, haja vista que não possuem domínio sobre todos os sistemas abstratos e tampouco sozinhos são capazes de afetá-los. (Giddens, 1991)

18 (Giddens, 2002)

examinadas e reformadas à luz da informação renovada sobre estas próprias práticas, alterando assim constitutivamente seu caráter. (Giddens, 1991, p. 49)

Em termos de materialidade urbana, a modernidade representou mudanças deveras relevantes. A historiadora da cidade Donatella Calabi afirma, evidenciando a questão, que: “Já no início do século XX, a maior parte da população europeia vive concentrada na cidade.” (Calabi, 2012, p. 15) Desde o fim do século XVI, mas com rápida aceleração no século XVIII¹⁹ – em particular na Inglaterra, com o estabelecimento dos Decretos das Cercas²⁰, que expulsou grande parcela da população do campo em direção aos centros urbanos –, o crescimento urbano viu larga expansão. As cidades já representavam o principal *locus* da realização da política e da economia, mas passariam também a abrigar uma massa populacional até então espalhada por áreas rurais. As consequências foram diversas e pungentes. Excessos populacionais rapidamente geraram habitações precárias ou superocupadas, carentes de condições adequadas de uso. O excesso de dejetos e a ausência de tratamento das águas ou do esgoto contribuiriam também para o incremento da mortalidade e para que doenças se espalhassem. A cidade

¹⁹ (Hobsbawm, 2011)

²⁰ Originalmente, do inglês, *Enclosure Acts*. Também conhecido como “cercamentos”, tratava-se de legislação que permitia literalmente o cercamento de terras comunais do campesinato britânico, privatizando-as e direcionando-as para produção para o mercado. Como consequência, milhares de pessoas foram expulsas do campo e transferiram-se para as cidades.

em poucos anos passava a ser estigmatizada como lugar poluído e sujo.

Posteriormente, a cidade industrial, advinda do mencionado processo de transformação socioeconômico – e ao mesmo tempo seu catalisador mais essencial –, passa a ser caracterizada como um local sujo, superlotado, “doente”. São consequências do acelerado descompasso entre expansão da quantidade de moradias, melhoramento das condições higiênico-sanitárias, incremento no trânsito e o crescimento populacional, como indica Donatella Calabi²¹. Surgiam os “problemas urbanos” que, já em meados do século XIX, passavam a ser endereçados sob uma perspectiva bastante moderna, conforme a conceituação previamente discutida: implementar mudanças para transformar a cidade e a população de maneira a progredir, melhorar. O historiador e sociólogo francês Christian Topalov escreve, no mesmo sentido, que:

A ideia de que existem “problemas urbanos” é recente. Tem sua origem nos começos do século XX com os reformadores de moradias e os primeiros urbanistas, os filantropos e os assistentes sociais, que tinham de enfrentar a realidade das grandes metrópoles do mundo industrial. Mudar a cidade para mudar a sociedade e, particularmente, o povo, essa era sua visão estratégica. (Topalov, 1996, p. 23)

Assim, estavam lançadas as fundações do que acabaria sendo conhecido

²¹ (Calabi, 2012)

como Urbanismo, disciplina que será sistematizada somente a partir do final do século XIX. Tal afirmação não significa dizer que antes não existia conhecimento ou projeto urbano, mas que a disciplina em si é, como a sociologia, por exemplo, um produto da urbanização, da industrialização e, conseqüentemente, da modernidade. A própria cidade passa a ser um componente do que é a modernidade, caracterizando-a e modificando-a pelas possibilidades que abriga.

Essa questão é relevante exatamente porque remete à relevância da modernidade ao se discutir cidade – e vice-versa. Não é possível, sob as mais variadas perspectivas e disciplinas, ignorar essa íntima relação. As primeiras manifestações de pensamento moderno transformador se manifestaram muitas das vezes em proposições urbanísticas, arquitetônicas ou de reorganização do território, ainda que esses tenham sido, na maioria dos casos, tão somente os meios para pavimentar uma mudança ampla da sociedade.

Não é coincidentemente que o urbanismo, surgido diante da aceleração e espraiamento dessa modernidade enquanto uma disciplina sistematizada, em busca da construção de sua legitimidade científica, vai, juntamente com a arquitetura, abrigar uma das mais expressivas manifestações do caráter programático da modernidade. O Movimento Moderno ganha, principalmente no segundo terço do século XX, uma primazia discursiva bastante acentuada, cujos produtos marcam cotidianamente a realidade urbana.

1.2 Modernização e a questão do capitalismo: individualização, racionalização e diferenciação

Não bastando a breve caracterização da história da modernidade, de seus principais aspectos e de seu sentido, é importante compreender como opera. De acordo com François Ascher, é possível caracterizar as três grandes forças modernizadoras que compõem a modernidade – individualização, racionalização e diferenciação social²² – e os processos que são, simultaneamente, geradores e gerados, conforme apontou Hilde Heynen, na lógica da modernidade – processo socioeconômico e processo cultural²³, que permitiram a construção de pontes objetivas entre as lógicas abstratas das forças modernizadoras – além de influenciá-las –, as articulações que produzem e suas conseqüências em termos de comportamento social e, ainda mais importante neste trabalho, de materialidade urbana.

As forças modernizadoras representam lógicas que operam no âmbito da modernidade, concedendo-lhe a dinâmica que lhe é própria e que a distingue em essência da tradição. São explicações de caráter abstrato, não acontecimentos específicos que se possa pinçar no tempo e no espaço, mesmo que com eles possuam relação direta. Porém, antes de

22 (Ascher, 2010)

23 (Heynen, 1999)

explica-las, é prioritário perceber como lhes antecede o sistema capitalista e como seu advento teve papel fundamental na eclosão da modernidade e das próprias lógicas que a fazem o que é.

O capitalismo antecede as três forças modernizadoras. O capitalismo, em grande medida, foi o estopim da modernidade. Conforme indicado pelo sociólogo Georg Simmel²⁴, o capitalismo monetário é, ele próprio, talvez o elemento mais marcante da ruptura com a tradição. Isso decorre de alguns fatores. Simmel propõe a ideia de que o dinheiro – o capitalismo monetário, em termos sistêmicos – foi o elemento capaz de conceder relativa liberdade individual às populações, fato que teve início tímido, mas que não tardou a se difundir para todas as camadas da sociedade. Isso se deu pelo fato de que foi o dinheiro que possibilitou a despersonalização das relações, separando “desempenho” e “personalidade”. Somado à diferenciação social – ou divisão social do trabalho –, fez com que a teia de dependências sociais ficasse mais rarefeita e múltipla. Em síntese: possibilitou a própria construção da individualidade e da escolha. Porém, a liberdade proporcionada pelo dinheiro é relativa. De acordo com Simmel, tratou-se simplesmente de tornar a dependência mais difusa. Antes, dependia-se de poucos, depois, de muitos – haja vista a divisão social do trabalho.

Autor ainda mais conhecido que trata a economia como elemento central no processo de transição histórica é Karl Marx. Para este autor, a modernidade não faz sentido se pretensamente considerada sem

²⁴ (Simmel, 2014(1896)); (Simmel, 2014).

o advento do capitalismo. Sob a perspectiva de Marx, a modernidade poderia ser considerada como a própria história do capitalismo. Assim, nesse contexto, a economia é o aspecto principal e definidor de todas as outras dimensões da realidade humana. Aqui, porém, além de somente da modernidade e uma de suas principais características, o capitalismo é um dado impossível de se ignorar pela sua própria resiliência enquanto modo de organização econômico e, hodiernamente, pela sua onipresença no mundo ocidental enquanto influência transformadora – talvez a principal – do espaço urbano. Pode-se dizer, com pouca chance de erro em exceções bastante particulares, que o dinheiro media praticamente toda a rotina social – da política ao lazer, da informação à formação da identidade. Assim, modernidade e capitalismo atuam de forma complementar, sendo que a influência sistêmica do segundo tem impactos severos nos fenômenos abrigados pela primeira – o que ficará muito claro na discussão sobre a modernidade líquida.

De acordo com François Ascher²⁵, a ideia de modernidade é mais corretamente definida quando se parte de seu caráter dinâmico. Isso quer dizer que ela pode ser abordada a partir dos fatores que a mobilizam, que a movem, que a fazem o que é, muito mais do que de um esforço de caracterizá-la como se fosse um objeto estático – o que definitivamente não é. Assim, propõe que os componentes da modernização, ou forças modernizadoras, são os aspectos centrais para se apreender a essência da modernidade, possibilitando caracterizar seu *perfil* ao invés de tentar listar particularidades que a marquem.

²⁵ (Ascher, 2010)

Modernização, porém, não deve ser entendida como um conjunto de processos e ações como industrialização, urbanização, desenvolvimento da burocracia, etc. O sentido que aqui se adota aponta para outro aspecto. Para Ascher, os componentes da modernização são “três dinâmicas socioantropológicas” (Ascher, 2010, p. 22 sic): a individualização, a racionalização e a diferenciação social – as três aqui também denominadas como forças modernizadoras. Cada uma desempenha um papel na dinâmica que conforma a modernidade, articulando-se de forma não hierarquizada e sendo capaz de projetar influências sobre as outras.

A individualização corresponde ao processo de reconhecimento e valorização do eu, advindo da ruptura com a lógica da tradição, na qual essa percepção jazia pouco desenvolvida. O surgimento do indivíduo enquanto tal tem consequências agudas na própria essência da organização social. As lógicas de compreensão e apropriação do mundo passam a ser feitas a partir de uma perspectiva individual, não coletiva. Além disso, cada vez mais o corpo, objeto tangível de manifestação do eu, passa a alçar importância mais elevada, ganhando relevância no reconhecimento de si próprio e de oposição ao que não se é: o outro. Ascher afirma, exemplificando:

O uso na linguagem do “eu” no lugar do “nós” e ainda a invenção da perspectiva, que foram se impondo, progressivamente, no fim da Idade Média, ilustram perfeitamente esse processo de individualização. (Ascher, 2010, p. 22)

O que se dá é a ascensão da individualidade, do reconhecimento do

indivíduo enquanto elemento fundamental da sociedade, da colocação do ser individual no centro das percepções de mundo e da valorização da identidade. A implosão do referencial coletivo, conforme menciona François Ascher, é um dos aspectos mais marcantes da modernidade. Não por acaso, a individualização alimentará intensa busca por diferenciação. Por meio da construção da imagem de si – para o outro e para si mesmo – e daquilo que Giddens chamou de “estilo de vida”²⁶, os indivíduos passarão a lidar cada vez mais com conflitos entre a individualismo e a comunidade.

A segunda força modernizadora mencionada por Ascher é a racionalização. Cerne da obra de Max Weber, a racionalização corresponde a um processo responsável pelo que esse mesmo autor chamou de

²⁶ O conceito de “estilos de vida” é explicado por Giddens como um conjunto de escolhas definidas pelos indivíduos para a construção de suas auto-identidades. Essas escolhas são tomadas diante do curso de vida e permitem “manter narrativas biográficas coerentes, embora continuamente revisadas” (Giddens, 2002, p. 12). O sociólogo aponta também a relevância do capitalismo, da globalização, da existência de sistemas de conhecimento e das instituições nesse processo, todos engendrados pela modernidade. Para o autor, a modernidade *produz* diferença. Outro aspecto importante da ideia de estilos de vida é que Giddens o associa a um recorte de classe socioeconômica. No caso, os pobres e miseráveis não conseguiriam exercer essas escolhas que estruturam um estilo de vida, visto que acabam não tendo acesso sequer à possibilidade de escolher – diretamente vinculada à disponibilidade financeira e, cada vez mais, à ação de consumir. (Giddens, 2002)

“desencantamento do mundo”, ou seja, a decadência da magia, do misticismo e da religião enquanto formas de explicação razoável para o entendimento do mundo. Além disso, apontam os sociólogos Giddens e Philip Sutton:

Racionalização é um processo de mudança, iniciado no Ocidente, durante o qual um número cada vez maior de aspectos da vida social passou a ser influenciado por cálculos de relações meio-fim e questões de eficiência. Isso se deu em um contraste total com períodos anteriores, em que práticas tradicionais, ações consuetudinárias e compromissos emocionais dominavam os pensamentos e as ações das pessoas. (Giddens & Sutton, 2016, p. 33)

Em termos objetivos, pode-se mencionar o desenvolvimento e difusão da burocracia, o surgimento do método científico, a secularização e o próprio aperfeiçoamento do capitalismo como consequências advindas da racionalização. Assim, corresponde à substituição da tradição e dos costumes pela razão – ou aquilo que se compreende como tal. Para Ascher, é a racionalização que cria uma situação na qual “a repetição dá lugar às escolhas” (Ascher, 2010, p. 22). Escolhas essas que passam sempre pelo crivo de uma busca por relações causais compreensíveis e de uma análise de custo-benefício. Para a realização dessas avaliações, o indivíduo reflete e considera o conhecimento científico disponível, suas experiências anteriores e também as técnicas por ele dominadas.

É também um produto do avanço da racionalização a lógica do “sonho

de pureza”. A busca pelo aperfeiçoamento contínuo, da transformação rumo a um modelo ideal, perfeito, a eliminação de todos os defeitos e problemas. De acordo com Bauman, em seu extremo mais agudo a racionalização esteve exacerbada aos limites e pôde alimentar a ocorrência de episódios trágicos como o Holocausto.

Por fim, a terceira força modernizadora é a diferenciação social – que também pode ser denominada como a soma da divisão social do trabalho e das variações de organização social. Esse processo, talvez o mais umbilicalmente vinculado ao sistema capitalista, não é exclusivo da modernidade, mas agravou-se nela de forma aguda. Seu aprofundamento se deu durante a revolução industrial, quando os processos produtivos sofreram amplas transformações e a urbanização assumiu um passo acelerado. Explicam e exemplificam Giddens e Sutton:

As sociedades modernas estão alicerçadas em uma divisão do trabalho altamente complexa na qual o trabalho foi dividido em um número enorme de diferentes ocupações especializadas. Isso passou a ser uma característica tão normal da vida que quase nem notamos mais sua relevância histórico-mundial. Nas sociedades tradicionais, as pessoas que trabalham fora da agricultura, de modo geral, aprenderam algum ofício e, para tanto, foi necessário um longo período de aprendizado. Os artesãos, em geral, participavam de todos os aspectos de sua produção do começo até o fim. A industrialização aos poucos aboliu a maioria dos ofícios mais tradi-

cionais produzindo as mesmas mercadorias, mas com muito mais rapidez, eficiência e custos menores usando máquinas e uma divisão ampliada do trabalho. (...) Uma das consequências é a especialização, difundida por milhares de ocupações, funções e cargos, algo completamente diferente dos cerca de trinta ofícios e funções principais encontrados nas sociedades tradicionais. (Giddens & Sutton, 2016, p. 123)

O que se evidencia é como a diferenciação social aponta para uma ampla diversificação no âmbito da sociedade. Conforme escreveu Simmel, essa divisão é também responsável por criar certa mobilidade social em termos individuais. O indivíduo assume um papel específico no conjunto social. Apesar disso, é também a diferenciação social que promove desigualdade e estratificação. As classes socioeconômicas advêm do sistema capitalista e representam de outra maneira a própria divisão social do trabalho em forma de agregados socialmente identificáveis por renda e gosto, por exemplo.

As três forças modernizadoras operam de maneira relacional e devem ser entendidas como processos de influência recíproca e múltipla. Não se resumem às exemplificações diretas que delas parecem brotar e tampouco podem ser entendidas em relações de causa e efeito simplificadas. Também não é possível compreendê-las como mobilizadoras da modernidade fora do sistema capitalista, o qual as influencia profunda e continuamente ao mesmo tempo que por elas é operado.

1.3 Antes sólida, hoje fluida: a modernidade líquida

Apesar de a modernidade enquanto fenômeno ter seu início identificado em meados do século XVI, ela também caracteriza o tempo no qual vivemos. Mais do que um título para o momento, trata-se de um conjunto de lógicas específicas que caracterizam o *zeitgeist*, que se modificou ao longo dos anos. Hodiernamente alguns autores indicam a existência de uma modernidade agravada, cujas características surgidas e cultivadas há séculos alcançaram uma amplitude e profundidade muito grandes. Além disso, apontam que esse agravamento tem relação direta com a aceleração e fortalecimento das forças modernizadoras, que teriam se intensificado sob influência das transformações sofridas pelos processos socioeconômico e cultural – o sistema capitalista e suas transformações e também as narrativas e representações da modernidade. Como se vê, trata-se de uma descrição de processo cuja complexidade se dá em uma reciprocidade de influência e com razoável sinergia. Este tópico tratará esse agravamento da modernidade como aquilo que Zygmunt Bauman chamou de “modernidade líquida”.

Primeiramente, a ideia da existência de uma modernidade líquida pressupõe uma contraposição. De acordo com Bauman²⁷, pode-se dizer que há momentos distintos na modernidade. Antes, a modernidade

27 (Bauman, 2001)

poderia ter sido chamada de “sólida”. Não por ser imutável ou em alguma possível negação de seu caráter transitório, mas porque por mais que ambicionasse implodir os sólidos que a antecederiam – tradição, religião, etc –, buscava fazê-lo com a intenção de erigir um sólido novo, que pudesse ser considerado mais adequado, mais racional, mais *puro*. Ainda que não seja possível indicar um único ponto de clivagem na história, um conjunto de características e mudanças ocorridas ao longo da segunda metade do século XX teria propiciado essa transição. Para o mencionado autor, porém, o que previamente se descreveu como “modernidade” neste capítulo corresponderia a essa “modernidade sólida”, ou “modernidade da intenção do sólido”, se posto em termos mais explicativos de sua dinâmica e intencionalidade. Explica Bauman:

Mas a modernidade não foi um processo de “liquefação” desde o começo? Não foi o “derretimento dos sólidos” seu maior passatempo e principal realização? Em outras palavras, a modernidade não foi “fluida” desde sua concepção? (...) Se o “espírito” era “moderno”, ele o era na medida em que estava determinado que a realidade deveria ser emancipada da “mão morta” de sua própria história – e isso só poderia ser feito derretendo os sólidos (isto é, por definição, dissolvendo o que quer que persistisse no tempo e fosse infenso à sua passagem ou imune ao seu fluxo). Essa intenção clamava, por sua vez, pela “profanação do sagrado”: pelo repúdio e destronamento do passado, e, antes e acima de tudo, da “tradição” – isto é, o sedimento ou resíduo do

passado no presente; clamava pelo esmagamento da armadura protetora forjada de crenças e lealdades que permitiam que os sólidos resistissem à “liquefação”. Lembremos, no entanto, que tudo isso seria feito não para acabar de uma vez por todas com os sólidos e construir um admirável mundo livre deles para sempre, mas para limpar a área para *novos e aperfeiçoados sólidos*; para substituir o conjunto herdado de sólidos deficientes e defeituosos por outro conjunto, aperfeiçoado e preferivelmente perfeito, e por isso não mais alterável. (Bauman, 2001, p. 9)

Esse novo sólido foi vislumbrado principalmente pelos iluministas, ganhando um caráter de projeto, como indicado por Habermas²⁸. Posteriormente, ainda como projeto, ganhou representações de mundo nas artes e, de maneira extremamente marcante, na arquitetura e no urbanismo com o denominado Movimento Moderno. Porém, contemporaneamente, esse projeto se esfacelou. O fim das grandes narrativas – em particular da disputa ideológica entre comunismo e capitalismo – e dos discursos e posturas no sentido de construir uma nova situação específica de mundo perderam força e se polinuclearam, de maneira que hoje a multiplicidade discursiva e expressiva alcança quantidades inumeráveis. Não há mais uma verdade ou a tentativa de construção de uma nova verdade, mas múltiplas e variáveis verdades. A sociedade da modernidade líquida não consegue consolidar projetos de futuro de

28 (Habermas, 1990)

longo prazo que aglutinem de forma mais homogênea os indivíduos. Assim, o caráter programático que antes se visava consolidar em um paradigma sequer alcança linhas discerníveis em meio à efemeridade da modernidade líquida. Aqui e ali, em situações excepcionais, começam a se condensar, mas seu esfacelamento se segue e essa divisão gera mais posições discursivas de forma contínua.

Além disso, esse agravamento da modernidade advém, em boa parte, também da flexibilização das relações trabalhistas, do afrouxamento do Estado-Nação na composição identitária, do desenvolvimento de tecnologias capazes de reduzir ainda mais as distâncias, da ampliação do processo de globalização, do avanço do individualismo, e do maior responsável inclusive por esses previamente citados: o capitalismo e suas transformações estruturais, como a financeirização da economia e a fragmentação da indústria e dos processos produtivos.

O que propõe Bauman é que essas transformações não representam, porém, uma superação da modernidade, mas sim um agravamento de suas lógicas e, em particular, de seu caráter transitório e efêmero. Para Bauman, por exemplo, o que hoje se vivencia é um momento de fluidez exacerbada, na qual a incerteza, a crise e o risco assumiram um papel central no processo reflexivo, incorporados no cotidiano. O principal articulador dessas lógicas é o capitalismo contemporâneo, que transformou, por exemplo, o consumo em identidade, o emprego em incerteza, a segurança em produto – conduzindo o discurso do medo –, a comunidade em segurança, o controle em negócio.

Ainda que o sistema capitalista seja fator gerador das dinâmicas da

modernidade, é imprescindível entendê-lo também como um sistema alimentado pelas forças que a operam. Sua relação com as forças modernizadoras é simultaneamente de cria e de criador. Ainda que tenha sido o principal elemento de criação e agravamento da individualização e da divisão social do trabalho, hoje é também alimentado por ambos. Isso ocorre principalmente pela introjeção da lógica de consumo em todos os aspectos da vida contemporânea. Não é em vão dizer, inclusive, que a sociedade de produção passou a ser a sociedade do consumo.

Considerando as forças modernizadoras, é possível afirmar que a modernidade líquida é o momento no qual alcançaram maior intensidade. Isso significa dizer que a racionalização, a individualização e a divisão social chegaram a um patamar de intensidade e abrangência muito significativos.

A racionalização, antes num movimento de expansão, hoje permeia praticamente todas as esferas da vida dos indivíduos. O desenvolvimento da ciência e da técnica foi capaz de introduzir novas facilidades no dia-a-dia das populações, seja pela internet, televisões, celulares ou simplesmente a quantidade de conhecimento chancelado por peritos facilmente acessível. Não só na área de comunicação ou de acesso à informação, mas também a racionalização trouxe novos implementos no que concerne à saúde, obsessão contemporânea. A rápida difusão de conhecimento especializado no tema alimentou – muitas vezes literalmente – a preocupação com o corpo, com a busca pela perfeição estética, o consumo de fármacos e suplementos nutricionais. O conhecimento de qual droga desperta, qual droga emagrece, qual droga promove a atenção e o foco: do universo reificado, essas informações

transbordaram sem óbices para o universo consensual²⁹. Além disso, houve nos últimos cinquenta anos uma elevação dos níveis médios de instrução, com a expansão do acesso à educação mínima, ampliando o alcance de noções e princípios científicos. O impacto geral advindo dessa disponibilidade do conhecimento técnico e científico é considerável. As informações para a tomada de decisões e realização de escolhas se ampliam, elevando consideravelmente o risco: proporcionalmente àquilo que se sabe e à ciência do que se arrisca.

Isso não significa, vale ressaltar, que todos passaram a agir de forma cientificamente embasada ou completamente baseada em princípios de causa e efeito – tida como racional. Significa apenas que os princípios gerais que regem a ciência se difundiram, em particular as lógicas de

29 De acordo com o sociólogo Serge Moscovici, é possível, hodiernamente, distinguir a existência de dois universos comunicacionais específicos: o universo reificado e o universo consensual. O primeiro representa o conhecimento perito, técnico e científico especializado. Nesse caso, a “verdade” desempenha um papel fundamental e as informações nem sempre são de fácil acesso ou compreensão. A isso muito se assemelha a proposição de Giddens de um sistema abstrato perito, anteriormente explicado neste capítulo. Por outro lado, o universo consensual é aquele no qual ocorrem as interações do dia-a-dia e também quando pode se difundir e consolidar o conhecimento comum. Nesse universo, parte-se do princípio que nenhum interlocutor possui conhecimento exclusivo sobre algum tema e todos são colocados em posições mais ou menos iguais para falar. É no último que costumam se desenvolver as interações sociais do cotidiano. (Moscovici, 2010)

comprovação e do argumento perito – muitas vezes transformado na falácia do argumento de autoridade. Assim, um rapaz que sofra constantes dores de cabeça não mais as atribuirá a um flagelo divino, mas ao consultar seu médico ou buscar informações *online* rapidamente saberá – ou terá indicações de – que se tratava de uma desidratação ou sinusite crônica, por exemplo. Porém, deve-se ressaltar que por mais que o acesso a esses conhecimentos se tenha ampliado, o domínio temático tornou-se mais específico, consolidando um processo de racionalização que se difunde, mas uma racionalidade que se limita.

Também está associada à força modernizadora de racionalização a transformação da relação entre tempo e espaço, modificada pelos meios de transporte e comunicação. Atualmente não é difícil considerar que alguém esteja em dois ou mais locais ao mesmo tempo: uma conversa por vídeo transmitida pela internet em um continente, uma mensagem de celular para outra cidade e o corpo estacionado – mas em deslocamento de mais de oitocentos quilômetros por hora – em uma cadeira no interior de um avião. Como sugeriu Giddens³⁰, trata-se de uma das formas pelas quais ocorre o “desencaixe”, fato nunca antes tão pujante na modernidade – e capazes de tornar os lugares cada vez mais “fantasmagóricos”³¹.

No esteio da racionalização, a individualização também assume força mais acachapante. Em influência mútua, impactam os indivíduos em

30 (Giddens, 1991)

31 (Giddens, 1991)

diversas esferas: da existencial às mais efêmeras. A individualização é, de toda forma, a força modernizadora mais impactante na modernidade e sua relação com o capitalismo tornou-se mais íntima ao longo dos anos, chegando à situação atual, na qual estão intrinsecamente associados – seja pelo trabalho, seja pelo consumo ou pela ausência de ambos. Conforme escreveu Ascher ao tratar do momento atual de modernidade:

Na sociedade moderna, os indivíduos não só podem escolher, como devem fazê-lo continuamente. O trabalho, o consumo, a religião, o próprio corpo, tudo se torna, ou parece tornar-se, passível de decisões. As escolhas individuais são sempre, ao menos em parte, determinadas socialmente, mas o sistema em que se constroem essas decisões é mais complexo; os indivíduos, assim como as organizações, estão mais conscientes de decidir sob uma racionalidade limitada, e suas escolhas dependem de um maior número de interações. Tanto as escolhas mais importantes, quanto as pequenas decisões cotidianas tornam-se assim sempre singulares. A multiplicidade de escolhas que os indivíduos enfrentam, que variam segundo seus próprios meios, dá origem a “perfis” de vida e de consumo, cada vez mais diferenciados, tornando cada vez menos perceptível a pertinência eventual a grupos sociais, apesar da permanência, sempre forte das determinações econômicas e socioprofissionais. (Ascher, 2010, p. 38 e 39)

A construção da identidade individual assume uma posição central na modernidade, o que se agrava com a ampliação das possibilidades e da incerteza na modernidade líquida. Antes, durante o período entendido como pré-moderno, da tradição, a própria ideia de indivíduo era parca e as identidades se ligavam ao nascimento, sendo na maioria das vezes consideradas imutáveis. Não mais. Explica Bauman, em convergência com as colocações de François Ascher:

A apresentação dos membros como indivíduos é a marca registrada da sociedade moderna. Essa apresentação, porém, não foi uma peça de um ato: é uma atividade reencenada diariamente. (...) A “individualização” agora significa uma coisa muito diferente do que significava há cem anos e do que implicava nos primeiros tempos da era moderna – os tempos da exaltada “emancipação” do homem da trama estreita da dependência, da vigilância e da imposição comunitárias. (Bauman, 2001, p. 39 e 40)

E conclui, ao explicar o que é a individualização e a construção da identidade individual na modernidade líquida:

Resumidamente, a “individualização” consiste em transformar a “identidade” humana de um “dado” em uma “tarefa” e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências (assim como dos efeitos colaterais) de sua realização. (...) Os seres humanos não mais “nascem” em suas

identidades. Como disse Jean-Paul Sartre em frase célebre: não basta ter nascido burguês – é preciso viver a vida como burguês. (Note-se que o mesmo não precisaria ser nem poderia ser dito sobre príncipes, cavaleiros ou servos da era pré-moderna; nem poderia ser dito de modo tão resolutivo dos ricos nem dos pobres de berço dos tempos modernos). Precisar *tor-nar-se* o que se *é* é a característica da vida moderna – e só da vida moderna. (Bauman, 2001, p. 40 e 41 sic)

Assim, o que se aponta é que não há escolha diante da individualização. É-se lançado sob sua pressão assim que se percebe estar no mundo social. Porém, na modernidade líquida, as amarras que definem o indivíduo são mais frouxas, suas escolhas se vêem ampliadas, o consumo é estimulado e responsável por alimentar os anseios de diferenciação. A busca pela identidade e o foco em construí-la se impõem com mais vigor, ao passo que, simultaneamente, aumentam as incertezas e o risco. Além disso, as identidades são máscaras que se transmutam: não em um sentido de falsidade, mas como possibilidades de representação do eu³² que se conformam de acordo com as imposições sociais que

32 De acordo com o sociólogo Erving Goffman, a vida cotidiana demanda uma interpretação contínua. Ele o afirma utilizando a metáfora do teatro. Isso não é o mesmo que dizer que os indivíduos são *falsos* uns com os outros. Para esse autor, diferentes situações e interações sociais – diversas como são na modernidade – acabam por exigir formas de apresentação distintas, permitindo que as expectativas sociais sejam alcançadas. (Goffman, 2009)

se apresentem. Exatamente por isso, na modernidade líquida elas são efêmeras, por mais que cada indivíduo lute para erigir a sua de forma sólida.

1.4 Cidade e modernidade: reciprocidade na construção da mixofobia

Aspecto central da individualização no período da modernidade líquida é o fato de que o referencial de ação passa a estar em si mesmo. Num mundo cada vez mais racional e de fluidez moral, dado o afastamento das instituições da regulação moral das vidas dos indivíduos, cada um passa a deter – de forma mais ou menos segura – a autoridade de decisão sobre suas escolhas e opções, pesando os passos seguintes em termos de vantagens e desvantagens. Trata-se de um esmorecimento de referenciais e um deslocamento desses para o próprio indivíduo. Em uma sociedade na qual o risco é uma premissa, isso promove um contexto social no qual a incerteza e a suspeita por vezes são constantes.

Zygmunt Bauman indica a existência de um paradoxo: a busca pela diferenciação alimentada pelo capitalismo em associação com a individualização convive com uma conflitiva procura por segurança existencial que muitas vezes encontra sentido no desejo de pertencimento a uma comunidade. Embora aconteça, essa procura por uma certa

homogeneidade é na realidade uma causa travestida sob a qual se esconde o medo em diversas formas: existencial, de não-pertencimento, de não-reconhecimento, do anonimato, de ausência de segurança física, etc. É possível entender essa circunstância como um advento do agravamento e difusão do risco.

O mundo comunitário está completo porque todo o resto é irrelevante; mais exatamente, hostil – um ermo repleto de emboscadas e conspirações e fervilhante de inimigos que brandem o caos como sua arma principal. A harmonia interior do mundo comunitário brilha e cintila contra a escura e impenetrável selva que começa do outro lado da estrada. É lá, para esse ermo, que as pessoas que se juntam no calor da identidade partilhada jogam (ou esperam banir) os medos que as levaram a procurar o abrigo comunitário. (Bauman, 2001, p. 197 e 198)

No caso brasileiro isso se agrava, em particular pela enorme desigualdade socioeconômica que marca o país. A lógica do risco se amplia no contato com a “política do medo cotidiano”, reforçada de maneira a se tornar um produto e uma alimentadora de demanda – seja pela mídia, seja pelo mercado. A classe média lança os olhos para aqueles que parecem ser seus semelhantes, os abastados se isolam, libertos das correntes que prendem o restante ao solo, e aqueles com menor poder aquisitivo se refugiam como podem em situações mais precárias evidenciadas nas distâncias às quais são lançados e na ausência de serviços públicos e urbanização. Para que essa situação se legitime basta a ação dos próprios

indivíduos que se enclausuram, evitam a rua e giram suas chaves nas trancas de suas diversas fronteiras de passagem, renovando em cada ação a presença do risco e o cultivo do medo. A mixofobia, assim, se expande, tornando-se processo naturalizado no *ethos* urbano ao mesmo tempo em que reforça o paradoxal conflito do indivíduo que vê a diferença simplesmente naquele que parece extrapolar seu núcleo comum, mas, ao mesmo tempo e de forma também paradoxal, anseia a segurança de uma homogeneidade artificialmente elaborada. Os impactos disso são expressos nas cidades – da arquitetura à paisagem –, nas interações nas ruas e, principalmente, nos espaços públicos.

Com a diferenciação social também não foi diferente. A aceleração é patente e com o avanço irresoluto da globalização, a divisão social do trabalho e as referências culturais tornam-se ainda mais versáteis e variadas. Sob a influência do sistema capitalista e em sua relação recíproca, essa força modernizadora promoveu ampla transformação na modernidade.

O modelo de produção fordista – produto símbolo da modernidade que colocava em prática os princípios do taylorismo –, concentrando toda a produção na indústria localizada nos países que abrigavam as sedes das corporações, começa a ser substituído, em meados de 1960³³, por um modelo de produção mais flexível, capaz de atender demandas de forma mais precisa e com ampla utilização de mão-de-obra barata localizada em territórios distantes. Além disso, a padronização, tão

33 (Harvey, 2011)

presente no fordismo, dá lugar à customização, que cada vez mais se amplia em busca de saciar os anseios de diferenciação dos consumidores. Também se tornou imprescindível nesse período para as empresas ampliar os mercados consumidores, além do incremento constante em automação dos processos produtivos e a aceleração que passa a caracterizar o desenvolvimento de novas tecnologias. David Harvey chamou esse modelo de “acumulação flexível”.

A acumulação flexível, como vou chama-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (Harvey, 2011, p. 140)

Esse novo modelo gerou reverberações consideráveis na própria organização do trabalho. A própria divisão social do trabalho passara, em poucos anos, para uma situação de dependência e hierarquização internacional. Isso não significa que antes a globalização não impactara o capitalismo, o trabalho ou os modelos produtivos, mas sim que até então isso não ocorrera de forma tão evidente, organizada e ao mesmo tempo flexível. É a transição de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo. E essa circunstância será uma das marcas mais agudas da modernidade líquida, fortalecendo ainda mais a individualização.

Ao contrário da produção, o consumo é uma atividade solitária, irremediavelmente solitária, mesmo nos momentos em que se realiza na companhia de outros. Esforços produtivos (em geral de longo prazo) requerem cooperação mesmo quando apenas demandam a adição de força muscular bruta: se carregar um pesado tronco de um lugar para outro requer uma hora a oito homens, não se segue que um homem o possa fazer em oito (ou qualquer número de) horas. No caso de tarefas mais complexas que envolvem a divisão do trabalho e demandam diversas habilidades especializadas que não se encontram em uma só pessoa, a necessidade de cooperação é ainda mais óbvia; sem ela, o produto não teria chance de surgir. (...) No caso do consumo, porém, a cooperação não é só desnecessária como é inteiramente supérflua. O que é consumido o é individualmente, mesmo que num saguão repleto. (Bauman, 2001, p. 189)

O trecho acima dá a tônica de como o traslado de um modelo focado no consumo é capaz de retroalimentar sinergicamente a individualização e, mais temerariamente, o individualismo. Simultaneamente, dá indícios de mais um dos paradoxos da modernidade líquida: ao tempo em que a diversidade de atividades econômicas se amplia, especializando ainda mais os indivíduos e tornando-os mais dependentes uns dos outros, também se amplia o consumo, o individualismo e a diferenciação social.

Outra transformação marcante na esfera do trabalho diz respeito às próprias formas de contratação e aos vínculos estabelecidos entre contratante e empregado. Os empregos foram fragilizados. Datam também desse período os contratos precários, a subcontratação, terceirização, empregos temporários e o enfraquecimento – discursivo e de fato, em alguns casos – das organizações sindicais. A consequência disso jaz na ampliação da insegurança existencial de muitos trabalhadores, que antes encontravam no emprego a segurança de uma carreira que poderia durar toda a vida. O discurso da desregulamentação e da redução das barreiras tarifárias, por exemplo, assumem papel central num momento no qual o capitalismo quer ser leve e livre, apto a se desterritorializar conforme a conveniência – o que passa a ser ainda mais fácil com o advento da internet e novas tecnologias de informação e comunicação.

Ao fim e ao cabo, os modelos de produção abandonaram um formato organizacional piramidal e se tornaram amorfos ao optar por uma estrutura reticular, na qual diferentes locais – diversas vezes bastante distantes entre si – abrigam partes diferentes da produção. Dessa forma, a organização em rede permitiu deslocar o chão de fábrica para locais com mão de obra barata, muitas das vezes praticamente sem direitos trabalhistas, salários dignos ou condições adequadas de trabalho, enquanto a maior parte dos lucros eram remetidos para as sedes, nas quais as decisões acabariam por ser tomadas e onde estariam os salários mais elevados e tarefas consideradas mais nobres.

Para além do surgimento de uma nova estratificação da divisão social do trabalho em escala internacional, talvez o elemento mais importante da força de modernização da diferenciação social para a

modernidade líquida reside no reposicionamento do consumo na vida social. Enquanto a individualização mobiliza as forças que levam ao cultivo do individualismo, a diferenciação social converge para alimentar esse impulso. O terceiro elemento envolvido nessa equação é o capitalismo, que sinergicamente se mobilizou sob a maré das forças de modernização ao voltar seu foco para o consumo. Estava, assim, consolidado um ciclo retroalimentado.

O que se tornou mais claro ao longo do tempo foi o fato de que na modernidade líquida, as forças modernizadoras, por mais impactantes e relevantes que sejam, foram consideravelmente submetidas ao sistema capitalista. Diferentemente do período anterior – de tentativa de construção do sólido, como previamente discutido –, agora o capitalismo não somente interage com a individualização, a racionalização e a diferenciação social, como muitas vezes é o que as conduz, ainda que tenha sempre sido seu principal fator de aceleração.

Em síntese, a modernidade líquida representa um contexto no qual os componentes advindos do momento de modernidade que a antecedeu, em interação contínua com o capitalismo e suas transformações, acabaram por condicionarem um estar no mundo marcado pela incerteza, pela efemeridade e pelo risco. A diferenciação social é dinâmica e os padrões e referências se desdobram continuamente, mas simultaneamente, ao se escorar no consumo, as diferenças alimentam a desconfiança – entre os que podem e os que não podem consumir – e, ao produzir também insegurança, empurra para a busca por semelhança. A racionalização referenda os julgamentos cotidianos, mas amplia a ciência dos riscos ao dar força ao sonho de pureza e à possibilidade de se ter bônus

sem ônus. A individualização, intensificada, traz dúvidas existenciais e muitas vezes distancia a empatia, juntamente com a diferenciação social. Floresce e se fortalece o individualismo, que cria uma clivagem entre o indivíduo e o cidadão. O consumo se expande, ocupa o centro da existência e chega a permear até mesmo as lógicas tácitas de socialização. Ocorrem o que Bauman caracterizou como relações por “conexão”³⁴, referindo-se ao fato de que conexões podem ser feitas, desfeitas e refeitas quantas vezes se considerar necessário e quando assim convier. Ou seja, os próprios laços muitas vezes passam a ser pautados pela avaliação racional de custo-benefício, como no caso de mercadorias.

As consequências desse *zeitgeist* para a realidade vivenciada são diversas, mas é na cidade que mais intensamente se manifestam. A cidade é o principal *locus* da modernidade líquida, como foi também da modernidade “sólida”. É onde se reproduz e pela qual é, espacialmente, reproduzida. Atualmente, entretanto, essa afirmação alcançou outro patamar. Isso ocorre porque cada vez mais o planeta se torna urbano e mais pessoas escolhem cidades como morada. Consequentemente, é no urbano que se desenvolvem as ações humanas. Não só isso, mas também as instituições, política e economia, em particular o consumo, se realizam em sua maior parte nas cidades, enfatizando o papel central que desempenham hoje para se pensar a sociedade. Logo, as características e lógicas da modernidade líquida são, em geral, “questões urbanas”, seja na dimensão do trabalho, do lazer, da política, do consumo, etc.

³⁴ (Bauman, 2001)

Para Bauman³⁵, o aspecto mais marcante e representativo da modernidade líquida nas cidades se dá na erosão da civilidade e, consequentemente, no esvaziamento dos espaços públicos – com impactos na própria democracia e respeito pelo outro. Em boa parte, não se pode retirar daí a responsabilidade sobre o aprofundamento do individualismo reforçado pela diferenciação. O mesmo autor escreveu, inspirado em reflexão de Tocqueville³⁶:

(...) Como de Tocqueville há muito suspeitava, libertar as pessoas pode torna-las *indiferentes*. O indivíduo é o pior inimigo do cidadão, sugeriu ele. O “cidadão” é uma pessoa que tende a buscar seu próprio bem-estar através do bem-estar da cidade – enquanto o indivíduo tende a ser morno, cético ou prudente em relação à “causa comum”, ao “bem comum”, à “boa sociedade” ou à “sociedade justa”. Qual é o sentido de “interesses comuns” senão permitir que cada indivíduo satisfaça seus próprios interesses? O que quer que os indivíduos façam quando se unem, e por mais benefícios que seu trabalho conjunto possa trazer, eles o perceberão como limitação à sua

³⁵ (Bauman, 2001); (Bauman, 2009)

³⁶ Alexis de Tocqueville foi um pensador social e historiador francês. Suas principais contribuições tratam da democracia no ocidente, com destaque para a experiência dos Estados Unidos. Tocqueville tratou também da Revolução Francesa.

liberdade de buscar o que quer que lhes pareça adequado separadamente, e não ajudarão. (Bauman, 2001, p. 45)

Daí se pode extrair como a cidade vai materializar – e, necessariamente, reproduzir e reforçar – essa lógica moderna, num processo recíproco de elaboração da realidade. Comunidades muradas, valorização do transporte individual, segregação socioeconômica, guetos culturais e étnicos, avanço do domínio privado sobre o público, esvaziamento dos espaços públicos – ou sua simples dissolução. De acordo com Bauman³⁷, essas tentativas de isolamento são exercícios de mixofobia, cujo excesso vem transformando radicalmente as cidades e sobre o qual todo um mercado se consolidou: o do medo. No capitalismo, o medo tornou-se um produto e sob o discurso do necessário fornecimento de proteção houve uma explosão de oferta de serviços capazes de refuga-lo. Ainda conforme Bauman, o medo passou a ser uma política cotidiana.

A vida social se altera quando as pessoas vivem atrás de muros, contratam seguranças, dirigem veículos blindados, portam porretes e revólveres, e frequentam aulas de artes marciais. O problema é que essas atividades reafirmam e ajudam a produzir o senso de desordem que nossas ações buscam evitar. Os medos nos estimulam a assumir uma ação defensiva. Quando isso ocorre, a ação defensiva confere proxi-

37 (Bauman, 2009)

midade e tangibilidade ao medo. São nossas respostas que reclassificam as premonições sombrias como realidade diária, dando corpo à palavra. (Bauman, 2007, p. 15)

Entretanto, para que se possa evitar generalizações, é importante lembrar que essa relação com a cidade está associada ao capitalismo não apenas pela forma que o sistema estimula o consumo de serviços de proteção, mas também pela falta de acesso a esses mesmos serviços por parte da população. Afinal, os serviços de proteção também correspondem a formas de distinção. Ao tempo que agregam, criando sensação de segurança por filtros que parecem criar um ambiente esterilizado e protegido, excluem.

Ainda que existam condomínios murados capazes de atender diferentes profundidades de renda, em geral abrigam em suas instalações um recorte consideravelmente homogêneo de classe socioeconômica, cancelando a crença na proteção abstrata que ultrapassa o muro: o filtro do poder de consumo. O que Zygmunt Bauman³⁸ vai apontar é que a comunidade, nesses casos, se constrói pela crença – e tão somente crença – de que os muros são capazes de filtrar os bons elementos humanos, deixando para fora todo o risco que passou a permear a vivência urbana. Não é em vão dizer, portanto, que a proteção é um artigo luxuoso na modernidade líquida. Para tê-la, deve-se pagar. Também é, portanto, um artigo distintivo de classe, acessível aos que podem escolher isolar-se

38 (Bauman, 2009)

da cidade atrás de muros, no âmbito de condomínios que pretensamente abrigariam homogeneidade.

O que essa dinâmica não mascara é o fato de que o risco, o individualismo e a diferenciação produziram um contexto no qual um desconhecido na rua deixou de ser sujeito de uma indiferença respeitosa, mas por vezes empática, para, na maioria das vezes, ser considerado uma potencial ameaça. Essa transição é a síntese da dialética sócio material que conduz a cidade enquanto fenômeno na modernidade líquida.

1.4.1 Espaço social e modernidade: conformação de lógicas de julgamento

As lógicas da modernidade, substratos advindos das interações entre suas forças modernizadoras e o capitalismo, acabam por caracterizá-la, evidenciando o que melhor definiria o *zeitgeist* a que se refere. No caso da modernidade líquida, é particularmente importante tornar mais claros os componentes dessas lógicas em termos de valores relacionais, apontando quais aspectos do comportamento público e da materialidade urbana devem ser considerados para que seja plausível traçar suas inter-relações e como podem ser interpretados.

A esse conjunto de valores relacionais, contidos na maioria das vezes num universo de conhecimento tácito amplamente distribuído e conhecido, o sociólogo francês Pierre Bourdieu intitulou “espaço social”. Tal como aqui é posto, corresponde a uma dimensão social que coloca em posições relacionais tudo aquilo que se conhece. Assim, a palavra “espaço” é importante para entender que tudo tem um lugar,

uma posição na malha que articula valores, que relaciona impressões, ideias e juízos – embora não corresponda à ideia de um lugar material, físico, geográfico. Para esse conceito, a palavra “espaço” assume um sentido metafórico, cuja melhor compreensão está no fato de que no espaço material, tudo que se dispõe, assim se faz em posições distintas. Explorando um pouco mais a metáfora, é possível dizer também que no espaço não só as posições das coisas são importantes por si só, mas na relação que têm umas com as outras. Afinal, é exatamente isso que vai, de forma efetiva, *configurar* o espaço.

Logo, isso que aqui se chama de “espaço social” está expresso não somente nas relações, mas também na materialidade urbana, nos edifícios, centros comerciais, ruas, praças e parques. É a forma como a configuração manifesta elementos sociais importantes – seja de classe, seja de gosto, seja de valor, sendo talvez as últimas duas consequências originárias de contingências da primeira. A cidade interage, sendo palco e sendo ator. Esse espaço social, mais figurativo do que tangível, é difícil de se perceber porque está incrustado nos tijolos ao mesmo tempo que ocupa os vazios da praça, das ruas e dos jardins. Um possível óbice para se entender essa ideia está no fato de que, em geral, segue camuflada por um discurso ideológico e, para a maioria das pessoas, parece ser *naturalizada* como mero julgamento particular.

É essencial apontar que o espaço social se caracteriza principalmente por definições originárias de estratificação social. Ou seja, de renda e classe – e, assim, é também submetido às lógicas e articulações da modernidade. A consequência disso se desenha na realidade percebida, concedendo elementos de identificação os mais diversos para que compreendamos

um pouco melhor um determinado local, suas edificações e os comportamentos que abriga.

A ideia de um espaço social de Bourdieu foi substancialmente elucidada em breve texto que produziu. Logo de início escreve:

Como o espaço físico é definido pela exterioridade recíproca das partes, o espaço social é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem; isto é, como estrutura de justaposição de posições sociais. Os agentes sociais, e também as coisas – do modo como elas são apropriadas pelos agentes, e, portanto, constituídas como propriedades –, situam-se em um lugar do espaço social que pode ser caracterizado por sua posição relativa quanto aos outros lugares (acima, abaixo, entre, etc.); e pela distância que o separa deles. (Bourdieu, 2013, p. 133)

Isso significa dizer que também as coisas – os muros, as fachadas, as ruas – carregam em si mesmos um sentido social particular que se manifesta para os indivíduos. É afirmar que a interação não se dá apenas entre as pessoas, mas também incorpora, nesse caso, as formas arquitetônicas e urbanísticas, seus significados e valores. Essa relação se dá à medida que as populações vivenciam um determinado espaço, seja no processo de construção da paisagem, seja na ocupação efetiva ou no afastamento muitas vezes provocado pelas estruturas e equipamentos presentes. De toda forma, o estabelecimento de interações acaba por depender de

como vão se estabelecer os contatos entre o espaço social materializado e aquele que permanece invisível, abstrato.

Deve-se destacar que o cerne da discussão que se espera tornar claro é que o espaço social tem profundas ligações com a definição do espaço público. Isso ocorreria fundamentalmente pelas *formas* e pelo *habitus*³⁹, que são importantes na compreensão de três dos cinco componentes da civilidade. O que impõe fronteiras pouco acessíveis, implodindo a acessibilidade? Quais aspectos caracterizam a busca por apaziguamento? Quais as características que vestidas, incorporadas, faladas ou portadas lançam por terra a indiferença? Ao fim e ao cabo, o espaço social está profundamente conectado às atitudes em relação ao outro no que tange o espaço construído e, ao mesmo tempo, a como – e o que – o que está construído comunica e interage com os seres sociais.

O espaço social, espaço abstrato constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos (campo econômico, campo intelectual etc.), dos quais cada um deve sua estrutura à distribuição desigual de uma espécie particular de capital, pode ser apre-

39 “Habitус” é um conceito traçado por Pierre Bourdieu que, em poucas palavras, diz respeito a um sistema gerador e, simultaneamente, de classificação de práticas e produtos. Afirma também que se trata de uma “estrutura estruturada” (já formada, formatada) e também “estruturante” (por ser formadora e formatadora). São esquemas de ação e pensamento socialmente construídos. É disposição social incorporada. (Bourdieu, 2011)

dido sob a forma da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que funcionam, simultaneamente, como instrumentos e objetos de lutas no conjunto dos campos. (Bourdieu, 2013, p. 136)

Aceitar que o espaço existe a partir dessa perspectiva é compartilhar também da concepção de Henri Lefebvre, que entenderá o termo – aprofundando seu caráter sociológico – como um produto⁴⁰. Isso não corresponde a assumir o espaço como um resultado inerte da ação social, mas, pelo contrário, como fator importante na lógica do sistema capitalista. Ora, em sua obra “A produção do espaço”⁴¹, Lefebvre traça, logo de início, uma crítica aguda às formas pelas quais o verbete “espaço” vinha sendo abordado e, além disso, problematiza com perspicácia a forma como esse espaço foi, ao longo do tempo, socialmente construído. Sua contribuição mais marcante se dá no traslado que faz, a partir da teoria marxista, do papel do espaço, retirando-o da dimensão de superestrutura para a dimensão de infraestrutura. Isso representou dar protagonismo ao espaço e evidenciá-lo como aspecto central na dinâmica capitalista e de suas transformações. Ao construir uma convergência entre a teoria de Bourdieu e os apontamentos de Lefebvre, o que se busca é enfatizar o papel do espaço social na consolidação desses elementos que tanto influenciam no uso e nas relações no espaço ao mesmo tempo que também expressam a modernidade em caráter físico, material, e participam da definição que se dá nos edifícios, ruas,

40 (Lefebvre, 1991)

41 Tradução do autor. No original: “The production of space”.

praças e interfaces possíveis.

Em conclusão, escreve Bourdieu:

Em suma, se o *habitat* contribui para fazer o *habitus*, o *habitus* contribui também para fazer o *habitat*, através dos usos sociais, mais ou menos adequados, que ele inclina os agentes a fazer desse mesmo *habitat*. (Bourdieu, 2013, p. 139)

1.5 Espaço público e civilidade: a cidade

Mas afinal, o que é o espaço público tão mencionado na introdução? Para entender a relevância dessa questão, é interessante delinear a discussão sobre o próprio conceito de cidade. Um primeiro exemplo podem ser as explorações da Escola de Chicago, tradição na qual o esforço de entendimento e conceituação ocorria a partir da *pluralidade* da cidade – na maioria das vezes entendida enquanto diversidade de modos de vida, interações e relações sociais, como apontou Louis Wirth⁴². Entretanto, essa proposição não basta para compreender a relação profunda entre

42 (Wirth, 1938)

espaço público, aqui em conceituação, e a própria definição de cidade. Circunscções sempre encontram casos que extrapolam suas capacidades – ao ponto de muitos pesquisadores optarem por abrir mão da possibilidade de delimitar com requisitos o que é ou não uma cidade. Como já apontou Bernardo Secchi, destacando os limites disciplinares no trato do tema “cidade”:

Cidade e território pertencem inevitavelmente à experiência cotidiana de cada um. Pensar que o mundo possa ser subdividido em tantos compartimentos, cada um sob a alçada de algum estudioso ou especialista, não é um pensamento somente ingênuo, mas é principalmente equivocado. (Secchi, 2012, p. 19)

A interdisciplinaridade da cidade é bastante notável. Ao abordarem a questão urbana, tornou-se, então, cada vez mais comum encontrar autores que caracterizam a ideia de cidade exatamente pela pluralidade de fenômenos em seu âmbito, ainda que enfatizando seus elementos sociológicos, tal como fez Yves Grafmeyer⁴³. Para esse sociólogo francês, a cidade se realiza no encontro de suas características *configuracionais e materiais* com os *modos de vida e interações e representações sociais* desenvolvidos pelos habitantes. Afirma que não se pode perder de vista que:

A cidade é simultaneamente território e população,

43 (Grafmeyer, 1994)

quadro físico e unidade de *vida colectiva*, configuração de objetos físicos e *nó de relações entre os seres sociais*. Podemos decidir interessar-nos mais particularmente por uma do que por outra destas duas ordens de realidades. Mas não deixam por isso de ser menos indissociáveis. E é precisamente a sua *interacção* que convém considerar, se quisermos concordar sobre uma definição geral de cidade, ou pelo menos sobre os seus traços mais significativos e constantes. (Grafmeyer, 1994, pp. 13, sic., grifo meu)

Talvez no extremo das tentativas de entender a cidade seja possível dizer que elas *não podem* ser entendidas de forma plena, absoluta. Suas dimensões são tantas que os recortes demandados muitas vezes se efemerizam, dissolvendo-se diante das dinâmicas da realidade. A diversidade que pode ser encontrada no mundo é tamanha que alguns autores, como a socióloga Fran Tonkiss⁴⁴, afirmam que a melhor forma de definir uma cidade é “nominalmente”. Ou seja, cada cidade é única em sua própria concretude enquanto fenômeno particular. Sob essa ótica, a densamente povoada Nova York, nos EUA, é tão cidade quanto a pequena Pirenópolis, no interior do estado de Goiás, independentemente de pujança econômica, capacidade de geração de empregos, densidade ou crescimento demográficos, ou presença ou ausência de arranha-céus em cada um desses locais. Por mais óbvio que isso possa soar mesmo em uma leitura pouco atenta, não é tão incomum que se

44 (Tonkiss, 2013)

encontre na literatura tentativas mais ou menos alienantes de construir uma definição.

Pois é aí que se encontra o elemento marcante que indica o caminho de uma certa compreensão. O que parece ser então, de fato, importante para definir uma cidade? O que importa são as suas dinâmicas urbanas, *dinâmicas de cidade*.

Robert Erza Park, da Escola de Chicago, é mais um ponto de partida interessante:

(...) a cidade é algo mais do que um amontoado de homens individuais e de conveniências sociais, ruas, edifícios, luz elétrica, linhas de bonde, telefones etc.; algo mais também do que uma mera constelação de instituições e dispositivos administrativos – tribunais, hospitais, escolas, polícia e funcionários civis de vários tipos. Antes, a cidade é um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição. Em outras palavras, a cidade não é meramente um mecanismo físico e uma construção artificial. (Park, 1987, p. 26)

O amálgama que Park descreve como a síntese do urbano, da cidade, faz pensar a existência de um *ethos* urbano, uma ética própria do usufruto, vivência e apropriação daquilo que chamamos de cidade. Mais que isso, ele aponta que é exatamente isso que a define como tal, que torna

um aglomerado de indivíduos e edifícios esse *fenômeno* difuso e amorfo que, genericamente, mas ao mesmo tempo com impressionante precisão, se diz ser “cidade”.

Compreender que existe um *ethos* urbano e reconhecê-lo em sua importância para definir a cidade enquanto tal não é, porém, o bastante. Não se pode esquecer da dimensão espacial. A cidade tem tempo e tem lugar, não é tão somente um conceito, abstrato, ainda que compreensível. Logo, o *onde* é importante. Mais que isso, *onde na cidade isso acontece e se realiza* é de grande relevância. Esse *onde* o que faz da cidade *cidade* e permite entendê-la como tal é o espaço público.

O espaço público é mais uma ideia relativamente genérica de áreas espalhadas dentro do contexto urbano. Como a ideia de cidade, a de espaço público também não encontrou consenso e ainda se lança como uma noção razoavelmente ampla, apesar de menos amorfa. Diz-se isso porque a ideia de “espaço público” remete exatamente a formas, morfologias e lugares bastante conhecidos e que compõem o imaginário generalizado sobre as áreas urbanas e cidades. “Praças”, “ruas” e “parques”, por exemplo, estão entre os mais comuns, facilmente mencionados por qualquer leigo ou especialista, no rol das “formas e lugares” dos espaços públicos, por assim dizer. Apesar disso, como mencionado no processo de busca de entendimento da cidade, o espaço público também possui características que o marcam como fenômeno e não somente como matéria, objeto ou forma. Nele se manifesta esse *ethos* – dificilmente explicável com outro termo – que a cidade tende a ter atribuído para si.

Assim, esse mesmo espaço público é o palco no qual a cidade toma

forma e seu roteiro se desenvolve. É nele – ruas, praças, parques, etc – que os estranhos podem se encontrar, ver, observar, imaginar e comunicar, elaborando conjunta e difusamente uma ordem própria de entendimento do espaço e do mundo urbano sensível. Toda cidade tem seus rituais de espaço público que se desenvolvem cotidianamente e a formatam, condensando uma ética própria que se desenrola nessas interações do dia-a-dia. Richard Sennett⁴⁵, por exemplo, irá apontar como qualidade essencial das cidades esses “encontros entre estranhos”, possíveis somente nos espaços públicos. O estranho no elevador do trabalho nunca é tão estranho, desconhecido ou misterioso quanto o estranho passando na rua – estranhezas diferentes, com potenciais e sensações diferentes.

Por outro lado, a cidade é também espaço de manifestação da individualidade e, simultânea e paradoxalmente, do cosmopolitismo e da coletividade, já indicava Georg Simmel⁴⁶. Isso acontece por movimentos simultâneos, porém um tanto paradoxais, no âmbito da modernidade e de seu posterior – contemporâneo – agravamento. Ao mesmo tempo que a cidade e a urbanização avançam como produto e produção dos processos de modernização, avança também o individualismo⁴⁷, tão característico do advento da modernidade. O excerto de um trabalho escrito por Jovanka Scocuglia sintetiza com clareza essa perspectiva ao tratar das relações entre espaço público e urbanidade em reflexões

45 (Sennett, 1977)

46 (Simmel, 1987)

47 (Simmel, 1987); (Sennett, 1977).

acerca de uma nova epistemologia para se estudar as cidades atuais:

Igualmente importante é pensar que, se as cidades sempre foram *relacionais*, lugares de convivência com o outro, com o “estrangeiro”, de coexistência das diferenças, também são ao mesmo tempo lugares da exacerbação do individualismo e do cosmopolitismo. (Scocuglia, 2010, p. 13)

No mesmo sentido, o sociólogo Brasilmar Nunes afirma, em síntese clara e precisa, indo ao encontro da caracterização da cidade por meio do espaço público como *locus* do tenso, porém essencial, encontro de diferenças:

A cidade é assim este mundo paradoxal que permite construir uma identidade na medida em que nos priva de nosso “eu” e nos abre aos outros enquanto “outros”. Talvez seja isso que nos faz sentir física e existencialmente o apego à cidade, que é, para cada um de nós, nossa cidade; nossa identidade depende dela.

O espaço público das cidades é também feito de confrontações de classes sociais; sua atmosfera exprime tensões políticas. É nas ruas que cada grupo social afirma sua existência e reivindica seu direito ao reconhecimento; é nas ruas que as minorias se fazem ver, contestam ou reivindicam; é nas ruas que

as maiorias se afirmam e impõem seu poder. Em síntese, a rua é o fórum no qual podemos ser vistos e onde se desenvolvem os conflitos, portanto, um lugar dotado de história, um símbolo político. Assim, a ideia de cidade está pressupondo uma aglomeração de pessoas em um sítio desenhado pela vida cotidiana produzida pelo estar junto.

São, portanto, vários os níveis que podem ser utilizados na análise sociológica da cidade, ou da vida urbana, esta entendida como sendo composta por um cotidiano que pressupõe interações permanentes entre indivíduos e dos indivíduos com o espaço. (Nunes, 2004, pp. 151-152)

Cabe compreender que o espaço público que aqui se menciona não é, como anteriormente mencionado neste trabalho, simplesmente uma conformação morfológica. É um espaço livre, mas não somente isso. Trata-se de um fenômeno. Como indicou Nunes, o espaço público dá liga à cidade, preenche seu mosaico, permeia-a, costura suas partes, dá passagem e parada, permite ver e ser visto, encontrar, estranhar, observar e ignorar. Ele é político. Ele, inclusive, é moldado por essas dinâmicas efêmeras e intangíveis – ao mesmo tempo que pode ser capaz de moldá-las. Encontrar uma definição precisa para o espaço público é um desafio. A opção, aqui, foi a de construir um entendimento que leve à reflexão – mais do que a uma incontestável afirmação – do que é e de que papel desempenha na cidade a partir de uma revisão teórica de autores que se debruçam sobre o tema. Entre os limites propostos na

literatura, objetiva-se alcançar algum grau de entendimento e coerência. Para isso, existe um elemento que definirá esse espaço público de maneira fundamental: a civilidade.

Percorrendo de um extremo a outro das possibilidades, as investigações sobre o espaço público encontraram diversas maneiras de caracterizar esse tipo de localidade ou, como alguns autores vão preferir apontar, esse tipo de fenômeno. Em uma rica publicação intitulada *Common Ground? Readings and Reflections on Public Space*⁴⁸, os sociólogos Anthony Orum e Zachary Neal trazem um conjunto de textos acerca do espaço público e as mais diversas facetas que pode assumir ou abrigar. Entre eles, há um no qual Neal traça um panorama de como deveriam ser observados os espaços públicos de acordo com alguns critérios. São eles: “facilitador/ catalisador da ordem cívica”, “sítio de poder e resistência” e “palco para arte, teatro e performance”⁴⁹. Não há, nessas três definições, caracterização de espaço público que deixe de invocar uma atividade ou valor social. O que se quer dizer com isso é que o espaço público superou uma conceituação meramente morfológica ou material, ou seja, deve ser percebido como um fenômeno social, uma construção coletiva, ainda que se localize em determinadas conformações materiais.

48 Em tradução do autor: “Terreno comum: Leituras e reflexões sobre espaço público”. Este livro compõe uma série de publicações intitulada “The Metropolis and Modern Life” (A metrópole e a vida moderna).

49 Tradução efetuada pelo autor. Os critérios, no original, são intitulados, respectivamente: “facilitator of civil order”, “site for power and resistance” e “stage for art, theatre, and performance”.

Isso posto, entende-se que a cidade é *urbs* e, mais profundamente, *civitas* e *pólis*. Os espaços públicos são aqui entendidos enquanto *onde* e também – sendo fenômeno e no intuito de trazer também o espaço para o protagonismo – *como* esse engajamento civil do cotidiano acontece, o local da alteridade civil vivenciada e co-experimentada. Exatamente por isso, pode-se reafirmar, esses espaços são *fenômenos*. Essa ideia de um espaço público de caráter político e social advém, principalmente, de um conjunto de teorizações gestadas nas obras de Hannah Arendt e Richard Sennett e é sintetizada com precisão por Zygmunt Bauman no conceito de “civildade”. Além desses autores, a busca por uma definição mais coerente para a ideia de espaço público trouxe para a discussão o pensamento de Georg Simmel – principalmente a partir de uma releitura feita pela socióloga inglesa Fran Tonkiss – e o trabalho do geógrafo Angelo Serpa. Cabe antecipar que este trabalho propõe, num esforço de síntese, afirmar que a civildade não se realiza quando não há a convergência de cinco importantes fundamentos no espaço: a potencialidade do conflito, a existência de acessibilidade, a possibilidade de exercer a indiferença, a não-mediação pelo dinheiro e a experiência no cotidiano, que serão discutidos adiante.

O ponto de partida, porém, deve ser a compreensão do que se quer dizer com a ideia de “civildade”. Zygmunt Bauman, traz, principalmente por conclusões elaboradas a partir de trabalhos de Richard Sennett, o conceito de civildade.

A civildade é definida por Bauman como uma atitude que consiste, de maneira sucinta, na:

(...) capacidade de interagir com estranhos sem utilizar essa estranheza contra eles e sem pressioná-los a abandoná-la ou a renunciar a alguns dos traços que os fazem estranhos. (Bauman, 2001, p. 122)

Assim sendo, a premissa mais importante da civildade é que todas as suas características representam formas de lidar com o estranho, com a alteridade, com o diferente, sem que esse trato represente constrangimento, violência, controle, coerção ou qualquer outro tipo de ação que possa, por incorporação ou expulsão, eliminar essa distinção. Essa atitude é, exatamente por isso, metaforizada por Richard Sennett e assim assumida como adequada por Bauman como a possibilidade de se usar máscaras a vontade. Evidente que não em um sentido que implique falsidade ou dissimulação, mas assume-se a maleabilidade do agir e do ser sob diferentes contextos sociais e a garantia dessa possibilidade, permitindo a expressão e a busca por reconhecimento.

Nas palavras Sennett, conforme citado por Bauman:

(...) a atividade que protege pessoas umas das outras, permitindo, contudo, que possam estar juntas. Usar uma máscara é a essência da civildade. As máscaras permitem a sociabilidade pura, distante das circunstâncias do poder; do mal-estar e dos sentimentos privados das pessoas que as usam. (Bauman, 2001, p. 112)

Com isso em vista, Bauman avança ao afirmar que, exatamente pelo

necessário exercício da civilidade, trata-se de um dever que o meio urbano seja “civil”, possibilitando que “seus habitantes possam aprender as difíceis habilidades da civilidade” (Bauman, 2001, p. 112). A ideia que o conceito de civilidade sintetiza é, então, a de interação cívica com o estranho e o diferente no espaço compartilhado. É, em síntese ainda mais aguda, a essência de uma ação de cunho democrático. Partindo dessa definição para, em seguida, destrinchar-se as especificidades que permitem a verificação da presença da civilidade e, conseqüentemente, do espaço público, deve-se perceber os cinco elementos que caracterizam a civilidade ao tempo em que também a propiciam. Para tal, foi necessária revisão teórica que pudesse referendar os conceitos e percepções aqui sugeridos.

Para Bauman, a civilidade deve ser considerada a característica essencial do espaço público e, além, da própria cidade. Aponta nesse sentido ao constatar que é exatamente um certo esmorecimento da civilidade que vem alimentando progressivamente a desintegração do espaço público com a ascensão de espaços outros que, ainda de acordo com esse autor, refletem o atual momento da modernidade e têm conseqüências negativas sobre a vida social e a própria cidade. Entre eles estariam os condomínios fechados, os não-lugares descritos⁵⁰ por Marc Augé, os espaços de consumo (como *shoppings centers*) e toda sorte de enclaves ou interfaces espaciais que alimentem a degradação da civilidade, constituindo prejuízo para a cidade e para a própria democracia, em última instância.

50 (Augé, 2012)

1.6 Encontrando o espaço público: cinco condições

A partir dos escritos de Arendt, o espaço público poderia ser entendido como uma espécie de fenômeno – o termo usado em sua obra é “domínio público” – compreendido, principalmente, pelo potencial da ação (*vita activa*⁵¹). A inspiração da filósofa jaz na *pólis* grega, espaço de política direta – entre homens livres – e atuação voluntária. O que isso quer dizer? Para Arendt, haveria uma distinção importante entre o mundo doméstico, privado, e o mundo público: a interação entre iguais. Ainda tratando da *pólis* grega, a filósofa aponta que no âmbito da casa, do lar, as relações se davam de forma desigual, pela coerção e um ordenamento profundamente hierárquico, além de englobar o labor, o trabalho – elementos da desigualdade estabelecida pela organização social da sociedade grega da época, que incorporava profundas distinções entre homens e mulheres e se baseava em uma economia com a presença de escravos. Por outro lado, Arendt descreve a vida pública como o oposto, indicando que se daria “entre iguais”, visto que a experiência da *pólis* era uma reunião de cidadãos livres, na qual todo conflito e desacordo era resolvido com base na ação discursiva, na persuasão, convivência e argumentação. É por essa perspectiva que, para Arendt, o espaço público não poderia deixar jamais de ser político e, como escreve o arquiteto Sérgio Abrahão sobre essa postura de Arendt “[o espaço

51 (Arendt, 2010)

público era] o âmbito capaz de elaborar o comum porque liberto da necessidade” (Abrahão, 2008, p. 29), em oposição ao âmbito do privado. Nota-se também a importância do potencial de conflito. Sem essa possibilidade, não faz sentido a ação no domínio público, não há contestação ou disputa a se resolver, ideia retomada por diversos autores, como fez Brasilmar Nunes.

Em síntese, o argumento de Arendt aponta a centralidade do espaço público para a vida urbana e para a mera existência de humanidade⁵² – que não seria viável sem um mínimo de vivência cívica, em sua perspectiva. Logo, o *público* como tal dependeria da realização dessa condição humana em uma relação retroalimentada. Isso, evidentemente, pela ação, *vita activa*, entendida por Arendt, como escreve Abrahão:

(...)como liberdade, a dignidade da política, a luta dos homens contra a mortalidade e contra o esquecimento, a relação desinteressada entre eles e sem mediação do mundano ou das necessidades vitais. (Abrahão, 2008, p. 24)

Com um tom similarmente apologético em relação ao passado, Richard Sennett abordou a questão do espaço público e da dimensão da vida pública de forma razoavelmente parecida. Apesar disso, a qualidade essencial do espaço público indicada por Sennett⁵³ é a troca entre estran-

52 (Abrahão, 2008)

53 (Sennett, 1977)

nhos, o encontro com o não-familiar. É a possibilidade da experiência do estranhamento, da alteridade, de um certo incômodo inquietante ao mesmo tempo que curioso, mas sem interpelações. Para o autor, é por meio dessa experiência que exercemos uma política cotidiana, uma construção cívica de empatia e tolerância.

Sennett tem como centralidade de seu argumento uma crítica às transformações que o estilo de vida burguês da modernidade impôs aos indivíduos do ocidente: vidas cada vez mais privadas sob a pressão da diferenciação e do consumo. Com o avanço do individualismo na modernidade, por vezes passa-se mais tempo em espaços privados do que públicos: que seja, mais tempo em busca de si do que do outro – muitas vezes um evento mediado pelo dinheiro –, um comportamento profundamente narcísico⁵⁴. Consequência disso seria a diminuição da disponibilidade, de interesse e de uso de espaços públicos que, por sua vez, trariam como consequências a redução do engajamento político e o encolhimento na quantidade de indivíduos que exerçam, genuinamente, valores de liberdade e respeito, que passam a ser fortemente ameaçados na vida cotidiana. Um ciclo vicioso.

Os argumentos de Sennett e de Arendt vão ao encontro um do outro. Assumem o potencial do conflito, a não-mediação pelo dinheiro e a possibilidade da diferença e da presença de estranhos como elementos fundamentais para o espaço público e para a própria lógica urbana. A possibilidade de estranhos se encontrarem e a mediação das

54 (Sennett, 1977)

intersubjetividades dos indivíduos compõem, concisamente, o que se pode entender como o “potencial de conflito”. Como escreveu o sociólogo francês Yves Grafmeyer, o espaço público deve abrigar esse potencial – e inclusive por ele se torna uma síntese tão adequada do que é a vida na cidade – exatamente porque “por definição, não é passível de ser apropriado por um grupo particular que lhe designe um uso privativo” (Grafmeyer, 1994, p. 115). Se há domínio, se há uso exclusivo ou apaziguamento, a dimensão pública se esvanece. A disputa e o conflito estão na essência da definição da civilidade e, simultaneamente, do espaço público. Importante dizer que esse potencial de conflito não corresponde à ocorrência de violência, de agressão, de uso de força física. Trata-se da luta por reconhecimento, pela possibilidade de se expressar, de ver e ser visto, que todo estranho ou grupo social acaba elaborando em sua passagem ou permanência nos espaços. Logo, por mais que alguns anseiem a pacificação e o apaziguamento, é exatamente isso um dos processos que pode obliterar o caráter público de um espaço.

No mesmo sentido aponta a leitura de Angelo Serpa ao trazer a ideia que chama de “acessibilidade”. Não se trata, porém, do sentido comumente empregado no campo da arquitetura e urbanismo que diz respeito à possibilidade de acesso ser proporcionada a indivíduos portadores de necessidades especiais. Está, na verdade, profundamente relacionada com o potencial de conflito, mas exprime um passo além, como nas muitas vezes nas quais a presença pode ser cerceada por simples olhares ou por um largo – e simultaneamente intersubjetivo – acordo social tácito. A ideia apresentada pelo geógrafo diz respeito ao potencial de um espaço público de receber pessoas provenientes das mais diversas classes sociais e localidades de forma livre, despreocupada e sem

qualquer tipo ou gradação de cerceamento ou restrição. De forma metafórica, mas, paradoxalmente, nem por isso menos literal, pode-se dizer que se refere a “barreiras invisíveis”, uma relação que passa por uma interação muitas vezes silenciosa e carregada de conhecimento social tácito, de leitura e julgamento do outro. A acessibilidade é o elemento mais impactado pelo espaço social conformado para os acordos, julgamentos e comunicações numa determinada localidade.

Escreve Serpa ao explicar a ideia de acessibilidade:

Esta última [a acessibilidade] está estritamente vinculada, na demarcação dos territórios urbanos, à alteridade, contrapondo uma dimensão simbólica (e abstrata) à concretude física dos espaços públicos urbanos. Pois, a acessibilidade não é somente física, mas também simbólica, e a apropriação social dos espaços públicos urbanos tem implicações que ultrapassam o *design* físico de ruas, praças, parques, largos, *shoppings centers* e prédios públicos. Se for certo que o adjetivo “público” diz respeito a uma acessibilidade generalizada e irrestrita, um espaço acessível a todos deve significar, por outro lado, algo mais do que o simples acesso físico a espaços “abertos” de uso coletivo. (Serpa, 2013, p. 16)

Ainda que seja uma construção absolutamente social, o pacto que se estabelece e gera ou destrói a acessibilidade tem também uma dimensão física extremamente evidente. Trata-se do acesso mediado pelo

transporte, pela arquitetura ou pelo dinheiro.

O terceiro elemento para a composição da civilidade é a “indiferença”. A princípio de conotação negativa, a possibilidade de se exercer a indiferença como uma forma de agir no espaço urbano nasce na obra do sociólogo Georg Simmel, mas aqui se apresenta a partir da leitura desenvolvida por Fran Tonkiss⁵⁵, socióloga inglesa.

Para Simmel⁵⁶, a indiferença, exercida principalmente por meio de uma “atitude *blasé*”, acontece em função do conflito entre indivíduo e coletivo que se manifesta no ambiente urbano. Esse autor afirma que a cidade – mais especificamente a metrópole – é tão rica em informações, estímulos e diferenças que seria prejudicial à própria saúde mental do indivíduo – até então (1903) ainda pouco acostumado com a realidade de grandes cidades, de acordo com o autor – tentar lidar com essa enchente de forças e influências. Logo, para viver nesse espaço urbano que tanto sobrecarrega, o indivíduo tenderia a agir com mais indiferença, a lidar com o outro de forma mais distante e fria. Para Tonkiss, isso não significa ignorar o outro ou estímulos que porventura o alcancem, mas sim ter consciência de tudo que se passa e, ao fazê-lo, reconhecer as diferenças na cidade e lidar com isso de maneira introspectiva, buscando compreensão, entendimento e alimentando a construção do eu e da própria individualidade por contato e percepção com/ da alteridade.

55 (Tonkiss, 2005)

56 (Simmel, 1987)

Essa indiferença é também, então, parte do *ethos* urbano que permite a vida na cidade. Não se pode lidar com todos, não se pode deixar invadir por tudo que se passa à volta. Simultaneamente, não se pode invadir a diferença, não se pode interpelar ou constranger o outro. A atitude de indiferença deve ser revisitada nesse sentido, que permite exercê-la como uma espécie de respeito que autoriza a distância do contato e a dúvida da intencionalidade sem violentar a presença. Nesse sentido, trata-se de imaginar uma indiferença que se caracterize como *empática*. É possível dizer que se trata de uma mão dupla: se não há concordância nesse acordo tácito de indiferença, alguma das partes acabará sendo, de alguma forma, invadida. Em resumo, não poder exercer a indiferença é não poder *ser* diferente.

Conforme se viu na caracterização da civilidade, para constituição do caráter público do espaço é de grande importância que os indivíduos não se “invadam” mutuamente. Isso acontece dependendo inclusive da possibilidade de se exercer a indiferença. Diz respeito ao estar presente sem ser tornado um suspeito a ser interpelado. Superada a constatação de acessibilidade, alguns espaços mantêm mecanismos de controle ativos. Exemplo comum é o do pedestre que, ao percorrer uma rua é abordado por um segurança, morador ou porteiro que questiona sua presença ali. Trata-se de um exemplo vivenciado, inclusive, ao longo desta pesquisa em Águas Claras e que posteriormente será narrado sob uma perspectiva analítica. Esse caso reflete uma invasão muito evidente, um rompimento total do trato pela indiferença – e, obviamente, acaba por também demonstrar uma revogação da acessibilidade na tentativa de apaziguamento da dúvida, da estranheza.

Outro elemento, o quarto, se dá na não-mediação pelo dinheiro da relação entre indivíduo e espaço. Bauman aponta como a ação de consumo por si já não se caracteriza como um ato civil na relação com o espaço. Em sua perspectiva, o consumo se realiza de maneira estritamente individual, por mais que se esteja na presença de outros, e atua num processo de homogeneização dos presentes. Pelo consumo, todos se tornariam, no espaço, em presença, iguais – à medida em que consumissem, é claro. Nesse sentido é impossível afirmar que um *shopping* possa manifestar caráter público: ali, quem não consome, pode chegar a ser expulso. De acordo com Zygmunt Bauman:

(...) O lugar [de consumo] é protegido contra aqueles que costumam quebrar essa regra – todo tipo de intrometidos, chatos e outros que poderiam interferir com o maravilhoso isolamento do consumidor ou comprador. O templo do consumo bem supervisionado, apropriadamente vigiado e guardado é uma ilha de ordem, livre de mendigos, desocupados, assaltantes e traficantes – pelo menos é o que se espera e supõe. As pessoas não vão para esses templos para conversar ou socializar. Levam com elas qualquer companhia de que queiram gozar (ou tolerar), como os caracóis levam suas casas. (Bauman, 2001, p. 114)

A permanência não é incentivada, mas quanto mais efêmera e ágil nos atos de compra, melhor. Para Bauman, isso caracteriza um tipo particular de espaços “não-civis”: os espaços de consumo. O grande problema,

na verdade, é que esses espaços já extrapolam os limites das paredes dos *shoppings* e muitas vezes avançam sobre outras áreas da cidade, inclusive espaços livres, pacificando espaços públicos ao neles injetar a necessidade da mediação do dinheiro e a lógica do consumo – muitas das vezes, importante destacar, sob um discurso de retomada da esfera pública, de revitalização dos espaços, de ocupação da rua. Essa lógica, em diversos casos, trará restrições sobre a acessibilidade. Isso ocorre exatamente porque o consumo pode atuar como um filtro, uma barreira.

O último elemento destacado para caracterizar a civilidade e o que aqui se tenta definir como espaço público pode ser encontrado na importância de que a experiência seja usufruída e aconteça no cotidiano. A excepcionalidade não possui força para tornar um local em um espaço verdadeiramente público. Esse último elemento, mais do que um processo capaz de viabilizar a civilidade, exige atenção por não permitir a transformação do espaço público em um simples produto, numa ocorrência efêmera sem caráter civil e que compartilhe mais sintonia com um espetáculo do que com a vivência do dia-a-dia. Por essa perspectiva, *happenings*, *flash mobs* e similares, por melhor intencionados que estejam, não são capazes de, por si só, caracterizar um espaço como público: são excecionalidades, são efêmeros, são organizados e, em termos mais duros, artificiais. Muitas vezes, partem do princípio *do que devem* representar. Isso não significa uma crítica destrutiva a esse tipo de evento. O que se deve compreender é a importância do acaso, do cotidiano e da espontaneidade na consolidação desses espaços e dessas características. Não se pode, de forma genuína e verídica, *fabricá-las* numa situação de efemeridade pontual.

Enfim, é válido trazer um apontamento importante quanto às

quantidades de pessoas ocupando os espaços tendo em vista essas cinco características para a composição da civilidade. Ela não importa. A quantidade raramente representará, necessariamente e por si só, qualidade de espaço público. De acordo com autores como Bauman e Grafmeyer, é possível estar em multidão e estar só, assim como é possível estar em multidão e não compartilhar um espaço, não vivenciar um espaço e não destruir articulações interacionais. Além disso, há também o papel desempenhado pelos equipamentos e arquiteturas utilizados nos locais. Muitas vezes é a própria interface constituída com o público pela arquitetura de um edifício que irá criar empecilhos e barreiras para a civilidade. Para além disso, a vigilância, o controle e a ânsia por segurança e proteção têm se tornado matéria nos espaços urbanos. De câmeras de vigilância a holofotes ativados por movimento, de seguranças e porteiros a empenas cegas, essas estruturas, equipamentos e serviços também contribuem para o cerceamento do espaço público. Assim, o foco se concentra nas relações, nos tratos, nas variáveis componentes do contexto de interação, entre pessoas e com o espaço. Em exemplo claro, uma praça cheia de iguais, apaziguada, não compreende um uso caracterizador de um espaço público, ainda que lotada esteja. Uma praça com menos presentes, mas na qual a acessibilidade está garantida, o potencial do conflito estabelecido, sem necessária mediação pelo dinheiro, na qual a indiferença pode ser exercida e as apropriações e relações se estabelecem numa dinâmica cotidiana própria, essa sim, possui caráter de espaço público sob a perspectiva aqui proposta ao manifestar com clareza a civilidade. O que importa, efetivamente, é *o que* estão fazendo e, ainda mais que isso, *como* estão fazendo. Se estão eliminados os cinco elementos, significa dizer que a civilidade não está sendo exercida e que o fenômeno do espaço público não se realizou.

II

Dos projetos modernos aos enclaves

2.1 O Plano Piloto de Brasília: discurso e sentido

Fruto de concurso realizado em 1956, mas com resultado divulgado em 1957¹, o projeto do Plano Piloto de Brasília marca o apogeu da realização do Movimento Moderno no urbanismo², apesar de muitas vezes considerada fruto de um modernismo tardio – talvez o “último capítulo do urbanismo moderno”³. Para o antropólogo James Holston, conhecido por sua crítica à cidade, Brasília representa a maior realização dos

1 (Ficher, 2009)

2 (Panerai, 2014)

3 (Panerai, 2014)

CIAM e do Movimento Moderno.

Brasília é uma cidade dos CIAM. Na verdade, é o exemplo mais completo já construído das doutrinas arquitetônicas e urbanísticas apresentadas pelos manifestos dos CIAM. De 1928 até meados da década de 1960, os CIAM constituíram o mais importante fórum internacional de debates sobre a arquitetura moderna. Os encontros e as publicações dos CIAM firmaram um consenso entre os profissionais de todo o mundo a respeito dos problemas essenciais da arquitetura, dando especial atenção aos da cidade moderna. (Holston, 1993, p. 37)

Os *Congrès Internationaux d'Architecture Moderne*⁴ (CIAM) consistiam em fóruns de discussão sobre arquitetura e urbanismo. Nesses eventos, arquitetos de diferentes nacionalidades – ainda que predominantemente europeus – reuniam-se e dialogavam, sob uma perspectiva progressista e transformadora, quais seriam os rumos pelos quais a arquitetura e o urbanismo deveriam ser conduzidos. Conforme apontou Kenneth Frampton⁵, de acordo com a declaração produzida no primeiro CIAM, em 1928, a atividade construtiva deveria ser percebida como uma ação intimamente ligada à evolução e ao desenvolvimento da vida humana. Logo, é perceptível que, para esse grupo, a arquitetura e o urbanismo

⁴ Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna.

⁵ (Frampton, 1997)

ocupavam um espaço fundamental e central na própria concepção da sociedade. Isso se tornará ainda mais evidente posteriormente, em um período no qual os CIAM terão como característica a predominância da personalidade e das elaborações de Le Corbusier.

Lucio Costa, cujo projeto era o de nº 22, venceu pelas ideias que seu projeto pôde transmitir, não por um detalhamento meticuloso. O júri demandava uma proposta simples e clara, imbuída de ideologia e que exprimisse seu conceito sem óbices. Mais do que uma cidade, tratava-se de uma capital; objetivava-se tratar de política e produzir um símbolo. Costa, nesse sentido, foi, de acordo com o júri, aquele que melhor o executou.

O processo político para a construção da nova capital federal brasileira começou sob o emotivo lema “cinquenta anos de progresso em cinco” do então presidente Juscelino Kubitschek, vulgo JK. Político de caráter nacional desenvolvimentista⁶, Kubitschek assumiu a construção da nova capital como elemento eminentemente simbólico e marco fundamental do processo de mudança que pretendia realizar no país. O fez também sob a perspectiva de que a “generalização do modo de vida

⁶ Nas palavras de Laurent Vidal, pode-se sintetizar o nacionalismo desenvolvimentista da seguinte forma: “(...) consiste essencialmente na implantação de indústrias de base na totalidade do território nacional, graças ao sistema de “substituição das importações” e à captação de capitais estrangeiros. O objetivo esperado é a criação de um mercado interno solidamente implantado.” (Vidal, 2009, p. 194)

urbano”⁷ fazia parte do processo necessário para real desenvolvimento do Brasil. Para Kubitschek, o desenvolvimento nacional passava, necessariamente, pela industrialização e pela urbanização. Escreveu o antropólogo Laurent Vidal:

Para tanto, propunha uma modificação do modelo de desenvolvimento econômico, passando pela adoção de uma política de industrialização por substituição de importações. Ele então escolhe, como símbolo dessa nova política e desse período de progresso democrático, a construção da nova capital no interior do país. (Vidal, 2009)

Resultado dessa postura foi a rápida atribuição de um simbolismo e de um ideário de potencial transformador – para muitos até mesmo “revolucionário” – à cidade, construídos pelo discurso à época produzido. Isso ocorreu também pela determinação de alimentar um processo de ocupação de maior parcela do território nacional, o qual se acreditava ser possível fomentar com a interiorização da capital. A ocupação do território brasileiro se dava principalmente na – ou próxima à – costa, onde as maiores cidades se localizavam. Levar a capital para uma região central do país possibilitaria também integrar melhor as outras localidades. Fundamental é lembrar também que a previsão da transferência da capital datava do século XIX, constando no artigo 3º da Constituição de 1891. Logo, as bases da promessa transformadora de uma nova

7 (Vidal, 2009)

capital já acompanhavam a população há mais de meio século quando Kubitschek decidiu transformá-la na pérola de seu projeto de governo.

Em termos de projeto e intencionalidade, duas questões pareciam muito importantes quando observamos as propostas entregues ao júri do concurso. Primeiramente, acreditava-se que o plano de uma nova cidade poderia reconstruir a ordem social e recriá-la à sua imagem.

É na busca por uma sociedade moderna adaptada às novas exigências econômicas e sociais que se deve compreender a construção de Brasília. Essa visão determina a organização urbana e social da futura capital. Ela não pode ser uma cidade qualquer. Ela deve encenar, racionalmente, a nova organização social imaginada para a sociedade brasileira. (Vidal, 2009, p. 197)

Ou seja, os traçados urbanísticos, as configurações arquitetônicas e a organização da cidade seriam capazes, como que por si só, de modelar todas as interações sociais, as relações entre os indivíduos – habitantes –, suas concepções, formas de pensar, valores compartilhados, etc. Isso herdavam do projeto do Movimento Moderno – talvez o mais eminente processo cultural gestado na modernidade –, que efetivamente vislumbrava essas possibilidades. Como dito: a modernidade se lançava como um projeto⁸. Exatamente nesse sentido, explica Vidal:

8 Como previamente mencionado, o sociólogo e filósofo Jürgen Habermas

Os projetos apresentados têm um traço comum: sua inspiração racionalista. Cada um, de forma mais ou menos explícita, organiza a cidade em torno das quatro funções principais definidas pela Carta de Atenas: habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito, circular. A antiga rua é sistematicamente substituída por uma concepção nova concedendo a prioridade aos espaços livres e blocos isolados. A forma geral dos planos e das partes constitutivas obedecem a uma estrita regularidade geométrica. (Vidal, 2009, p. 203)

Do IV CIAM, ocorrido em 1933, adveio a Carta de Atenas, documento atribuído à dominância de Le Corbusier durante todo o congresso. Nela, diversos artigos apontavam como deveria se pensar a cidade ideal, consequência do tema selecionado para o congresso: A Cidade Funcional⁹. O tema era fruto da realidade das cidades no período, submetidas a rápidas transformações no estilo de vida das populações e ao surgimento acelerado de novas tecnologias e máquinas. Era também

afirma que a modernidade é um “projeto inacabado”, capaz de transformar profundamente a sociedade e “retirá-la da escuridão”. O Movimento Moderno percebia-se como capaz de promover essas mudanças, abraçando a realização desse projeto. Na arquitetura e no urbanismo isso ganhou proporções internacionais e Brasília é um dos casos mais emblemáticos da tentativa de aplicação de vários dos princípios concebidos pelos modernistas.

9 (Frampton, 1997)

um documento que emanava de forma muito clara a racionalização gestada ao longo da modernidade. O fazia ao compreender a cidade como um conjunto de partes funcionais que deveriam se articular para uma operacionalização considerada mais adequada. Em síntese, a arquiteta Clara Irazábal escreve que:

A Carta de Atenas foi elaborada por um grupo internacional de arquitetos depois de uma série de congressos nos quais se discutiu como o paradigma da arquitetura moderna poderia responder aos problemas causados pelo rápido crescimento das cidades, causado, entre outros fatores, pela mecanização na produção e as mudanças no transporte. No IV Congresso do CIAM, este grupo de profissionais e visionários finalizou a Carta de Atenas, depois de haver analisado 33 cidades das mais diversas latitudes e climas no planeta. (Irazábal, 2001, p. 1)

Na Carta, as funções que a cidade deveria abrigar foram explicitadas: circular, trabalhar, recrear e habitar. São as diretrizes que passarão a conduzir o pensamento urbanístico no âmbito do Movimento Moderno.

Em segundo lugar, vislumbrava-se que esse potencial transformador da cidade e todo o processo de mudança que se consolidaria poderia ser um exemplo para todo o país, um fomento à transformação em todo o território nacional, funcionando como um estímulo à mudança das práticas sociais de forma generalizada. Essa percepção encontrava lastro inclusive na importância dada ao processo de urbanização. Assim, ao

tratar especificamente do projeto vencedor, escreve Vidal:

Lucio Costa pensa a construção de Brasília como uma oportunidade de transformação social: assim, seu princípio para a organização residencial em Brasília não difere do dos outros concorrentes para o Plano Piloto. A ideia é de que a construção de cidades modernas, ao transformar as condições de habitação, pode modificar o desenvolvimento da sociedade. Brasília é, em suma, a cidade da utopia moderna. (Vidal, 2009, p. 221)

Logo, a nova capital seria o primeiro passo para erigir um “novo Brasil”, sendo que a idealização desse novo país passava, necessariamente, por uma transição de princípios e valores e de desenvolvimento industrial e econômico. Para isso, a ideologia e proposições do Movimento Moderno serviram à construção de um discurso de transformação, avanço e progresso – em aguda convergência com elementos muito caros ao advento da modernidade.

2.1.1 O projeto do Plano Piloto de Brasília

Apresentando vinte e três pontos textualizados, que se desenvolvem como princípios e justificativas, conceituando e dimensionando a cidade e seu caráter¹⁰, Lucio Costa galgou a vitória. Além disso, trazia alguns

¹⁰ (Costa, 2014 [1957])

desenhos, deixando evidente a forma como concebeu o projeto em seu traçado mais fundamental, algumas soluções para fluxo veicular, a proposta para as áreas habitacionais, esboços de alguns dos setores – como o comercial e o dos ministérios -, croquis de edifícios e um plano geral da cidade.

O que se constata no projeto apresentado por Costa é uma síntese de proposições urbanísticas elaboradas ao longo da modernidade, com especial ênfase naquelas produzidas no período pós-Segunda Revolução Industrial e durante a primeira metade do século XX – caracterizado por uma posição paradigmática dos preceitos do Movimento Moderno. Entre essas proposições das quais Costa parece retirar inspiração para o projeto de Brasília, estão entre as mais evidentes, por exemplo, a Cidade Linear, de Arturo Soria y Mata, e a Cidade Jardim, de Ebenezer Howard.

Essas influências reforçam que, ainda que não seja uma manifestação *ipsis litteris* da Carta de Atenas¹¹, o projeto do Plano Piloto de Brasília

¹¹ Diversos autores chegam a indicar elementos até mesmo *beaux-arts* e traçados como os de Versailles como referências importantes para o projeto apresentado por Lucio Costa (Ficher, 2009). Vidal, por exemplo, escreve de forma bastante direta: “Aparece com certa clareza que a Praça dos Três Poderes é a transposição, em linguagem do século XX, da praça real francesa dos séculos XVI e XVIII. Trata-se de um conjunto monumental erigido para a glória do Estado, encarnado não mais na pessoa do rei, mas nas três entidades que constituem os poderes fundamentais”. (Vidal, 2009, p. 219)

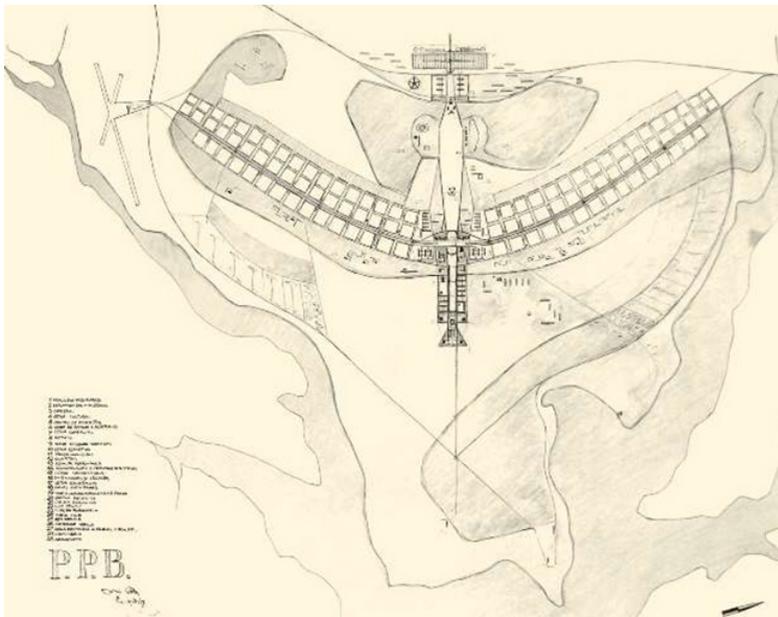


Figura 01: Croquis de Lucio Costa demonstrando a concepção do Plano Piloto de Brasília. Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília.

Figura 02: Esboço do projeto do Plano Piloto de Brasília apresentado no concurso. Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília.

possuía claras vinculações com os próprios princípios orientadores do Movimento Moderno e com o conjunto de discussões sobre a cidade gestadas ao longo de um período de radicalização e agravamento da modernidade. Em particular, a influência das ideias de Le Corbusier era patente – assim como nos projetos concorrentes. O diferencial da proposta de Costa foi, na verdade, sua capacidade de sintetizar elementos e ideias formatadas ao longo do tempo no campo da arquitetura e do urbanismo – pelo Movimento Moderno e pelos que o antecederam – e esboçar um objetivo transformador ao mesmo tempo que atendia aos anseios simbólicos tão ambicionados para uma nova capital. Conforme afirmou Sir William Holford, urbanista inglês membro da banca que julgou os projetos apresentados no concurso:

O modo como eu compreendo este concurso é que ele é um concurso de idéias, não de detalhes. Nenhum arquiteto, firma ou companhia pode preparar, nesta fase, um plano de trabalho definido que abranja detalhes econômicos e sociais custos reais. Portanto, as condições do concurso exigiam somente um esboço do projeto e um memorando ilustrativo das idéias do concorrente. Isto era compulsório. (Holford, 2002, p. 52 sic.)

No mesmo sentido, Laurent Vidal escreve, avançando na análise do concurso e da proposta vencedora:

Os elogios dirigidos pelo júri e pela Novacap ao plano de Lucio Costa indicam bem a verdadeira na-

tureza do concurso. Não se tratava de um exercício de arquitetura em vista à criação de uma estrutura urbana ideal, mas de um problema bem mais complexo: a invenção de um urbanismo político adaptado a uma democracia liberal do século XX. (Vidal, 2009, p. 220)

As características mais marcantes do projeto, porém, merecem destaques.

Conforme aponta Vidal: como em todas as propostas que participaram da concorrência, no projeto apresentado por Costa nota-se, na maior parte da cidade, a diluição das “ruas corredor”¹², elemento típico das cidades ditas tradicionais. Trata-se também de uma ação que reforça a separação das vias de circulação de veículos e pedestres – característica marcante das transformações urbanas na modernidade, principalmente após o advento dos automóveis e o crescente incremento de suas velocidades. Essa mudança, vale lembrar, fora largamente defendida por Le Corbusier¹³.

¹² A rua corredor é elemento característico da grande maioria das cidades tradicionais. Compreende fundamentalmente três elementos: rua, calçamento para pedestre (em geral em nível mais elevado) e fachada edilícia. Isso se repetiria de forma espelhada, assemelhando a rua a um “corredor” cujas paredes seriam os edifícios. Em geral, atribui-se às proposições de Le Corbusier o início da diluição do modelo rua-corredor (Penerai, et al., 2013).

¹³ (Ficher, 2009)

No projeto estavam esboçadas também largas e longas rodovias, indicando grande facilitação para os fluxos dos automóveis, além de apontar soluções viárias que eliminariam cruzamentos e esquinas, reduzindo as constantes paradas geradas por eles. Costa parecia, ao definir esse traçado, não perder de vista a realidade dos engarrafamentos que já haviam marcado algumas áreas do Rio de Janeiro, então capital da República. Não é ao acaso que entre os primeiros pontos do Relatório do Plano Piloto¹⁴ desenvolvido pelo urbanista constem como elementos organizadores e definidores da cidade exatamente as suas vias de circulação automobilística.

Além da articulação das vias, em sua maioria de alta velocidade – privilegiando o fluxo rápido – e da separação entre trajetos de pedestres e automóveis, a massiva presença de áreas verdes é característica central do projeto do Plano Piloto. A capital deveria ser uma “cidade parque”, com ares bucólicos e abundância de áreas públicas arborizadas e gramadas. Essa mudança é particularmente notada quando se observa a cidade sob a perspectiva de um mapa de cheios e vazios. Nesse caso, o tecido urbano parece muito mais difuso, disperso, visto os grandes espaços livres que passam a preencher a maior parte da malha urbana em meio aos volumes.

¹⁴ Ao longo do Relatório do Plano Piloto a circulação veicular é retomada diversas vezes. Entre os dez primeiros pontos, por exemplo, aparece com destaque a partir do terceiro. No referido ponto, Costa declara de antemão a adoção da perspectiva rodoviária como elemento organizador da cidade. (Costa, 2014 [1957])

Também é importante tratar do modelo de organização definido pela ideia de Superquadra, que sintetiza a proposta habitacional de Costa para o Plano Piloto. As Superquadradas são conjuntos de habitações delimitados por cinturões verdes arborizados, com os edifícios residenciais dispostos como volumes soltos – em geral sobre *pilotis* – e preenchidas por abundantes áreas verdes e livres. Além disso, comumente dispõem de equipamentos públicos como escolas, creches, templos de menor porte, etc, em seu interior. Em proximidade estão sempre comércios locais, à distância de breves caminhadas. Ao longo do tempo esses comércios extrapolaram o atendimento de uma demanda localizada e passaram a ser utilizados pela totalidade da população da cidade.

A grande inovação cuja Superquadra exemplifica é a dissolução do quarteirão, como aponta Sylvia Ficher¹⁵. De acordo com essa autora, o quarteirão era a “unidade de área por excelência do tecido urbano” (Ficher, 2009, p. 101). Esse tecido passa, mesmo antes do Movimento Moderno ou das proposições de Le Corbusier, a sofrer experimentações, a ser manipulado e a lentamente a ser diluído, o que se vê com mais facilidade também no plano de cheios e vazios com os edifícios soltos, destacados, no conjunto urbano.

Outro aspecto importante que pode ser percebido no plano de cheios e vazios diz respeito à monumentalidade. Comumente, a monumentalidade está presente nas cidades tradicionais nos chamados “espaços

¹⁵ (Ficher, 2009)

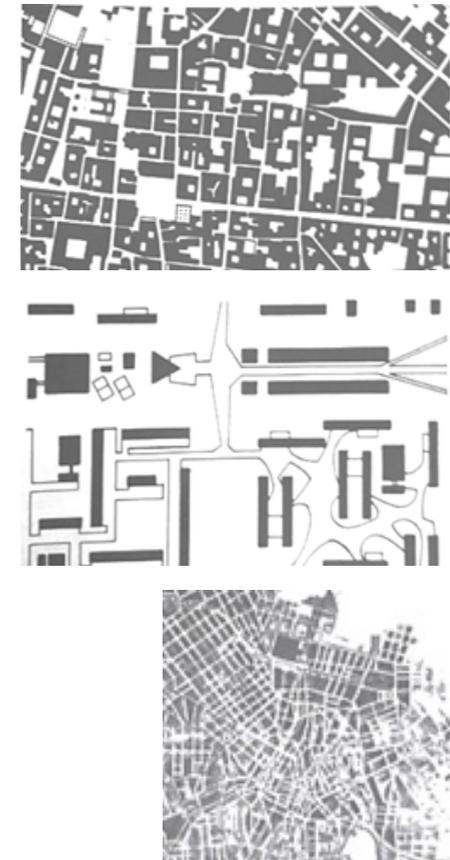


Figura 03:

Nas imagens acima as áreas pretas representam sólidos (edifícios, construções), enquanto as áreas brancas representam vazios, áreas livres (ruas, parques, etc). Da esquerda para a direita estão representadas as cidades de: Parma; Superquadradas 208 e 108 de Brasília; centro de São Paulo.

Fonte: Cidade modernista: uma crítica a Brasília e sua utopia (1993). Holston, J./ Arquitetura Contemporânea no Brasil (2012). Bruand, Y.

de exceção”¹⁶, definindo-os com clareza. Isso se expressa de forma clara nos planos de cheios e vazios. Afirma Sylvia Ficher, ao explicar de que forma costuma-se projetar esses locais:

E a solução paradigmática por excelência é o recurso à composição monumental: eixos reguladores, simetria, ordenação geométrica, isolamento das partes, disposição regrada de volumes e marcação de pontos focais com edifícios imponentes e obras de arte, tudo isso empregado segundo uma relação de cheios e vazios que se diferencia do tecido trivial do restante da cidade. (Ficher, 2009, p. 88)

Logo, a escala definida para os edifícios residenciais e para os prédios públicos, assim como a proposital semelhança entre estes e o planejamento dos blocos residenciais com *pilotis*¹⁷, também não ocorreram por acaso. Diferentemente do que se percebe em outras cidades, no Plano Piloto de Brasília a dimensão cívica e monumental se torna um atributo razoavelmente comum, maneira pela qual o Movimento Moderno já tratava a monumentalidade.

¹⁶ Sylvia Ficher, citando Frederico de Holanda, explica que os “espaços de exceção” são “porções urbanas de representação e consagração” (Ficher, 2009, p. 88) nas quais se busca expressar a monumentalidade.

¹⁷ *Pilotis* é um sistema construtivo no qual o edifício permanece suspenso do solo por um conjunto de pilares ou colunas, de forma que seu nível térreo permaneça aberto e transponível.

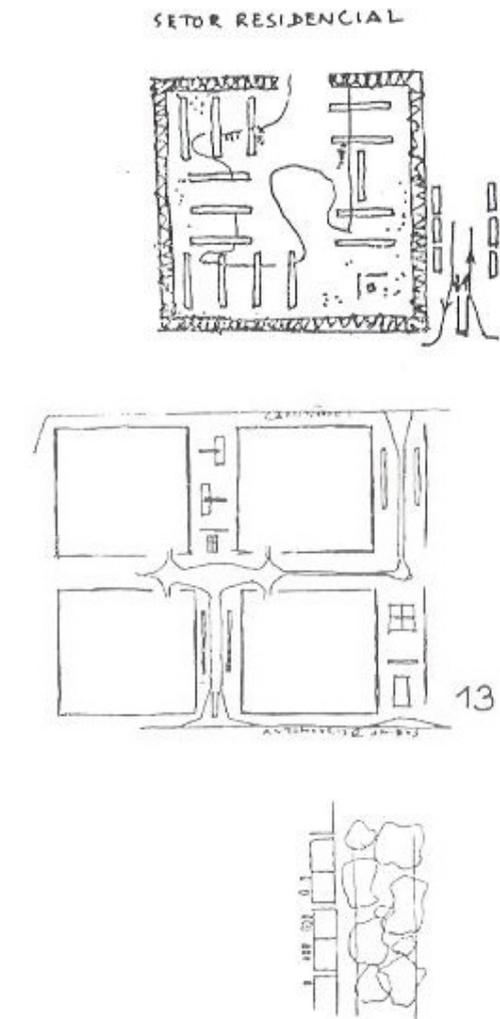


Figura 04: Croquis do setor residencial e adjacências no projeto do Plano Piloto de Brasília. Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília.

Na verdade, com o modernismo e seu urbanismo funcionalista os ingredientes da monumentalidade extravasarão o círculo restrito dos espaços de exceção para se fazer presentes por todo o tecido urbano, “monumentalizando” a cidade e sua arquitetura mais corriqueira. (Ficher, 2009, p. 91)

A monumentalidade, a dissolução do quarteirão e a profusão de espaços verdes são aspectos muito importantes no projeto do Plano Piloto de Brasília e afetam toda a organização de seu tecido urbano. Diferente do que ocorre em cidades tradicionais, o Plano Piloto não teve suas áreas de fluxo definidas pelo domínio privado, sendo, ao invés disso, de nível térreo largamente permeável e de solo amplamente público. Além disso, ao elevar a maior parte dos edifícios residenciais do solo sobre pilares e criar grandes vazios projetuais, Costa manipulou a tessitura urbana para desconstruir essa organização comum à maior parte das cidades, nas quais o privado cede suspiros ao público, sendo aquele o definidor deste¹⁸. A elevação dos prédios com aberturas livres para passantes tornaria possível a fácil circulação de pedestres e acentuando a separação entre esses e os veículos, mantendo o caminho livre e desimpedido, sem que a dimensão privada pudesse delinear os rumos e definir onde os indivíduos poderiam ou não circular. Deu-se à cidade um aspecto de totalidade pública.

Isso seguia de acordo com os princípios há muito advogados por

¹⁸ (Holston, 1993[1989])

Le Corbusier. Os espaços livres, conforme apresentados na *Ville Contemporaine* (1922¹⁹), no *Plan Voisin* (1925²⁰) e na *Ville Radiense* (1924²¹), – todas propostas desenvolvidas por Le Corbusier – deveriam permear o conjunto da malha urbana, criando uma espécie de parque contínuo e facilitando o desenvolvimento dos fluxos dos automóveis – proposta bastante similar àquela registrada no projeto do Plano Piloto de Brasília. De acordo com análise desenvolvida por Kenneth Frampton, Le Corbusier supunha que “a cidade aberta facilitasse a locomoção” (Frampton, 1997, p. 186) e que a partir dessas transformações “o automóvel agora poderia ser explorado como um instrumento para a sua salvação” (Frampton, 1997, p. 186), em referência à cidade de Paris.

Há de se levar em consideração, porém, um aspecto que parece definir uma clivagem entre as residências propostas por Lucio Costa e aquelas imaginadas por Le Corbusier nos três planos mencionados. Kenneth Frampton afirma que a proposta contida na *Ville Contemporaine*, por exemplo, era basicamente a de uma “cidade capitalista de elite” (Frampton, 1997, p. 185) e que “matinha a separação de classe entre elite urbana e proletariado suburbano” (Frampton, 1997, p. 186). Não coincidentemente, Le Corbusier fazia uso de chavões empresariais, como na assertiva “uma cidade feita para a velocidade é uma cidade destinada ao sucesso”, conforme destacado por Frampton²², e construía no mesmo

¹⁹ (Frampton, 1997)

²⁰ (Frampton, 1997)

²¹ (Merin, 2016)

²² (Frampton, 1997)

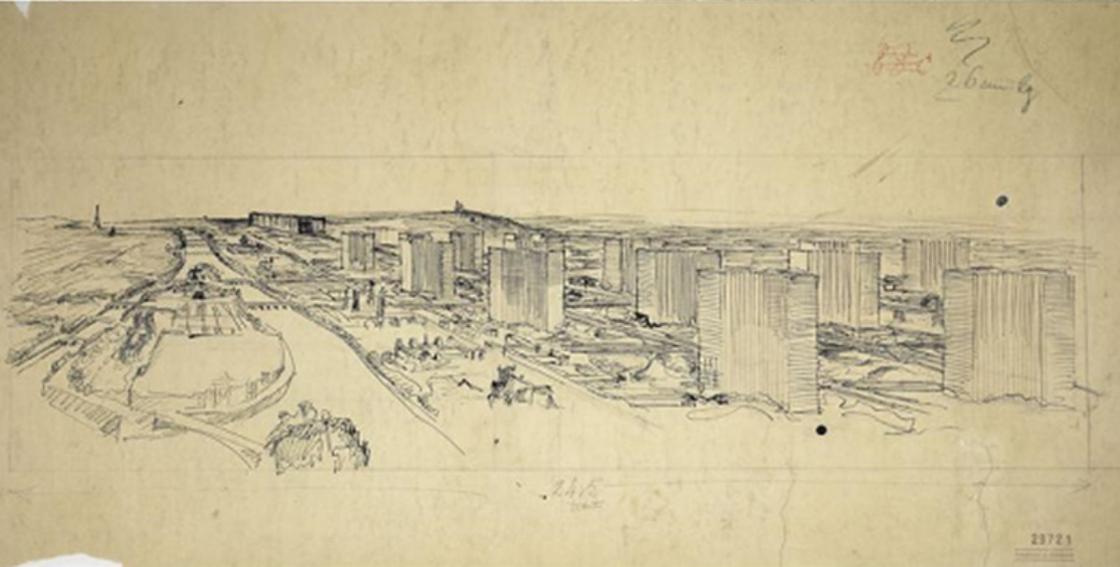
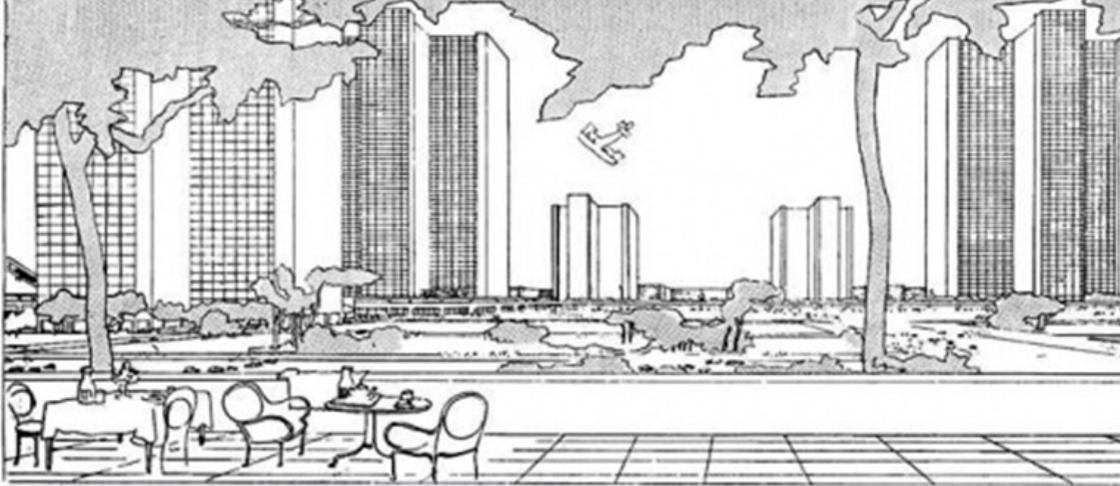


Figura 05: De cima para baixo: Ilustrações da *Ville Contemporaine*, *Plan Voisin* e *Ville Radiense*.
Fonte: De cima para baixo: Juan José Mascaró¹; Fondation Le Corbusier².

¹ (Mascaró, 2008)

² <http://www.fondationlecorbusier.fr/>

tom sua retórica e argumentação para outras proposições. Para Lucio Costa, entretanto, a questão habitacional parecia se desenhar de outra forma quando esboçou seu projeto, no qual escreveu:

17- A gradação social poderá ser dosada facilmente atribuindo-se maior valor a determinadas quadras como, por exemplo, às quadras singelas contíguas ao setor das embaixadas, setor que se estende de ambos os lados do eixo principal paralelamente ao eixo rodoviário(...). No outro lado do eixo rodoviário-residencial, as quadras contíguas à rodovia serão naturalmente mais valorizadas que as quadras internas, o que permitirá as gradações próprias do regime vigente; contudo, o agrupamento delas, de quatro em quatro, propicia num certo grau a coexistência social, evitando-se assim uma indevida e indesejável estratificação. (Costa, 2014 [1957], p. 38)

E avança, apontando como a própria organização urbanística poderia amenizar as questões de estratificação socioeconômica:

E seja como for, as diferenças de padrão de uma quadra a outra serão neutralizadas pelo próprio agenciamento urbanístico proposto, e não serão de natureza a afetar o conforto social a que todos têm direito. Elas decorrerão apenas de uma maior ou menor densidade, do maior ou menor espaço atribuído a cada indivíduo e a cada família, da escolha dos ma-

teriais e do grau de requinte do acabamento. (Costa, 2014 [1957], p. 38)

Ainda que se saiba que o que propôs Costa não se consolidou dessa forma, a distância entre as ideias que expressou e as de Le Corbusier permitem enfatizar o razoável caráter *inclusivo* e de *diversidade* socioeconômica que Lucio Costa parecia ambicionar²³ para a ocupação do Plano Piloto. Reforçando essa afirmação, cabe ressaltar que no Relatório apresentado consta também, como uma demanda, que o governo não deveria permitir a instalação de favelas, fosse na área urbana, fosse na área rural. Ao explicitar essa preocupação, Costa completa afirmando que, caso isso ocorresse, a Novacap deveria “prover dentro do esquema proposto acomodações decentes e econômicas para a *totalidade* da população” (Costa, 2014 [1957], p. 38). Não havendo menção no Relatório às futuras Cidades Satélites – e tampouco no Edital do concurso –, infere-se que ao escrever “dentro do esquema proposto”, Lucio Costa se referia ao próprio Plano Piloto de Brasília, implicando que o projetara para receptionar, como escreveu, a *totalidade* da população

²³ Ainda sobre essa questão, vale ressaltar o que afirma o arquiteto e urbanista Sérgio Jatobá ao discutir o crescimento de Brasília: “A transposição da concepção europeia das cidades-satélites para o DF, contudo, ocorreu de forma diversa daquela pensada por Lucio Costa. A criação das primeiras cidades-satélites antes da ocupação plena do Plano Piloto e o assentamento nelas da população pobre, seguindo um padrão típico de periferização urbana, foi um desvirtuamento da proposta de Costa e o desagradou.” (Jatobá, 2010, p. 311)

Em termos de organização do espaço urbano, o projeto contava com um eixo (leste-oeste) de caráter excepcional no qual se concentrariam a maior parte das entidades públicas, os órgãos e os edifícios que abrigariam os poderes do Estado. O Eixo Monumental, como foi chamado, seria onde a Capital em si se estabeleceria, compreendendo a localização e a expressão dessa faceta da cidade e conferindo-lhe seu aspecto mais forte em termos de apelo simbólico. O outro eixo (sul-norte), o Eixo Residencial, abrigaria as habitações, comércio, escolas, as vizinhanças e as atividades relacionadas, sendo esse também largamente preenchido por vazios projetuais e áreas verdes. Ainda que pertencente à dimensão do cotidiano, sem a necessidade do apelo simbólico e monumental, é no Eixo Residencial que se pode encontrar de forma mais consistente e inovadora os sinais, na materialidade urbana, do caráter transformador que caracterizava o Movimento Moderno – era, afinal, onde a vida comum poderia ser influenciada de fato.

Conforme preconizado pelo paradigma urbanístico do período, havia a previsão de setorização, ideia cara ao Movimento Moderno e derivada das funções propostas e sistematizadas na Carta de Atenas por Le Corbusier. Essa funcionalidade da cidade acabou se manifestando por meio da setorização, facilmente percebida no endereçamento do Plano Piloto, tornando fácil exemplificar: Setor de Indústrias Gráficas, Setor Hoteleiro Norte, Setor Bancário Sul, Setor Comercial Sul, Setor de Diversões Sul, etc.

Por outro lado, ao tempo em que Lucio Costa dá elementos para que se conclua uma cidade-símbolo dos preceitos modernos, também insere em seu projeto alguns elementos urbanísticos que pudessem engendrar



Figura 06: Superquadras do Plano Piloto de Brasília e o Eixo Rodoviário.
Fonte: fotografia por Joana França.
Disponível em: <http://www.joanafranca.com/>

características da vida do dia-a-dia tipicamente encontrados nas cidades tradicionais. Por isso, cabe sucinta ressalva que dê vazão a esse entendimento da complexidade do projeto. Conforme escreveu o arquiteto e urbanista francês Philippe Panerai:

Ainda que tenha proposto reinterpretações ousadas, Lúcio Costa não aboliu a lógica tradicional da cidade. Brasília não é a *Ville Radiense* (1922-35) de Corbusier, nem a *Grosstadt* (1925) de Hilberseimer. Nela, a rua às vezes ainda existe, a W₃ é um exemplo disso. Rua, ou melhor, bulevar comercial que contorna os bairros e conecta territórios diferentes(...) (Panerai, 2014, p. 166)

De fato, a Via W₃ acaba por exemplificar essa realidade no projeto, mas não é o único exemplo. Ao descrever o que chama de “centro de diversões”, “setor cultural” e “setor de diversões”, utiliza-se de exemplos notórios²⁴ localizados em cidades cujo traçado e funcionamento não é inteiramente submetido às lógicas desenvolvidas no âmbito do Movimento Moderno. De forma ainda mais evidente, escreve, ao se referir à maneira como imaginava a configuração da área em questão:

As várias casas de espetáculo estarão ligadas entre si por travessas do gênero tradicional da rua do Ou-

²⁴ Os exemplos utilizados por Costa são: Piccadilly Circus, Times Square e Champs Elysées (Costa, 2014 [1957]).

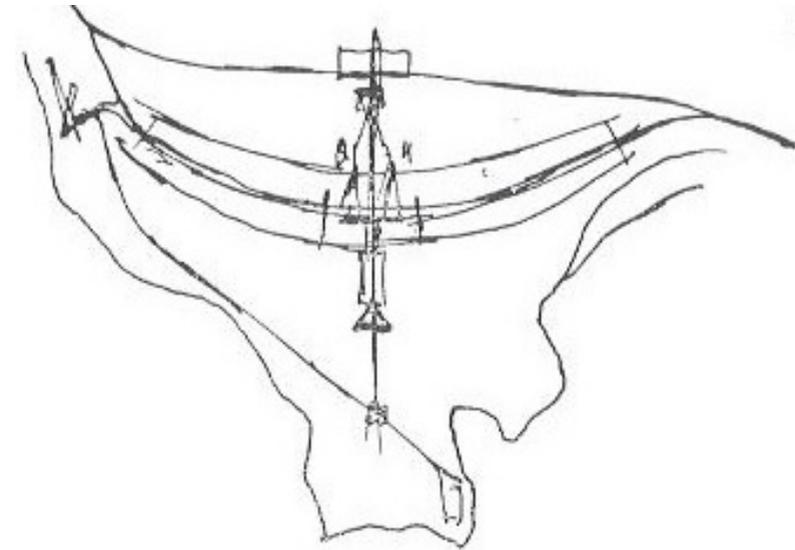


Figura 07: Esboço do projeto do Plano Piloto de Brasília. No sentido vertical, o Eixo Monumental (leste-oeste); no sentido horizontal, o Eixo Rodoviário, em arco (sul-norte).
Fonte: Relatório do Plano Piloto de Brasília.

vidor, das vielas venezianas ou de galeiras cobertas (*arcades*) e articuladas a pequenos pátios com bares e cafés(...) (Costa, 2014 [1957], p. 32)

O Plano Piloto de Brasília, ainda que fortemente influenciado pelos princípios da Carta de Atenas e, especificamente, pelas ideias de Le Corbusier, não pode ser simplesmente creditado como produto desses arcabouços. O que se buscou destacar nesse breve parêntese acerca do projeto é exatamente a complexidade que caracterizou a proposta vencedora do concurso.

2.2 Brasília: cidade dispersa e fragmentada desde o início

É significativo notar que em 1960, ano da inauguração de Brasília, da população de 140.164 habitantes do Distrito Federal, 52% não residiam no projeto de Lucio Costa²⁵. Esse dado é fundamental para que se compreenda o desenvolvimento de Brasília enquanto cidade e como sua conformação se deu, desde os primórdios, num padrão disperso, fragmentado e fortemente marcado por questões socioeconômicas, alimentado também pelos princípios desenvolvidos no âmbito do

²⁵ (Schlee, 2014)

Movimento Moderno.

Em 1956 já havia começado o recrutamento de mão-de-obra para a construção da cidade, o que avolumara rapidamente o fluxo de migrantes para a região em busca de trabalho²⁶. De acordo com o geógrafo Aldo Paviani:

Os operários foram para alojamentos dos canteiros de obras e barracos em favelas localizadas em pontos isolados, sobretudo nos arredores da Cidade Livre (Núcleo Bandeirante). Com Taguatinga, em 1958, abriu-se espaço para a primeira cidade-satélite. Para ela, foram transferidos milhares de operários e favelados, muitos com relutância, pois morariam distante dos locais de trabalho no Plano Piloto. (Paviani, 2010, p. 235)

O acelerado fluxo de populações advindas de migração com o objetivo de encontrar emprego fora, aparentemente, uma questão subdimensionada. Já dois anos antes da inauguração de Brasília, o Distrito Federal contava com Taguatinga, que já tinha seu destino como futura cidade-satélite do Plano Piloto²⁷, com a consolidação cada vez maior do Núcleo Bandeirante – então Cidade Livre –, com assentamentos anteriores à construção – Planaltina, Brazlândia – e com um conjunto de

²⁶ (Paviani, 2010)

²⁷ (Paviani, 2010)

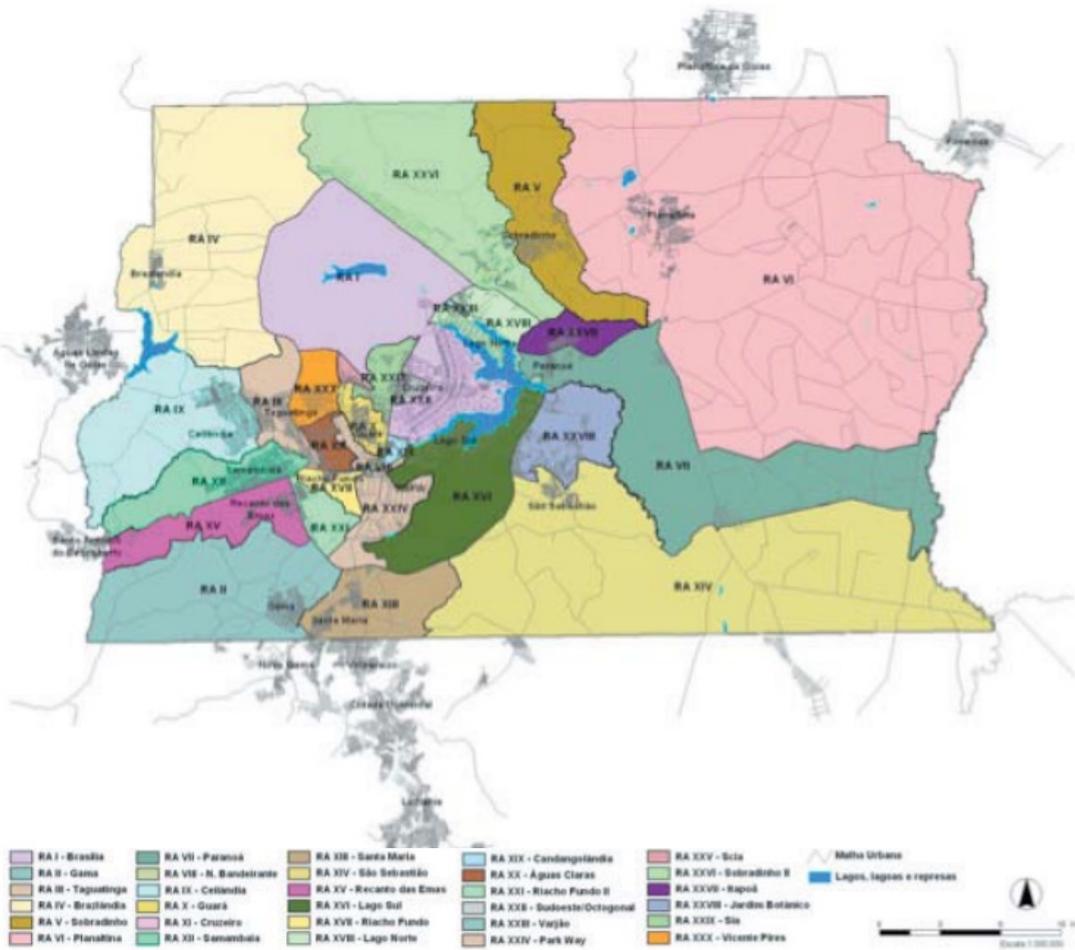


Figura o8: Mapa contendo as divisões das Regiões Administrativas do Distrito Federal. Fonte: (Costa, 2011)

ocupações provisórias.

Taguatinga, distando cerca de 21km do Plano Piloto, foi constituída e projetada como uma forma de se tentar conter ocupações irregulares indiscriminadas na área do Plano Piloto. A ela foram destinados operários e uma parcela significativa da população mais pobre que se estabeleceu no Distrito Federal em função da construção da nova capital. Escreve Paviani:

Para evitar a favelização prematura da Capital, os governantes abriram espaço, em 1958, para o primeiro núcleo periférico – Taguatinga. Para essa cidade-satélite foram transferidos os milhares de trabalhadores que ocupavam as favelas próximas à Cidade Livre (Núcleo Bandeirante) e os alojados nos acampamentos das construtoras. (Paviani, 2006, p. 1)

No ano seguinte, em 1959, seriam criados também o Cruzeiro, hoje bairro adjacente ao Plano Piloto, e, em 1960, Sobradinho e Gama²⁸. Imprescindível destacar que, à exceção do Cruzeiro, as outras duas áreas foram estabelecidas a considerável distância do Plano Piloto – 22km e 40km, respectivamente. Tanto Sobradinho quanto Gama foram ocupações planejadas, com projetos desenvolvidos por arquiteto pertencente à equipe da Novacap²⁹. Para Sobradinho, foram destinadas

²⁸ (Schlee, 2014)

²⁹ Novacap: Companhia Urbanizadora da Nova Capital.

populações migrantes advindas do nordeste de Goiás, da Bahia e de outros estados, enquanto que o Gama foi destinado, originalmente, para alojar parte da população que havia se estabelecido de forma precária na barragem do Lago Paranoá. Posteriormente essa mesma região recebeu habitantes advindos de outros assentamentos de população de baixa renda existentes no âmbito do DF.

Logo se vê que a realidade do Distrito Federal foi, desde o início, de aguda segregação socioeconômica³⁰ no espaço. Ainda que isso fosse de encontro à recomendação de Costa³¹ explicitada no Relatório, foi um modelo de assentamento e expansão urbana que se manteve durante as décadas seguintes.

Não se pode ignorar, como previamente mencionado, que desde seu princípio o Distrito Federal experimentou taxas aceleradas de crescimento demográfico. Em 1970, apenas dez anos após a inauguração de Brasília, era registrada uma taxa de crescimento anual de 14,39%³² no DF. Isso representava um incremento de mais de 77 mil pessoas a cada ano. Como comparação, a taxa de crescimento anual nacional estava na

³⁰ Como afirmaram Turkienicz e Comas ao discutir a história de Brasília: “A política habitacional do Distrito Federal tem se caracterizado por uma deliberada segregação espacial de diferentes níveis de renda e uma crescente elitização da área do plano piloto.” (Turkienicz & Comas, 2012, p. 350)

³¹ Ponto 17 do Relatório do Plano Piloto de Brasília. (Costa, 2014 [1957])

³² (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2007)



Figura 09: Taguatinga no ano de 1984.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

casa de 2,91%³³. Alocar esse grande contingente de habitantes rapidamente se tornou um desafio e a política de ocupação fragmentada do território foi mantida, caracterizando-se também por um forte caráter segregador no qual às populações mais pobres era sempre destinada a periferia distante.

Um exemplo dessa postura reside na origem de uma das então cidades-satélites, hoje RA IX. Em 1971³⁴, ainda mais distante do Plano Piloto³⁵, foi criada Ceilândia. Seu nome sintetiza a sua razão e a origem de sua população à época. O prefixo “CEI” nada mais era do que a sigla da “Companhia de Erradicação de Invasões”, entidade cuja responsabilidade era a de eliminar as ocupações irregulares existentes na área do Plano Piloto. Para Ceilândia foram destinados os moradores de diversas favelas e atualmente essa Região Administrativa – antes anexada a Taguatinga – é a mais populosa do Distrito Federal.

Os exemplos que demonstram a política de urbanização adotada pelo governo são diversos, mas sempre caracterizados por uma lógica de perspectiva homogeneizante pautada por critérios de classe socioeconômica. Assim sucedeu mesmo nos casos de habitação voltada para a classe média que compunha escalões mais baixos do governo – como o Guará ou o Cuzeiro – ou para as classes econômicas mais abastadas

³³ (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2007)

³⁴ (Paviani, 2012)

³⁵ A distância oficial é de 26km.

– caso do Sudoeste e do Noroeste. O fato é que a política de expansão da cidade e de planejamento de novas áreas sempre foi marcada por um viés segregador e de classe. Águas Claras não é diferente nesse ponto.

Outra situação que caracteriza³⁶ a questão urbana do Distrito Federal diz respeito aos condomínios horizontais oriundos de ocupação irregular de terra. Hoje, uma parcela significativa da população ocupa essas áreas, algumas das quais já sofreram processo de regularização e hoje se encontram em situação legal ou em vias de alcançar esse status. São locais ocupados por residências unifamiliares, em geral oriundos de ações de grilagem de terras. De acordo com a antropóloga Cristina Patriota de Moura, ao se referir a essas áreas:

(...) desde a década de 1980, Brasília tem apresentado uma rápida proliferação de áreas residenciais constituídas por casas unifamiliares abrigando membros das camadas médias e elites. (Moura, 2010, p. 283)

Uma das principais consequências desse contexto urbano no DF é o reforço de uma lógica pendular de deslocamento no território. As grandes massas de áreas residenciais acabaram por se tornar, em sua quase totalidade, “bairros dormitórios”, abrigando populações durante a noite e lançando-as para a área central ao amanhecer. Escreve Paviani, ao se referir a Brasília:

³⁶ (Moura, 2010)

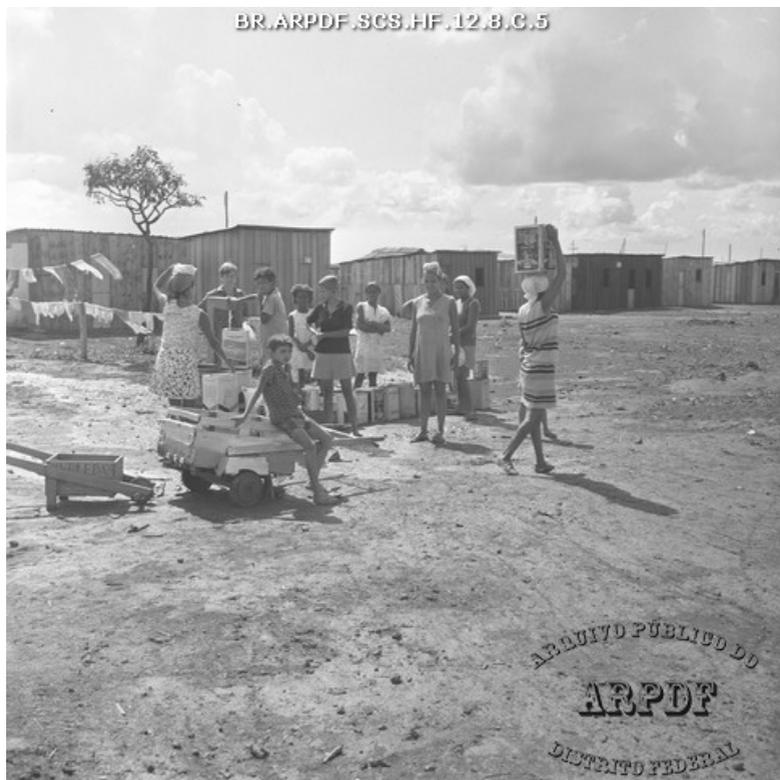


Figura 10: Ceilândia no ano de 1972.
Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

Figura 11: Foto de área do bairro Sudoeste (RA XXII).
Fonte:

Com esse processo de povoamento, criou-se uma cidade polinucleada, onde os núcleos periféricos detêm, em sua maioria, atividade residencial. Esses assentamentos não possuem autonomia para reter os respectivos trabalhadores. (Paviani, 2010, p. 5)

Isso se deve à concentração de empregos no Plano Piloto e à forma bastante polarizada pela qual influencia todo o território. Salvo os casos de Taguatinga e, em alguma medida, Ceilândia, que hoje já abrigam oferta de empregos em número razoável, cotidianamente os habitantes do Distrito Federal – e municípios goianos limítrofes, em muitos casos – repetem a movimentação pendular que os leva de bairros fundamentalmente residenciais para o Plano Piloto e, horas depois, no caminho inverso.

Outro aspecto desse processo torna relevante estabelecer paralelos com Águas Claras. Em geral, o modelo estabelecido – quando planejado – para as áreas destinadas às populações mais humildes foi de ocupação mais rarefeita, por unidades habitacionais unifamiliares, enquanto que às classes médias e altas o padrão habitacional estipulado foi mais próximo àquele estabelecido no Plano Piloto de Brasília – à exceção de Águas Claras. Sudoeste e Noroeste, por exemplo, possuem seus edifícios sobre *pilotis*, com densidade similar à proposta para o Plano Piloto e, ao menos discursivamente, incorporam os modelos de Superquadras e cidade jardim. Paralelamente, no caso de regiões destinadas a populações de renda menos abastada, por mais que muitas vezes os traçados bastante racionais tenham sido inspirados em parâmetros similares àqueles do projeto de Costa, as habitações indicadas foram casas, residências



Figura 12: Vista aérea de Vicente Pires, área que sofreu parcelamento irregular e foi ocupada por diversos condomínios.
Fonte: Sítio eletrônico do Jornal de Brasília¹

¹ <http://www.jornaldebrasil.com.br/cidades/mais-uma-etapa-para-legalizacao-de-vice-pires-foi-concluida/>

unifamiliares – ainda que contemporaneamente diversos edifícios já estejam presentes nessas localidades.

Isso reforça o ineditismo e o caráter *sui generis* do projeto urbanístico de Águas Claras. Nascida para a viabilização de um equipamento de transporte público de massas³⁷ – o metrô – e como bairro de classe média, teve seu projeto caracterizado por um conjunto de elementos que ambicionavam negar urbanisticamente tudo aquilo que marcara negativamente o urbanismo do Plano Piloto e o modelo de expansão urbana do Distrito Federal.

2.3 Elementos da crítica aos princípios do Movimento Moderno e a Brasília

O projeto do Plano Piloto esteve sob o crivo da crítica por muito tempo. Não só ele, como a própria concepção de cidade elaborada pelo Movimento Moderno ao longo da primeira metade de século XX. É no projeto de Costa, porém, que a materialidade construída pôde ser observada, analisada e julgada com mais ênfase sob o paralelo construído entre projeto e matéria, visto que por muitos críticos foi considerada a

³⁷ (Campanhoni, 2013)

mais fiel realização dos preceitos da Carta de Atenas e do Movimento Moderno.

Entre os elementos mais marcantes das críticas orientadas ao projeto da nova Capital brasileira – e, novamente, aos preceitos do Movimento Moderno como um todo – pode-se destacar quatro: a valorização do automóvel em detrimento do pedestre; a dispersão urbana advinda do modelo de cidades-satélites e da suburbanização; a setorização monofuncional; e um conjunto de elementos que configuram uma crítica mais ampla: a rarefação de sua malha urbana devido à abundância de espaços vazios e verdes e à desintegração do modelo da rua corredor. De forma mais ou menos enfática, todas essas características compõem traços importantes do Plano Piloto de Brasília.

De forma contundente, a crítica ao Movimento Moderno se constituiu de maneira organizada e propositiva. Exemplos muito marcantes na história do campo jazem na obra de Jane Jacobs, *Morte e Vida de Grandes Cidades*³⁸, com sua forte crítica ao modelo de planejamento urbano baseado nos princípios do Movimento Moderno e aos elementos que aponta como consequências negativas desse procedimento, e também no livro *Complexidade e Contradição em Arquitetura*³⁹, de Robert Venturi, cujo sentido era uma crítica à própria linguagem arquitetônica advogada pelo Movimento Moderno. Décadas depois, em

³⁸ (Jacobs, 2011[1961])

³⁹ (Venturi, 2004[1966])

Cidades do Amanhã⁴⁰, Peter Hall faria pesadas críticas aos modernos, com especial agudez no caso de Le Corbusier, sintetizando várias percepções que vinham convergindo até o período.

Em 1989, um ano após a publicação do livro de Hall, o arquiteto Demetri Porphyrios, de postura similar à de Leon e Rob Krier⁴¹, publica também uma contundente crítica à arquitetura e ao urbanismo defendidos pelo Movimento Moderno. Escreve:

(...) a lógica radicalmente racionalista do modernismo era a *tabula rasa*, o apagamento de rastros: zoneamento urbano, a ideia da “cidade no parque”, o edifício isolado, o desaparecimento da rua e da praça, a destruição do quarteirão. Em suma, a destruição do tecido urbano. Tudo isso foi sistematicamente saudado pelos modernistas como um eficiente progresso da engenharia social das cidades. (Porphyrios, 2013[1989], p. 110)

No mesmo ano, o antropólogo James Holston lançava o livro *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*⁴². Em seus escritos, fez

40 (Hall, 2013[1988])

41 Rob e Leon Krier são irmãos e arquitetos luxemburgueses que desenvolveram fartas críticas às ideias do Movimento Moderno. Estão entre os principais proponentes do movimento do Novo Urbanismo (*New Urbanism*).

42 (Holston, 1993[1989])

coro às críticas desenvolvidas aos preceitos modernos, encontrando-os materializados no Plano Piloto de Brasília. Além da discussão que teceu acerca das origens da transferência da capital e do ideário que compunha tal empreitada, Holston criticou o que chamou de “a morte da rua” e outros elementos que caracterizariam, sob sua análise, como responsáveis por um definhamento da urbanidade da cidade.

Entretanto, as críticas e a ocorrência de polêmicas não começaram aí. Antes disso, os CIAM, os próprios fóruns estabelecidos pelo Movimento Moderno, experimentaram seguidas rupturas discursivas e mudanças de rumo. Em 1937, em Paris, apenas quatro anos após o Congresso em Atenas, reconhecem um primeiro equívoco e tratam de afirmar a importância do sítio no qual a cidade pudesse ser instalada e o “impacto das estruturas históricas” (Frampton, 1997, p. 329) no projeto e planejamento urbanos. O racionalismo da Carta de Atenas se mostrara, para muitos, como excessivo e parecia implicar uma visão que “des-temporalizava” a cidade e a lançava num limbo contextual, ignorando quaisquer aspectos culturais, sociais ou políticos. De acordo com Peter Hall, a ideia de que a “tábula rasa” universalista deveria ser a metodologia adotada era marcadamente corbusiana. Ele destaca a seguinte passagem escrita por Le Corbusier nesse sentido: “PRECISAMOS CONSTRUIR EM TERRENO LIMPO! A cidade de hoje está morrendo porque não é construída geometricamente!” (Hall, 2013[1988], p. 245). Assim, reforça a sua crítica a como o idealizador da Carta de Atenas encarava as formas de repensar as cidades.

Apesar do pequeno, ainda que rápido, revés ocorrido em 1937, Kenneth

Frampton afirma⁴³ que é em 1953, no CIAM IX, que se pode localizar o ponto de clivagem que acabaria por erodir as bases do movimento e, posteriormente, culminaria em seu fim, no décimo e último CIAM. Durante os debates do CIAM IX, alguns arquitetos optaram por questionar diretamente as quatro funções da cidade previstas na Carta de Atenas – que até aquele período ainda mantinham grande influência sobre os planejadores e projetistas urbanos de todo o mundo. Esses arquitetos estavam insatisfeitos com o idealismo corbusiano e também com o que consideravam abstrações funcionalistas. O que defenderam foi um modelo pautado pela “complexidade”, que acreditavam ser mais adequada à construção da identidade – e identificação – entre os habitantes e o espaço urbano da cidade. Frampton cita a seguinte passagem do documento produzido por esse grupo de arquitetos no CIAM IX:

O homem pode identificar-se de imediato com seu próprio lar, mas não se identifica facilmente com a cidade em que este está situado. “Pertencer” é uma necessidade emocional básica – suas associações são da ordem mais simples. Do “pertencer” – identidade – provém o sentido enriquecedor da urbanidade. A ruazinha estreita da favela funciona muito bem exatamente onde fracassa com frequência o redensolvimento espaçoso. (Frampton, 1997, p. 330)

Em última instância e após um percurso de larga experimentação e

⁴³ (Frampton, 1997)

debates, essa perspectiva galgou longevidade e hodiernamente pode ser localizada em síntese na Carta do Novo Urbanismo⁴⁴, marco substancial de um entendimento diferente do planejamento e projeto urbanos daquele prescrito na Carta de Atenas ou nas elaborações de Le Corbusier.

Como se poderá notar, o projeto de Águas Claras, ainda que reconheça valores em características específicas do projeto de Costa, foi estruturado ao encontro das prerrogativas desenvolvidas pelos críticos do Movimento Moderno. Seus elementos centrais de composição urbanística são semelhantes – quando não os mesmos – daqueles que foram gestados em meados das décadas de 1970 e 1980 pelo que acabou sendo denominado movimento do Novo Urbanismo, que foi formalizado no Congresso para o Novo Urbanismo no início da década de 1990. A circulação das ideias de arquitetos e urbanistas⁴⁵ influentes e críticos do modelo de desenvolvimento urbano que vinha sendo largamente aplicado nos Estados Unidos e Europa logo conformou essa nova organização. A síntese de suas ideias acabou por produzir a Carta do Novo Urbanismo.

Hoje paradigmática⁴⁶, a Carta do Novo Urbanismo exemplifica de que

⁴⁴ A Carta do Novo Urbanismo está disponível na íntegra no endereço eletrônico: <https://www.cnu.org/who-we-are/charter-new-urbanism>

⁴⁵ Entre outros: Christopher Alexander, Leon Krier, Rob Krier, Andrés Duany.

⁴⁶ É importante destacar que aqui não se trata de apontar influências diretas

forma a crítica optou por endereçar os elementos considerados problemáticos que foram listados no início deste tópico. A saber: o problema da setorização e das funções da cidade; a questão da dispersão urbana; o problema da valorização do automóvel e, de forma mais ampla, da mobilidade urbana e do pedestre; e, por fim, a questão da rua e do tecido urbano, apontado como excessivamente rarefeito e descontínuo no caso das proposições do Movimento Moderno. Entre seus pontos, alguns merecem destaque, exemplificando as ideias que sintetiza:

- 8) A organização física da região deve estar apoiada numa rede integrada de alternativas de transporte. Sistemas de transporte público, de circulação pedonal e cicloviária devem maximizar a acessibilidade e

da Carta do Novo Urbanismo sobre o projeto de Águas Claras. Cronologicamente, o projeto de Zimbres, de 1991, antecede o I Congresso para o Novo Urbanismo, que ocorreu em 1993 e, conseqüentemente, também o documento que sintetiza suas ideias, publicado em 1996. O que se objetiva demonstrar, porém, é que Águas Claras já incorporava elementos que se tornaram consistentes na crítica ao Movimento Moderno – ainda que, em particular, ao Plano Piloto de Brasília – e acabaram por se formalizar com ainda mais veemência em um documento que findou por se tornar notório no campo da arquitetura e do urbanismo. De toda forma, vale destacar também que o Novo Urbanismo começa a se consolidar de forma mais sistemática já a partir de meados da década de 1980, reunindo arquitetos e urbanistas com proposições similares tendo como fim a transformação das cidades que consideravam que estavam sofrendo conseqüências negativas das ideias originadas no Movimento Moderno.

a mobilidade na região, reduzindo a dependência do automóvel.

10) A vizinhança, o bairro e o corredor são os elementos essenciais do desenvolvimento e do redesenvolvimento na metrópole. Estes elementos formam áreas identificáveis, que encorajam os cidadãos a tomarem responsabilidade pela sua manutenção e evolução.

11) As vizinhanças devem ser compactas, amigas dos peões e incluir diferentes tipos de uso, como habitação, comércio e escritórios. Os bairros, que geralmente enfatizam um uso principal, devem seguir os princípios da concepção das vizinhanças sempre que possível. Os corredores são ligações de vizinhanças e bairros a uma escala regional; podem ser desde avenidas e linhas férreas a rios e vias panorâmicas. (Carta do Novo Urbanismo, 1996)⁴⁷

A Carta do novo Urbanismo é um documento que foi produzido nos Estados Unidos e tem origem nas discussões sobre a dispersão urbana por meio dos subúrbios – processo alimentado pelo modelo rodovia-rista e de cidades-satélites – e nas reformas urbanas e suas conseqüências

⁴⁷ Tradução disponibilizada no próprio endereço eletrônico da Carta do Novo Urbanismo.

para a cidade, também criticadas por Jane Jacobs na década de 1960. Os pontos enumerados no documento, porém, não se limitam a tratar dessas questões, mas sintetizam um conjunto de medidas consideradas importantes para o planejamento e projeto urbanos por um conjunto de pensadores do campo da arquitetura e urbanismo.

2.4 O Projeto Águas Claras: razões de seu surgimento

Ao longo de toda a sua existência, o Distrito Federal se desenvolveu a partir do modelo de cidade jardim, no qual cinturões verdes deveriam ser mantidos entre os núcleos urbanizados. Tratava-se também de uma espécie de cordão sanitário que protegeria a área tombada e auxiliaria no modelo de expansão fragmentada que o governo vinha implementando. Isso gerou hiatos no território, que dificilmente pode ser entendido numa plena continuidade de malha, visto abundantes espaços residuais e as longas rodovias que conectam os bairros – reforçando a afirmação de que o modelo rodoviarista conduziu o desenvolvimento urbano e territorial da região.

Nesse esteio, o projeto de Águas Claras nasce de uma demanda

governamental alimentada por duas principais razões⁴⁸: a consolidação de uma ocupação urbana densa que viabilizasse a construção da linha de metrô conectando as regiões de Taguatinga e Ceilândia ao Plano Piloto, suprimindo também a crescente demanda habitacional de classe média, e o atendimento às diretrizes do planejamento urbano regional que propunha a instalação de um pólo econômico na região. De acordo com Aldo Paviani⁴⁹, há uma terceira razão não declarada: a construção de Águas Claras também serviria para injetar um grande volume de dinheiro na economia, alimentando o setor da construção civil.

Importante destacar que a demanda para ocupação da área destinada a Águas Claras advinha de um conjunto de diretrizes governamentais estipuladas⁵⁰ no PEOT – Plano Estrutural de Organização Territorial – de 1977, documento produzido pela CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal –, que apontava a necessidade de despolarização das atividades concentradas no Plano Piloto de Brasília, buscando evitar a “congestão do centro”⁵¹. Esse documento, entretanto, previa uma ocupação bastante distinta daquela que seria proposta pelo governo e consolidada no Projeto Águas Claras⁵².

Originalmente, o PEOT de 1977 trazia como sugestão para a área a

48 (Campanhoni, 2013)

49 (Paviani, 2010)

50 (Paviani, 2010); (Campanhoni, 2013)

51 (Campanhoni, 2013)

52 (Paviani, 2010); (Campanhoni, 2013)

instalação de atividades comerciais diversas, principalmente dos setores terciário e quaternário da economia⁵³ como gráficas, escolas, restaurantes, universidades, centros de pesquisa, laboratórios, etc. Para isso, previa edifícios de baixa altura, com até três andares, sem abarcar a função residencial. Logo nos primeiros passos com vistas à ocupação da área, já na década de 90, isso não aconteceu. O governo acaba por solicitar um bairro residencial, mas o escritório contratado extrapola o que lhe é pedido e propõe a multifuncionalidade, advogando a necessidade de misturar as funções residencial e comercial, principalmente. Explica o professor Richard Williams ao analisar o projeto de Águas Claras:

Águas Claras teve início em 1991, em um plano diretor solicitado pelo Governo do Distrito Federal para o arquiteto Paulo Zimbres, baseado em Brasília. O arquiteto tinha sido chamado para planejar um bairro dormitório; no entanto, em vez disso, ele trabalhou para que o novo assentamento fosse um denso elemento de urbanismo na tradição europeia, projetando com base na experiência dos centros urbanos tradicionais de cidades brasileiras e europeias. De forma bem otimista, nomeou o plano de “Um exercício na urbanização do Distrito Federal”.

⁵³ O setor terciário da economia contempla atividades de prestação de serviços, mas também de comércio de bens. O setor quaternário da economia se refere principalmente à produção e compartilhamento de informações e conhecimentos.

(Williams, 2007, p. 2)

À época, essa demanda advinha também do fato de que o governo possuía interesse no estabelecimento do uso residencial para que fosse possível viabilizar a instalação do transporte metroviário. Era essencial torna-lo economicamente sustentável e a localização na qual Águas Claras foi instalada representava, até então, um “hiato”⁵⁴ territorial no âmbito da principal massa urbana do Distrito Federal. No caso, entre Plano Piloto, Cruzeiro e Guará e as regiões de Samambaia, Taguatinga e Ceilândia, para citar as mais populosas. Além disso, a área selecionada rapidamente teve a destinação rural descartada, principalmente por ter sofrido com a intensa exploração de cascalho. Importante lembrar também que desde 1984 essa mesma região já vinha sendo ocupada de forma irregular, o que foi rapidamente endereçado pela gestão do DF com ações de remoção em função da instalação de Águas Claras.

Antes do projeto urbanístico, em 1983, o Projeto Águas Claras⁵⁵ é aprovado e a poligonal⁵⁶ na qual estaria inserido é confirmada. No ano seguinte o sub-bairro de Águas Claras é criado, vinculado à então Região Administrativa III, Taguatinga⁵⁷. Posteriormente, em 2003, Águas

⁵⁴ (Campanhoni, 2011)

⁵⁵ Decisão nº 46/83, Decreto nº 7.558/83.

⁵⁶ Poligonal é a definição gráfica que demonstra o limite político de uma Região Administrativa.

⁵⁷ (Oliveira, 2009)

Claras foi desmembrada⁵⁸ da RA de Taguatinga e ganhou administração própria, tornando-se a RA XX. Curiosamente, só em 1990 a destinação urbana ficaria também confirmada pelo Plano de Ocupação e Uso do Solo – POUSSO⁵⁹ –, mesmo com a criação já efetuada.

Foi, entretanto, somente no ano de 1991 que o Governo do Distrito Federal contratou⁶⁰ o escritório de arquitetura Zimbres e Reis Arquitetos Associados⁶¹ para elaborar um plano de ocupação para a nova área – lembrando: à época ainda um “sub-bairro” da RA III, Taguatinga. No ano seguinte, 1992, é concedida a autorização para que se inicie a implantação de Águas Claras. O Plano de Ocupação fica confirmado na Lei nº 385 de 16 de Dezembro de 1992, dando a largada para a execução do projeto.

58 Lei nº 3.153/2003.

59 Decreto nº 12.898/1990.

60 (Campanhoni, 2011)

61 Ainda que se atribua a Paulo Zimbres a autoria do projeto de Águas Claras, deve-se lembrar que se tratava do líder de um escritório cuja equipe e consultores devem ser citados. Mesmo que Zimbres tenha atuado como principal idealizador, a elaboração do projeto se realizou coletivamente. Assim, é importante mencionar aqueles que contribuíram para a elaboração: Arq. Paulo Zimbres; Arq. Luiz Antônio Reis; Arq. Mitsuko Matuda; Arq. André Cobbe; Arq. Geraldo Nogueira Batista; Arq. José Renato de Carvalho; Arq. Eurico João Salviati; Adv. Clodoaldo Pinto Filho; Eng. João Lafuente de Araújo; Allan Arnaldo de Araújo; Arq. Luis Antônio Vallandro Keating; Arq. Rosemay Leão Pimentel; Arq. Sandra Soares de Mello.

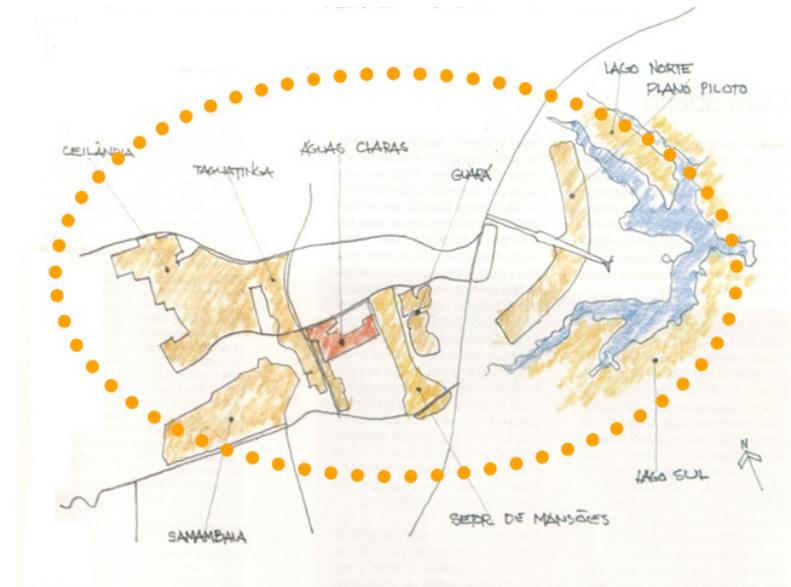


Figura 13: Croqui de estudo de locação para Águas Claras produzido pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1991).
Fonte: Apresentação “Projeto Águas Claras”, imagem cedida do arquivo pessoal de Paulo Zimbres.

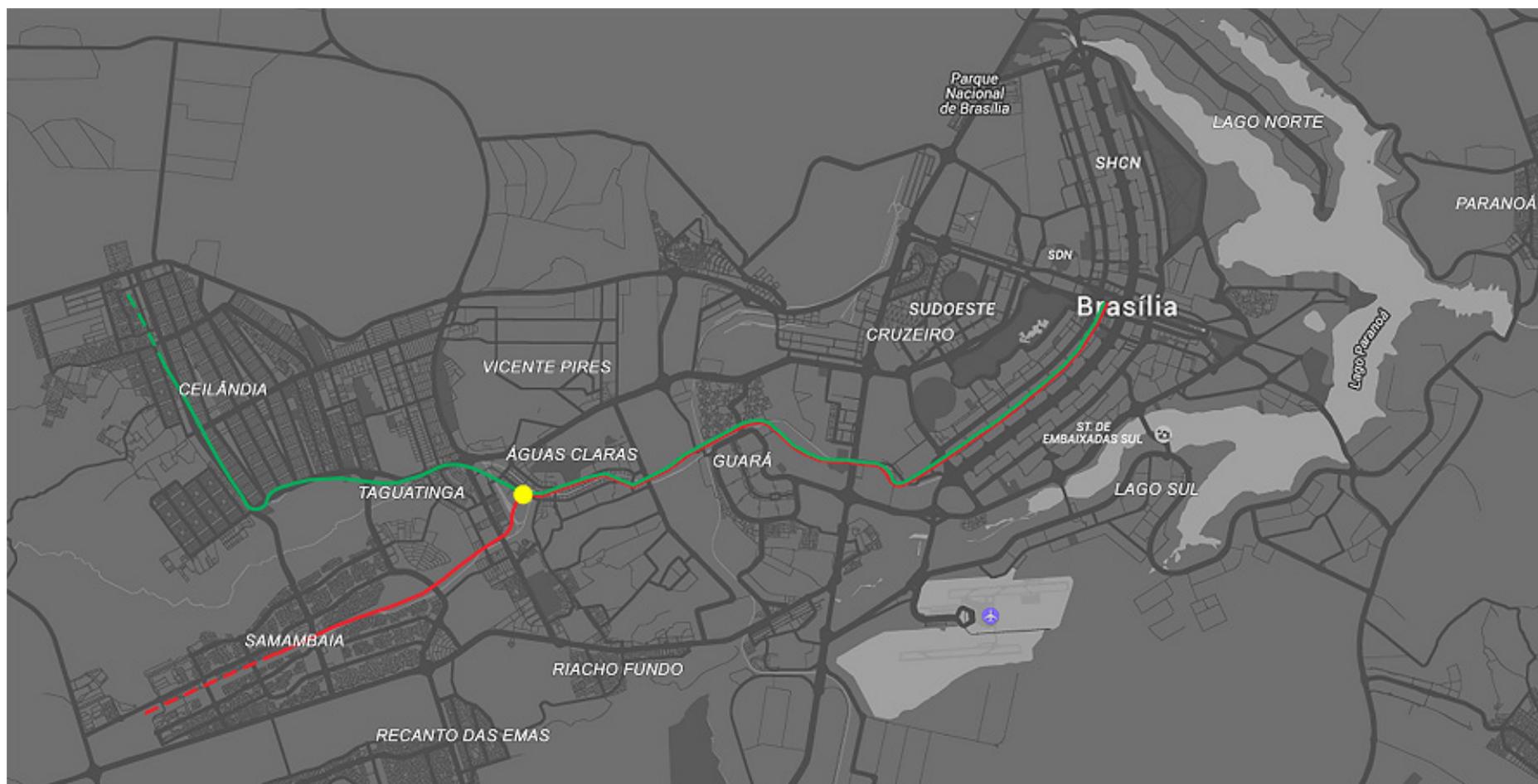


Figura 14: Mapa indicando as linhas do metrô construídas e a localização de Águas Claras.

Fonte: Ilustração produzida por Karoline Cunha.

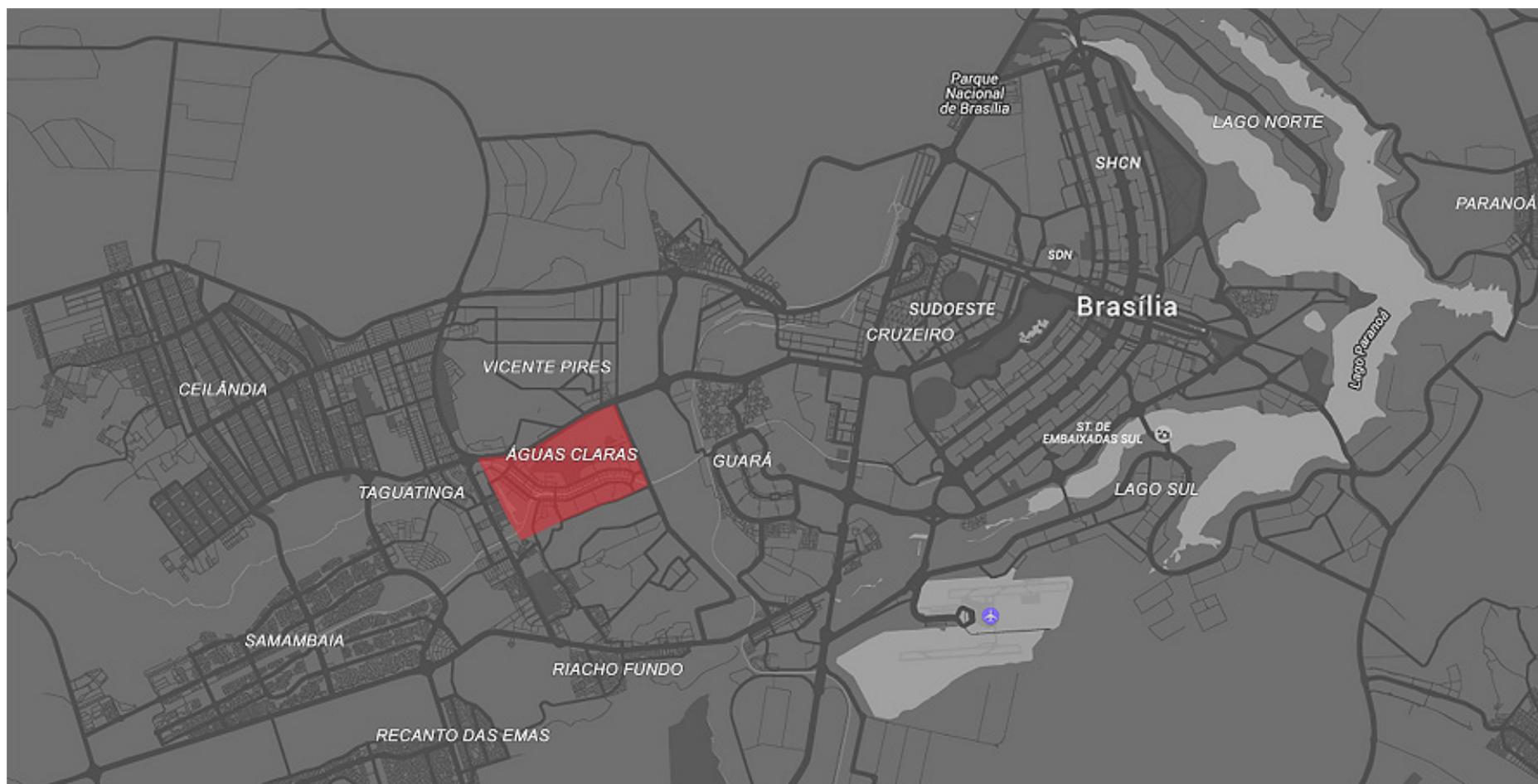


Figura 15: Mapa indicando a localização definitiva (atual) de Águas Claras.

Fonte: Ilustração produzida por Karoline Cunha.

2.5 Águas Claras: elementos do projeto urbanístico e intencionalidades

O Plano de Ocupação e Uso do Solo já indicava as principais diretrizes que deveriam pautar o projeto do bairro, das quais algumas não seriam, como se poderá constatar ao fim da análise, seguidas. Como mencionado, a destinação da área foi alterada de uso fundamentalmente comercial e industrial para o uso residencial e, no projeto, para uso misto, ainda que com predominância de habitações. Posteriormente, em 2009, o PDOT – Plano Diretor de Ordenamento Territorial – confirmou em definitivo a predominância do uso residencial em Águas Claras, simplesmente referendando a realidade há muito consolidada no bairro.

No que tange a proposta do projeto urbanístico de Águas Claras, alguns elementos são especialmente marcantes em sua elaboração e idealização. De acordo com o arquiteto e urbanista Paulo Zimbres em conversa informal⁶² concedida para esta pesquisa, o Plano Piloto de Brasília

⁶² Em companhia da aluna Karoline Cunha, orientanda de ProIC envolvida na pesquisa, tive a oportunidade de encontrar Paulo Zimbres e com ele conversar sobre Águas Claras. Foi nesse mesmo episódio que o arquiteto cedeu a apresentação “Projeto Águas Claras – um exercício de urbanismo no Distrito Federal”. Na ocasião, conversamos sobre suas intenções no projeto, a história do bairro e o projeto em si. A conversa transcorreu de forma informal e Zim-

possuía uma “malha urbana muito difusa” e essa característica deveria ser eliminada no projeto de Águas Claras. Esse aspecto, considerado por ele problemático, foi, entre outros, o que mais fortemente quis atribuir ao projeto. Isso se daria na retomada da conformação de quarteirões, na redução de espaços vazios e de volumes soltos na malha urbana. Enfim, visava retomar a conformação urbana das cidades ditas tradicionais.

No Memorial Descritivo do Bairro de Águas Claras⁶³, é possível encontrar as primeiras informações quanto ao que se propunha para o bairro. Primeiramente, a organização da ocupação ao longo da linha do metrô, a conformação de quarteirões tradicionais e a presença da diversidade de usos:

O bairro se desenvolve basicamente ao longo das linhas do Metrô, com a constituição de um sistema binário de vias de circulação e o lançamento de quarteirões mistos para residências, comércio e serviços. Paralelamente a estes quarteirões foram dispostas grandes quadras residenciais. Visando o favorecimento das atividades econômicas foi permitida uma grande flexibilidade quanto aos possíveis usos do solo na faixa de quarteirões situados ao longo do Metrô. (Zimbres e Reis Arquitetos, 1991, pp. 6, sic.)

bres não quis que fosse gravada.

⁶³ (Zimbres e Reis Arquitetos, 1991)

Além desses elementos, adiante trata das potencialidades volumétricas e de uma almejada centralidade para o bairro. Novamente, lançam-se como recursos para uma retomada dos elementos da cidade dita tradicional.

A criação de um meio ambiente construído rico e ameno levou à adoção de tipologias variadas, tradicionalmente utilizadas em várias cidades brasileiras. Tratou-se também de assegurar uma grande liberdade de concepção para os futuros projetos das edificações que serão aí construídas. Desta forma combinou-se de maneira feliz virtudes das cidades tradicionais com conquistas do urbanismo contemporâneo.

O comércio estará concentrado especialmente na área central do bairro, nos centros secundários localizados nos entornos de estações do metrô e ao longo de vias que constituem o sistema binário, onde também se localizarão equipamentos públicos, postos de serviços e áreas institucionais para igrejas, associações etc. (Zimbres e Reis Arquitetos, 1991, p. 8)

Ao projeto também se atribuía um foco diferenciado no pedestre, ainda que efetivamente não esteja em completo antagonismo com o uso do automóvel. Também é importante lembrar que o metrô antecedia o projeto, mas era apresentado como uma solução bem-vinda. Fato é que a linha férrea do metrô cortava a cidade ao meio, sendo um grande vale

a céu aberto, uma divisa física. Zimbres não pareceu considera-lo um obstáculo tão severo e sugeriu a construção de pequenas pontes exclusivamente pedonais para transpô-lo, algumas das quais poderiam abrigar comércio.

Atenção especial foi também dada a circulação de pedestres com a adoção de amplas calçadas que permitirão a locomoção segura e amena de pedestres. Foi também prevista a construção de passagens de pedestres sobre as ou sob as linhas do metrô. Algumas destas passagens, a maneira das velhas pontes medievais europeias poderão eventualmente, onde e quando isso for viável, ser projetadas de forma a constituir conjuntos de pequenas lojas e espaços para serviços e atividades comerciais. (Zimbres e Reis Arquitetos, 1991, pp. 9, sic.)

De acordo com Zimbres, buscava-se a valorização do pedestre, o adensamento populacional e a consolidação de uma cidade multifuncional, na qual comércio, trabalho, lazer e habitação estivessem misturados no tecido urbano. Outro aspecto importante era a construção de uma centralidade no bairro, inclusive com características morfológicas diferentes das presentes no restante da área do projeto. Todos esses elementos constam na argumentação que justifica e elucida as diretrizes assumidas para o projeto e puderam ser verificados não só no Memorial Descritivo, como de maneira ainda mais contundente na apresentação de Águas Claras elaborada por Zimbres cujo sugestivo título é “Projeto

Águas Claras – um exercício de urbanismo no Distrito Federal⁶⁴.

Em síntese, aponta Williams ao discutir o projeto de Águas Claras:

A nova cidade se estendia entre duas avenidas de 4,5 km de extensão, levemente curvas, e entre elas, uma linha de metrô correndo no subterrâneo. As duas avenidas abrigariam lojas e instalações culturais no nível térreo, e residências nos andares superiores. Haveria um total de 45 praças públicas e um parque ecológico; em outras palavras, haveria um domínio público coerente. As referências visuais do plano de Águas Claras incluem Nova Iorque, Milão e Edimburgo, sendo esta a cidade onde Zimbres estudou no início dos anos 70. Incluem ainda o próprio Plano Piloto, que o arquiteto considera como espaço fundamentalmente urbano, ainda que um tipo de espaço que raramente ratifica sua urbanidade. Zimbres defende a densidade, a mistura de usos, a movimentação de pedestres, a restrição a carros particulares, a centralidade do transporte público e a vida nas ruas. Utilizando as tradições continentais europeias e a história de Brasília, ele defende uma mistura de usos em uma densa ‘rede’; outros elementos significativos que auxiliariam esta conquista incluíam

comércio de rua e uma futura universidade. Em termos puramente locais, Águas Claras pode ser vista como um bolsão protegido do urbanismo europeu, contudo, em uma expansão basicamente indiferenciada. (Williams, 2007, p. 2)

Ainda que reconheça valor no urbanismo do Plano Piloto e com ele se relacione, se torna patente a crítica ao projeto de Costa, da qual está imbuído o projeto capitaneado por Zimbres. Isso se expressa nas referências que adotou, no discurso que expressou e no próprio projeto. Em Águas Claras, são características centrais no projeto a mistura de uso residencial e comercial, retomando o modelo de rua-corredor das cidades tradicionais, os gabaritos variados e mais elevados⁶⁵ do que no Plano Piloto de Brasília e a constituição de uma malha urbana mais compacta, com menos permeabilidade e menos vazios, retomando a estrutura de quarteirões. Esses elementos compõem a concepção do bairro projetado por Zimbres em razoável consonância, como fica também patente na análise de Williams, com os princípios do chamado Novo Urbanismo, ainda que se encontrem amalgamados com outras proposições.

Na Figura 16 é possível ver a forma pela qual o bairro foi pensado ao longo da linha do metrô. Além disso, sua área é majoritariamente residencial ou mista. Mesmo a própria área central não deixaria de abrigar moradores. Apesar disso, o zoneamento não deixa de apresentar

64 (Zimbres, 1991)

65 Originalmente, Águas Claras poderia abrigar edifícios com gabarito variado alcançando até 12 pavimentos. (Jatobá, 2010)

setorização – ela não desapareceria em absoluto, apenas seria mais limitada e se caracterizaria por menos separação entre residências, comércio e trabalho.

Como representação do que se projetava, os croquis e perspectivas apresentados por Zimbres são bastante elucidativos. Demonstram uma cidade verticalizada, com gabaritos variados, a conformação de quarteirões, bulevares bastante arborizados e uma área central marcada por uma enorme praça e edifícios de altura mais acentuada. De acordo com a apresentação⁶⁶ elaborada por Paulo Zimbres, o bairro foi pensado para atender um devir focado nos pedestres, mas, mais que isso, no estabelecimento de uma vivência urbana similar àquela comumente atribuída às cidades tradicionais. Assim, como previamente mencionado, retomar o padrão da rua-corredor foi um aspecto fundamental da proposta, o que também se vê nas ilustrações.

Há, por fim, mais uma característica do planejamento de Águas Claras que deve ser destacada. Tratava-se, desde o princípio, de uma área destinada à ocupação por uma população de classe média, diferentemente do que ocorreu na maioria dos projetos urbanísticos do Distrito Federal, cuja destinação comum era a de abrigar – ou propiciar a transferência de, como no caso de Ceilândia – populações de baixa renda. Para Richard Williams, isso não fica claro somente na própria demanda do governo, mas também no projeto, quando sob escrutínio mais atento.

⁶⁶ (Zimbres, 1991)



Figura 16: Zoneamento proposto para Águas Claras pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992).
Fonte: Apresentação “Projeto Águas Claras”, imagem cedida do arquivo pessoal de Paulo Zimbres.

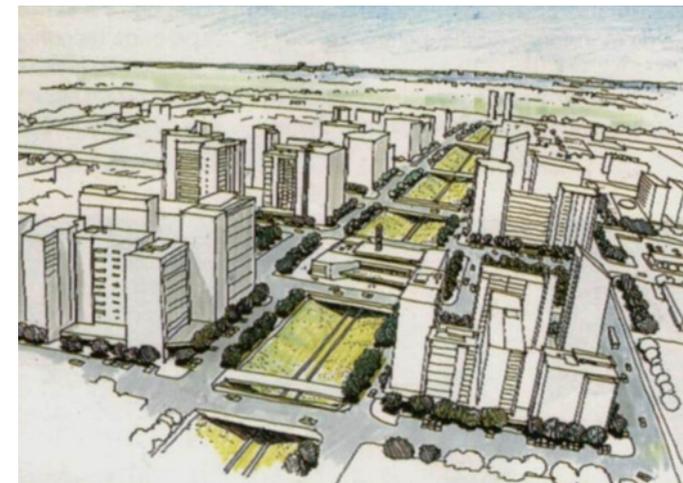
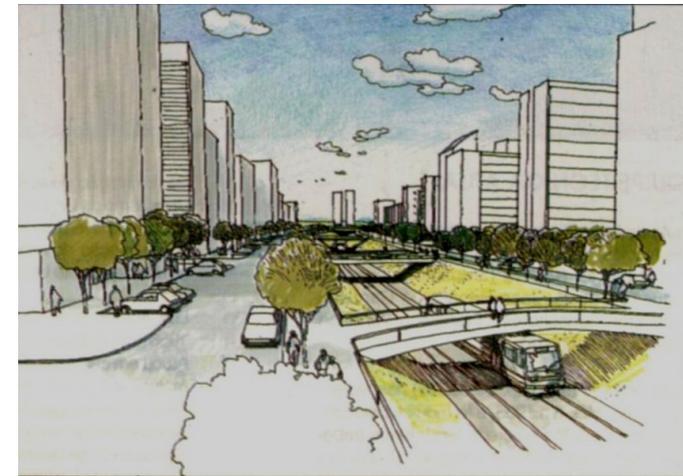


Figura 17: Croqui de Águas Claras elaborado pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992).
Fonte: Apresentação “Projeto Águas Claras”, imagem cedida do arquivo pessoal de Paulo Zimbres.

Figura 18 e
Figura 19: Croqui de Águas Claras elaborado pelo escritório Zimbres e Reis Arquitetos Associados (1992).
Fonte: Apresentação “Projeto Águas Claras”, imagem cedida do arquivo pessoal de Paulo Zimbres.

A cidade é explicitamente da classe média, e seu domínio público é construído para enquadrar a exposição pública do burguês pró-Europa em seus momentos de lazer: o passeio com a família, o café do bar da esquina, o bate papo solto com conhecidos na rua, o burburinho da multidão urbana. As ‘boas maneiras’ essenciais deste lugar e o plano racional são, por assim dizer, representantes um do outro. Os principais referenciais urbanos europeus de Zimbábue – os jardins da Rua Princess em Edimburgo e a Galeria Vittorio Emanuele em Milão – expressam claramente esta política de classe, como também a frequente menção a Curitiba, única cidade brasileira que conseguiu cultivar um urbanismo neo-tradicional em sua área central. (Williams, 2007, p. 2)

Não se tratou, porém, de uma política exclusiva do projeto, ainda que nele se torne explícita. A intenção de estabelecimento de uma área a ser ocupada pela classe média partira do governo, reproduzindo o modelo classista e segregador de ocupação do território que já adotara em diversas situações. O *outdoor* instalado pelo governo com publicidade referente a Águas Claras torna difícil entendimento diverso (Figura 20).



Figura 20: *Outdoor* com propaganda da implantação de Águas Claras. Fonte: Arquivo Público do Distrito Federal.

2.6 O bairro de Águas Claras e sua materialidade hoje

O que se materializou foi razoavelmente distinto do projeto de Zimbres. Hoje Águas Claras é um bairro composto quase que inteiramente por condomínios verticais fechados⁶⁷. Em alguns casos ainda se pode encontrar comércios no térreo de edifícios residenciais, mas essa não tem sido a regra absoluta. De forma geral, as calçadas e ruas são estreitas e ladeadas por grades, muros, empenas cegas ou estacionamentos. Alguns fatores se somaram para esse resultado.

No início das obras, os edifícios eram construídos por cooperativas de funcionários públicos, as quais, em sua maior parte, não tiveram condições de dar continuidade aos investimentos⁶⁸. Nesses casos, os empreendimentos acabaram sendo assumidos por empresas de construção e incorporadoras⁶⁹ enquanto diversas cooperativas declararam falência. Disso decorre que há situações nas quais terrenos aos quais eram destinados, por exemplo, cinco blocos, foram ocupados somente por

⁶⁷ De fato, Zimbres prevê no MDE de Águas Claras a possibilidade de que os edifícios assumam a modalidade de condomínio (item 3.4.4 do MDE). Porém, como fica claro ao longo de toda sua argumentação, não parece conceber que isso pudesse se estender para a quase totalidade do bairro.

⁶⁸ (Silva, 2016)

⁶⁹ (Silva, 2016)



Figura 21: Ao fundo, edifícios em Águas Claras. Em primeiro plano, lote vazio utilizado como estacionamento.

Fonte: Arquivo do autor.

quatro⁷⁰. Daí advém também o fato de que toda a lógica que acabaria por reger o desenvolvimento e consolidação de Águas Claras assumiria uma perspectiva diretamente vinculada à dinâmica do mercado imobiliário – do programa de necessidades aos preços praticados. Era do interesse do governo a valorização do local e sua rápida ocupação e, simultaneamente, a indústria imobiliária, aquecida tal qual se encontrava, também visava ampliar lucros, potencializados em função do processo de valorização⁷¹ advindo do crescimento da demanda habitacional de classe média já no período em questão⁷².

Além disso, tendo sido criada como um sub-bairro de Taguatinga, Águas Claras teve sua legislação urbanística definida pelo PDL (Plano Diretor Local) daquela Região Administrativa⁷³. Isso trouxe consequências para o projeto original.

A mais marcante alteração consequente desse fato diz respeito à altura dos edifícios. Inicialmente, o gabarito máximo permitido era de até

70 Esse exemplo se refere ao caso da Quadra 105, especificamente os lotes de número 09 e 10. O exemplo é mencionado por Maria A. Sampaio Silva. (Silva, 2016)

71 (Serrano, 2010)

72 De acordo com a arquiteta e urbanista Maria A. Sampaio Silva, a partir da década de 90 o Distrito Federal passa a receber um enorme contingente populacional. Tratou-se de um dos maiores aumentos de fluxo de migração para a capital federal desde o início de sua construção. (Silva, 2016)

73 Taguatinga é a RA III.

12 pavimentos, dependendo da combinação entre taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento. Entretanto, em posteriores alterações no PDL de Taguatinga, os coeficientes de aproveitamento de diversos lotes foram modificados⁷⁴, o que impactou diretamente Águas Claras – então vinculada à RA III. Como consequência, surgiu a possibilidade de que alguns edifícios fossem erguidos com até 36 pavimentos, três vezes mais do que o que fora originalmente considerado. Essas mudanças acarretaram uma verticalização ainda mais intensa da área, algo inédito para o Distrito Federal.

As fachadas dos edifícios de Águas Claras muitas vezes também apresentam características pouco interessantes para o pedestre e comunicam uma postura que reforça a ideia de um bairro de enclaves. A interface público-privado é de certo modo caracterizada por uma violência simbólica própria, manifesta na maneira como os edifícios lidam com a rua e o conjunto de espaços livres. Na interface público-privado, a fachada é elemento central. A fachada se define como a fronteira entre o interior e o exterior, a casa e a rua, o privado e o público. Essa relação que se dá inicialmente por uma percepção visual, e que está imbuída de significado, é uma característica bastante marcante nas cidades tradicionais. É na fachada, nas janelas voltadas para fora, nas pessoas que transitam pela calçada, tangenciando o limiar entre o público e o privado, que algumas interações se manifestam. Isso acontece seja pela observação dos que passam, do que se dá do lado de fora ou das próprias fachadas, seja pelo contato deliberado entre os indivíduos.

74 (Jatobá, 2010)



Figura 22: Parte norte do bairro de Águas Claras visto a partir do outro lado (parte sul) da linha do metrô.

Fonte: Arquivo do autor.

As fachadas são também uma forma de expressão para o privado se manifestar diante do público. Detalhes, adereços, esculturas, enfim, há uma profusão de maneiras pelas quais se constrói a imagem do privado para além de seu interior, manifestando-o nas fachadas. A aparência dos edifícios varia entre si e muitas vezes é possível especular sobre o que ali ocorre ou os que ali habitam meramente ao se avistar a fachada, quando não por simplesmente conhecer a rua onde se situa – partindo de representações sociais ou informações disponíveis. As fachadas podem também dar sinais de opulência ou pobreza, ser hostis ou aprazíveis e se comunicar de forma profusa com aqueles que as encontram.

Assim, o tratamento conferido a essas fachadas é relevante e chama atenção quando se observa o que há em Águas Claras. Nesse caso, é deveras comum encontrar empenas cegas que ladeiam as calçadas. Elas são, como no caso dos gabaritos dos edifícios, um produto de uma combinação entre legislação e desinteresse das incorporadoras em lidar com o domínio público ao tempo que buscam reduzir os gastos com construção. Assim, o que se percebe no que tange à interface público-privado nos edifícios de Águas Claras é, em muitos dos casos, uma quase inexistência. Em alguns casos isso acontece de forma deliberada, num ato que lança à rua a indiferença do edifício, mas em outros isso se deve à presença das garagens afloradas metros acima do nível da rua. Essa possibilidade existe devido à legislação, que permite o afloramento e, simultaneamente, as considera como área não computável no coeficiente de aproveitamento até o terceiro andar⁷⁵. Como a escavação e

⁷⁵ Lei Complementar Nº 90, de 11 de Março de 1998.



Figura 23: Pessoa diante de empena cega em Águas Claras.
Fonte: Arquivo do autor.

instalação de garagens no subsolo são procedimentos bastante onerosos, para economizar recursos, tornou-se uma prática comum para as incorporadoras o não enterramento das garagens, mantendo-as no nível térreo ou erigindo-as a até 12 metros de altura. O tratamento externo dessas garagens, na interface com a rua, acaba na maioria das vezes por ser relegado a empenas cegas, como no caso da imagem Y.

No caso dos muros e grades ocorre algo similar. Não sendo considerados na contabilização da taxa de ocupação, acabaram se proliferando indiscriminadamente, legitimados por uma crescente demanda por segurança gerada por um contexto de forte incitação da política do medo cotidiano.

Como já comentou Aldo Paviani⁷⁶ ao tratar da periferização das cidades latino-americanas, usuários, inquilinos, moradores em geral são também responsáveis pelo processo de urbanização, não apenas as incorporadoras e o governo, e devem ser considerados *agentes*. O mesmo processo parece ter tomado lugar na proliferação dos condomínios fechados. Ali, demanda e oferta se encontraram e a *escolha* configurou um mercado imobiliário profícuo. Exemplo desse sucesso e da reprodução reciprocamente alimentada por incorporadoras e compradores, em 2007 Águas Claras foi considerada, como já mencionado, “o maior canteiro de obras da América Latina”⁷⁷, dado seu acelerado crescimento.

⁷⁶ (Paviani, 2010)

⁷⁷ Editorial Economia. Revista Istoé Dinheiro, edição 524. Publicada em 10/10/2007.



Figura 24: Avenida da Araucárias: uma das duas principais avenidas de Águas Claras. À esquerda: empenas cegas (em geral garagens não-enterradas) e muros ladeiam a calçada. À direita: fachada do Shopping Águas Claras.
Fonte: Arquivo do autor.

A soma dessas características permite afirmar que o modelo adotado na arquitetura dos edifícios foi bastante diferente daquele ilustrado pelos autores do projeto do bairro. Grades e muros elevados compõem a paisagem, refletindo o modelo de enclave que ali se erigiu. Câmeras de segurança e holofotes vigiam esquinas e ruas. Equipamentos de lazer já presentes em praças ou normalmente encontrados em áreas públicas são oferecidos nas áreas internas dos condomínios. O conjunto desses elementos tem impacto marcante no contexto urbano. Ao também discutir as diferenças entre proposta e realidade edificada em Águas Claras, outros trabalhos são enfáticos em suas constatações:

Observa-se nas duas principais avenidas da cidade de Águas Claras uma seqüência monótona de edifícios residenciais em lâminas, com garagens e áreas de lazer no pavimento térreo e com barreiras físicas constituídas por muros. (...) na proposta inicial da cidade, em algumas vias, o pavimento térreo abrigava comércio local, porém isso praticamente não ocorreu, pois se percebem garagens ocupando o pavimento térreo, configurando no espaço urbano público longas paredes cegas, e em algumas quadras os pilotis ficaram livres, mas os edifícios são cercados e eliminam a visibilidade necessária para o pedestre nas superquadras tradicionais. (Oliveira, 2009, p. 70)

Também descrevendo a realidade de Águas Claras, a arquiteta Franciney de França escreve:

Os edifícios formam condomínios fechados e sob o slogan da segurança e qualidade de vida, são complexos compostos por áreas de lazer com piscinas, playground, salão de festas, churrasqueiras, academia de ginástica, sauna e quadras esportivas. (França, 2008, p. 163)

A afirmação de Franciney é bastante exemplar. A maior parte dos condomínios verticais de Águas Claras possuem uma diversidade de serviços e facilidades oferecidos em seu interior. Nos mais modestos é possível encontrar piscinas e pequenas quadras esportivas ou áreas de jogos, enquanto que nos mais sofisticados há casos de cinemas, academias de ginástica ou mesmo prestação de serviços como cabelereiro e massagem. O que se vê é que muitas das atividades comumente destinadas às áreas de uso coletivas públicas e aos espaços livres ou até mesmo algumas atividades comerciais oferecidas na cidade foram internalizadas pelos condomínios, visando sempre diminuir a necessidade de se abandonar a área cercada para se aventurar nas ruas.



Figura 25: Fotografias feitas em Águas Claras. À esquerda: mulher caminha com seu cachorro em calçada estreita ladeada por grade. À direita: câmera e holofote vigiam a calçada ao lado do edifício cercado.

Fonte: Arquivo do autor.

III

Águas Claras: observando o espaço público

3.1 Investigar compreensivamente: notas metodológicas e procedimentos de pesquisa

Este trabalho se pautou como um modelo investigativo capaz de produzir inferências e interpretações consistentes sobre o espaço público do bairro de Águas Claras. Isso ocorreu por se tratar de uma pesquisa de caráter *ex-post-facto*. Isso significa dizer que as variáveis independentes que possuem relevância para o fenômeno já estão prontas e não é possível regulá-las para testar a realidade. Significa dizer também que não há caráter experimental, laboratorial ou de criação de estímulos. Trata-se de uma ação *compreensiva* e, por isso, *investigativa*.

Nem sempre na pesquisa social é possível manter

o pleno controle dos estímulos experimentais, em muitos casos, a distribuição aleatória dos participantes da pesquisa e o controle de laboratórios são totalmente inviáveis. (...) Pode-se definir pesquisa *ex-post-facto* como uma investigação sistemática e empírica na qual o pesquisador não tem controle direto sobre as variáveis independentes, porque já ocorreram suas manifestações ou porque são intrinsecamente não manipuláveis. (Gil, 2008, p. 54)

Assim, pode-se afirmar que, como é comum nas pesquisas em ciências sociais, as conclusões aqui tecidas e as impressões coletadas compreendem um contexto específico, uma temporalidade específica e não estão isentas – por mais tentador que seja dizer que sim – das subjetividades inerentes à interpretação do pesquisador. Isso não significa, porém, que se trate de opinião. Como deve ser, esta pesquisa respeitou sistemática própria, caracterizando-se por rigor metodológico e delineamento coerente dos procedimentos de pesquisa, ainda que de caráter fortemente hermenêutico.

A pesquisa desenvolvida neste trabalho se desdobrou em um conjunto diversificado de procedimentos. Desde o princípio, concluiu-se que a adoção de somente uma técnica ou abordagem não permitiria enxergar o fenômeno de forma digna e em sua característica complexidade. Assim, é pertinente indicar quais os procedimentos adotados, a razão pelas quais foram selecionados e a maneira pela qual puderam ou não ser executados antes de apresentar a análise dos resultados e interpretações obtidos.

O conjunto de procedimentos de pesquisa adotado neste trabalho buscou constituir uma combinação consistente entre técnicas qualitativas e quantitativas que, juntas, permitissem aproximar informações e impressões para construir interpretações coerentes e que pudessem ser discutidas à luz do arcabouço teórico elencado sem prejuízo da constituição própria do fenômeno. Nesse sentido, visitas e aplicações de questionários de caráter exploratório antecederam a realização dos procedimentos finais. Essa opção se mostrou frutífera, haja vista que possibilitou realizar alterações e reorganizar o planejamento original de forma a torna-lo mais realista e adequado. A bem da verdade, deve-se dizer que no princípio havia ambições que ultrapassavam o realizável – tais como a dimensão do recorte, a quantidade de aplicações de questionários inicialmente programadas e a realização de grupos focais.

Logo, foram realizadas observações de dois tipos: estática e de percurso. A primeira, mais aprofundada, permitiu constatar usos e interações desenvolvidas nas praças adjacentes ao metrô Águas Claras e nas praças das quadras 205 (Jandaia) e 206 (Tuim). Paralelamente, realizou-se um percurso no recorte previamente apresentado, possibilitando a experiência pedonal no bairro e o testemunho de usos, situações urbanísticas e arquitetônicas, equipamentos e dinâmicas mais difusos na área urbana local.

Simultaneamente, foram aplicados questionários com dois objetivos: comparação com os resultados obtidos na PDAD¹ efetuada pela

¹ (PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2014)

Codeplan e para obtenção de informações outras que não constavam na pesquisa governamental. Esses questionários foram aplicados em pequena quantidade, dado seu tamanho e profundidade, mas isso não pareceu refletir prejuízo para a construção de um corpo de informações que pudessem contribuir para a investigação. Houve certa dificuldade para encontrar moradores dispostos a ceder seu tempo para responder o questionário.

Posteriormente, já durante o andamento do trabalho, foi decidido que seria interessante acompanhar grupos de moradores de diversas quadras organizados em redes sociais. Nesse caso, foram retirados excertos das discussões – sempre preservando o anonimato dos participantes – para análise e leitura crítica, ajudando a compreender com mais clareza o espaço social.

Para melhor conhecer a população de Águas Claras e sua realidade socioeconômica, foram analisados os dados da PDAD 2013/2014², documento no qual estão contidas as informações mais recentes sobre a população da região. Os dados apresentados são aqueles referentes à área de Águas Claras Vertical, conforme o recorte adotado para a pesquisa. São informações que permitem traçar o perfil da classe socioeconômica predominante em Águas Claras, os locais de trabalho e outras características dos habitantes, possibilitando compreender com mais precisão como é composto o agregado populacional do bairro.

² (PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2014)

Além dos dados disponibilizados pela Codeplan, optou-se pela construção de um instrumento que pudesse fazer uma verificação das informações da PDAD ao mesmo tempo em que contribuísse no aprofundamento do perfil dos habitantes da região. Mais que isso, os questionários se destinaram a coletar opiniões e julgamentos dos moradores acerca do bairro e de suas próprias habitações, auxiliando na confecção de material que permitisse contribuir para a interpretação do espaço social e das práticas urbanas de ao menos uma parcela da população. Técnica muito comum para coleta de dados, a aplicação dos questionários foi utilizada, conforme mencionado, como procedimento complementar.

De forma muito simples, questionários são:

(...) técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc. (Gil, 2008, p. 121)

O questionário utilizado na pesquisa se encontra em anexo³ e corresponde à versão final aplicada. Foram utilizadas questões abertas, questões fechadas e questões dependentes em sua elaboração. Além disso, as respostas foram coletadas sem registro de autoria. Quarenta e sete

³ Anexo 01.

questionários foram respondidos e todos são anônimos.

Em relação ao processo de construção do questionário, previamente optou-se pela realização de um piloto, avaliando possíveis problemas e aferindo a capacidade do instrumento em atender às demandas para as quais foi elaborado. O piloto foi testado por três indivíduos, todos residentes no bairro de Águas Claras. Após a aplicação, foi-lhes solicitado que emitissem opinião acerca do instrumento e fizessem sugestões e comentários, os quais efetivamente contribuíram para o aperfeiçoamento dos questionários. Posteriormente, a primeira versão foi modificada duas vezes, com a adição de itens e a reformulação de perguntas.

O acompanhamento de redes sociais foi também adotado como uma forma auxiliar de entender dinâmicas, usos e formas de organização dos habitantes de quadras residenciais. Com o intuito de compreender melhor as comunidades nas quadras residenciais em Águas Claras, optou-se por participar – apenas como observador – de comunidades virtuais no âmbito da rede social Facebook. Nesse caso, foi viável acompanhar diversos grupos, ampliando a investigação para além das quadras 205 e 206. Ao longo da pesquisa, fez-se um levantamento de quais temas eram mais discutidos nos grupos organizados na plataforma Facebook. Dessas discussões, algumas foram extraídas para análise mais metódica, particularmente quando caracterizadas por algum tipo de debate relacionado aos usos dos espaços livres de domínio público da quadra – no caso, as praças. De fato, o que se notou foi que os grupos virtuais se organizam exatamente a partir da praça e para lidar com elas.

Esse procedimento funcionou como um termômetro, permitindo

avaliar critérios e julgamentos emitidos por moradores participantes dos grupos. Não se tratou em momento algum de construir uma generalização sobre a comunidade residente nas praças pelas quais se organizam os grupos e tampouco de produzir assertivas que contemplassem a totalidade do bairro, mas de observar quais tópicos e questões galgam mais repercussão e suporte entre os participantes, viabilizando uma interpretação mais justa da conformação do espaço social no bairro.

Por fim, foram realizadas também observações. A observação é uma técnica bastante comum em estudos que tratam das dinâmicas sociais urbanas. Em geral, é empregada num processo quase etnográfico – quando não exatamente como tal. Como escrevem Christian Laville e Jean Dionne:

A observação revela-se certamente nosso privilegiado modo de contato com o real: é observando que nos situamos, orientamos nossos deslocamentos, reconhecemos as pessoas, emitimos juízos sobre elas. (Laville & Dionne, 1999, p. 176)

O roteiro⁴ seguido para a realização do percurso de observação foi elaborado com o objetivo de apreender possibilidades diversas de dinâmicas e formatações no bairro de Águas Claras. Exatamente por isso, incluiu sua principal estação de metrô; duas de suas quadras residenciais com área pública em *cul-de-sac* mais consolidadas; duas quadras residenciais

⁴ Figura 27.

com área pública em *cul-de-sac* com praça, em um caso, e lotes residenciais, no outro, ainda em consolidação; praças de morfologia diversa ao longo do bairro e, num momento inicial, o Parque Águas Claras. Posteriormente optou-se por retirar o parque do recorte devido à sua dimensão e dinâmica. Não seria viável incluí-lo nas investigações, visto que apenas o parque poderia ser um estudo de caso à parte.

Cada uma das formas de observação recebeu tratamento especial. As observações de percurso podem ser descritas como pertencentes à categoria de “não-estruturadas”, ou seja, funcionaram de forma mais livre, sem um roteiro restrito que definisse necessariamente o que e como deveria ser registrado. Não foram, *a priori*, definidos critérios para julgamento do que se observou. Partiu-se dessa premissa para que houvesse mais liberdade de apreensão ao longo do caminho, possibilitando que acontecimentos e aspectos mais marcantes chamassem atenção por si só, antes que devessem ser perseguidos. Entretanto, não poderiam ser simples caminhadas sem qualquer sistemática. Optou-se pelo estabelecimento de uma pequena lista com elementos que não poderiam deixar de ser observados e que são discutidos em diferentes tópicos nesse capítulo. São eles:

- 1- Interface material público-privado (em geral, fachadas, equipamentos de segurança e como lidam com a área pública);
- 2- Estrutura pedonal e equipamentos públicos (bancos, quadras, brinquedos infantis, etc);
- 3- Usos, ocupações e atividades presenciadas.

Esse percurso foi feito em diferentes dias da semana e em distintos horários. Conforme esperado, ao longo do caminho pôde-se constatar alguns usos dos espaços, estratificação de determinadas localidades (em particular em função dos horários) e registrar diversos casos de interfaces entre público e privado. Mais que isso, foi possível vivenciar de forma real um pouco do que constitui a dinâmica urbana no recorte especificado, inclusive por meio de algumas interações não programadas.

O percurso em questão foi efetuado, parcial ou integralmente, 18 vezes, sendo 12 a pé e 4 em veículo particular com paradas nas praças. À noite o percurso foi efetuado uma vez a pé e outra em veículo particular. Foram feitos registros em forma de notas de campo de caráter descritivo e registros fotográficos. Em quatro situações, trechos do percurso foram feitos com a companhia de auxiliares ou habitantes, o que possibilitou trocas de impressões e diálogos *in locu* que ajudariam a perceber e registrar o que se via.

No caso das observações estáticas – ou seja, a partir de um ponto fixo, sem deslocamento – adotou-se um modelo de observação misto, parcialmente estruturada, parcialmente não-estruturada. Assim, ainda que houvesse um roteiro com uma grelha específica de opções a observar, não possuíam caráter exclusivo e tampouco compunham a totalidade da observação.

Isso foi feito conforme a descrição de Antonio Carlos Gil baseada no

sistema de observação sugerido por Kenneth Burke⁵, sistematizando as observações nas seguintes categorias: atos, cena, agentes, agência e propósitos. Esse sistema sintetiza e organiza elementos descritivos, fáticos, do que é observado e simultaneamente cria espaço para o registro de impressões e inferências, importantes para a construção do processo analítico. De acordo com Gil⁶, cada uma dessas categorias diz respeito a:

Atos: O que está acontecendo? Qual é a ação?

Cena: Onde está ocorrendo? Qual o cenário da situação?

Agentes: Quem está envolvido na ação? Quais são seus papéis?

Agência: Como os agentes agem? Quais os meios utilizados?

Propósitos: Por que as pessoas parecem agir dessa forma? O que eles querem? (Analítico)

A partir dessas categorias e das primeiras visitas exploratórias, as observações foram realizadas de forma a abarcar mais coerentemente a realidade das dinâmicas que ali se encontravam. Nos casos em que a realidade extrapolou a expectativa esboçada no roteiro, os registros foram

⁵ Filósofo e teórico do campo da literatura, o norte americano Kenneth Burke produziu obras relevantes acerca de métodos de pesquisa e investigação social, linguagem e teoria do conhecimento.

⁶ (Gil, 2008)

feitos à revelia, descritivamente.

Foram realizadas 17 observações estáticas nas praças em questão, sendo 8 na praça da quadra 205 (Jandaia), 7 na praça da quadra 206 (Tuim) e 2 nas praças adjacentes à estação de metrô Águas Claras. Em geral, optou-se por permanecer em um banco no local e simular alguma atividade como leitura, uso de aparelho celular, etc. Para manter a discrição, muitas das fotos foram feitas com a câmera do aparelho celular, o que, infelizmente, resultou, em alguns casos, em fotografias de resolução aquém da desejada.

3.2 O recorte: Águas Claras Vertical

Atualmente o bairro Águas Claras, a RA XX, é dividido em três setores, conforme definidos em documento produzido⁷ pela Codeplan: Águas Claras Vertical, Arniquireiras e Areal. Este trabalho se debruça sobre locais específicos contidos no âmbito do primeiro setor, Águas Claras Vertical.

A razão dessa escolha se encontra no fato de que é exatamente essa

⁷ (PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios, 2014)

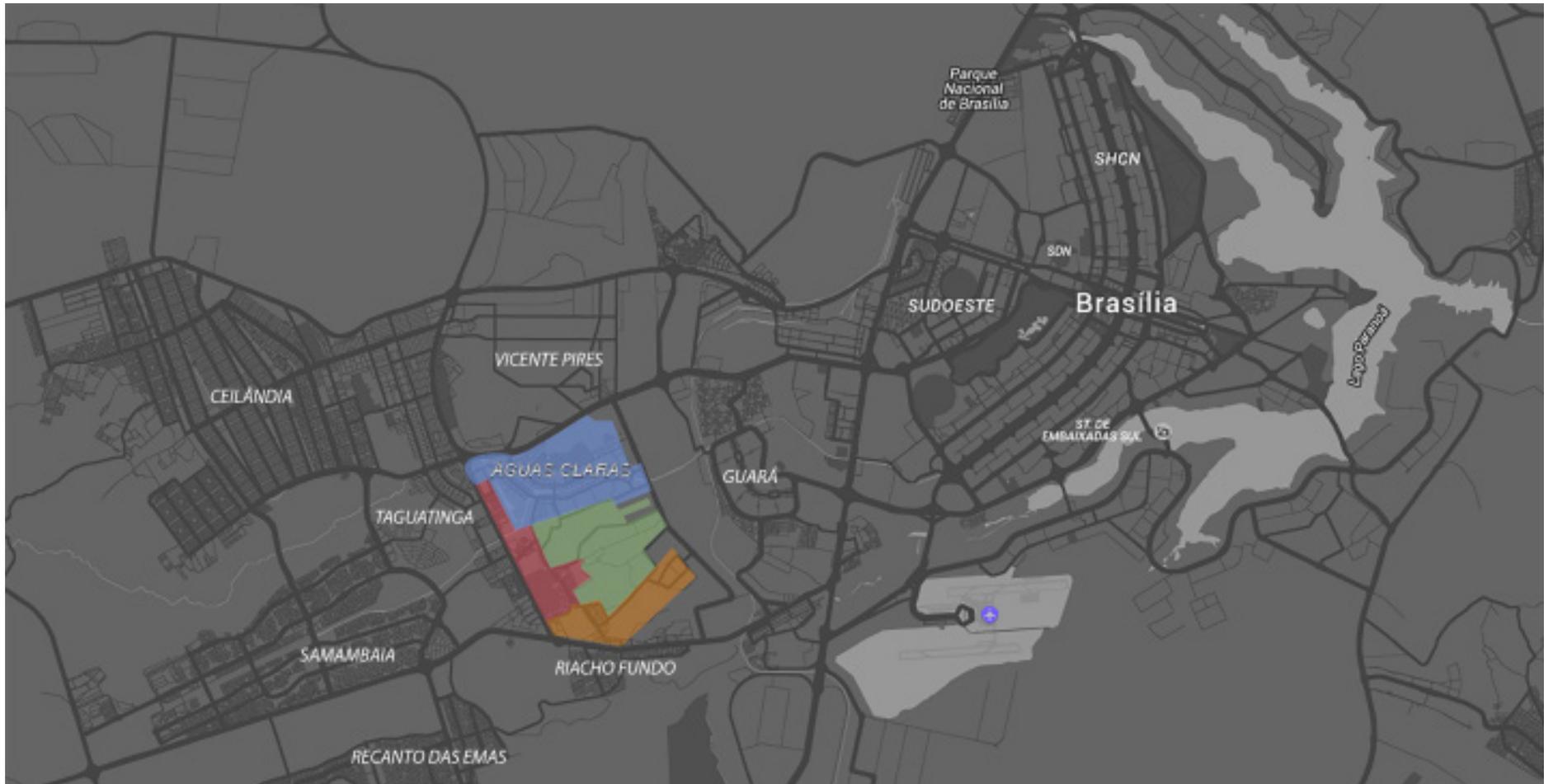


Figura 26: Mapa apontando a localização dos setores da RA XX e da ADE
 Fonte: Ilustração produzida por Karoline Cunha.

- Legendas:
- Águas Claras Vertical
 - Areal
 - Setor Habitacional Arniqueiras
 - ADE - Área de Desenvolvimento Econômico



Figura 27: Mapa de Águas Claras destacando principais elementos do percurso inicialmente programado para a realização da pesquisa. Pelas cores, nota-se: em bege, as principais praças no percurso; em vermelho, a estação de metrô Águas Claras; em azul, o Shopping Águas Claras; em verde, o Parque Águas Claras; em cinza, o percurso selecionado.

parcela da Região Administrativa que compreende aos aspectos diferenciados do projeto elaborado sob a liderança de Paulo Zimbres. É esse setor, Águas Claras Vertical, que abriga o projeto que teve a implantação iniciada na década de 1990 e no qual estão os elementos arquitetônicos e urbanísticos discutidos neste trabalho.

Mesmo assim, por se tratar de uma área muito vasta, optou-se, em função dos procedimentos programados e para a exequibilidade da pesquisa, por um recorte ainda mais específico.

O recorte inicialmente definia um percurso que propiciasse uma visão alargada da realidade do bairro, percorrendo sua principal estação de metrô, praças em diferentes configurações e distintas áreas residenciais e de comércio, além do principal *shopping* do bairro. O percurso também foi selecionado por incorporar áreas mais consolidadas do bairro, com ocupação menos rarefeita e edifícios e urbanização já em sua grande parcela estabelecidos. Isso é um dado relevante quando se constata que ainda existe uma grande quantidade de lotes desocupados ou em construção em Águas Claras.

Ao longo da pesquisa rapidamente foi percebido que não seria plausível executar observações e análises de forma adequada em todos esses pontos. No caso do parque, em particular, isso demandaria um estudo de caso específico, visto que abriga uma dinâmica própria digna de dedicação exclusiva e possui dimensões muito grandes. Dessa forma, as observações estáticas se concentraram nas praças 205 (Praça Jandaia) e 206 (Praça Tuim) e nas praças adjacentes à estação Águas Claras. Essas áreas foram escolhidas pelos mesmos critérios que pautaram o recorte

da pesquisa: são quadras estabelecidas há muito tempo, estando consolidadas e localizam-se próximas a outros locais de interesse, como a estação Águas Claras e o *shopping* Águas Claras. Paralelamente, foi executado um percurso de observação seguindo o caminho destacado na Figura 27 com registro fotográfico, permitindo a documentação do processo e a construção de um acervo de fotografias capazes de exemplificar os relatos e a argumentação aqui realizados. O percurso também foi responsável por viabilizar uma experiência mais ampla do bairro, possibilitando vivenciar certa diversidade de suas ruas e a coleta de impressões.

3.2.1 Inferindo o espaço social de Águas Claras Vertical

À época dos dados coletados pela Codeplan, a população da área investigada correspondia a cerca de 73.586 habitantes. O que se percebeu foi uma considerável heterogeneidade na origem dessa população, mas razoável homogeneidade no que diz respeito ao poder aquisitivo e outros aspectos, como cor e escolaridade.

Da população total, cerca de 55% tem origem em outras Unidades da Federação, principalmente Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás, São Paulo e Ceará. Os outros 45% são naturais do Distrito Federal, dos quais 18% antes habitavam a RA-I, Brasília. Esse dado é relevante por explicitar a diversidade de experiências urbanas prévias dessa população. Em sua maior parte, possuem alguma vivência de um contexto urbano distinto daquele presente no Plano Piloto – cujo valor relational tem relevância nesta pesquisa – e essa é uma premissa que impacta seus cotidianos, conferindo-lhes bases sólidas, calçadas em experiências

urbanas diversas. Isso cria um ambiente heterogêneo em termos de referenciais comparativos, eliminando logo de início a possibilidade de que todos os habitantes de Águas Claras pudessem ter escolhido habitá-la por algum tipo de repúdio – ainda que possa ocorrer em alguns casos – ao modo de vida constituído pelo modelo urbano do Plano Piloto, por exemplo.

Ainda com relação às origens da população de Águas Claras, foi constatado na PDAD 2013/2014 que aproximadamente 82% dos habitantes originários de outras Unidades da Federação estão em Águas Claras há não mais do que 9 anos. Ainda com relação ao total, 64% reside em Águas Claras há ainda menos tempo: apenas 5 anos⁸.

Em termos de ocupação e trabalho, se considerada a totalidade da população, as principais atividades encontradas são, conforme apontado pela Codeplan: trabalho remunerado, 50%; “do lar”, 6%; aposentados, 12%; estudantes, 11%. Apenas pouco mais de 2% estão desempregados. Deve-se levar em consideração que 13% da população do bairro está concentrada abaixo da idade de 10 anos. Se tomados os responsáveis pelos domicílios – majoritariamente homens adultos (77,93%), de acordo com o levantamento –, esses números se acentuam, com aqueles representando a categoria de trabalho remunerado chegando a 73,92%, com

⁸ Esses dados representam informações obtidas entre os anos de 2013 e 2014. Isso significa que, para torna-los atuais, seria necessário considerar que esses habitantes estão no bairro há cerca de 11 e 7 anos, respectivamente, completos no ano de 2016.

Atividades dos responsáveis por domicílio em Águas Claras Vertical

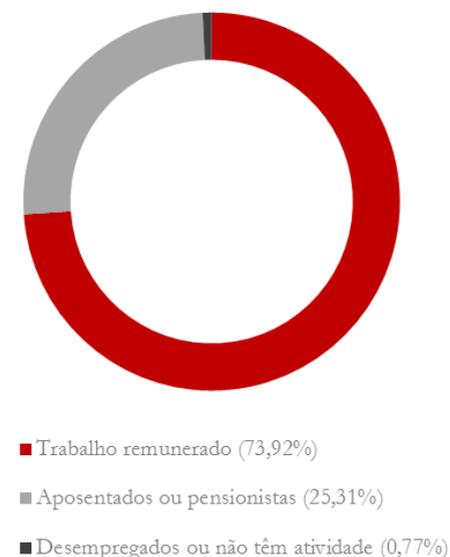


Figura 28: Atividades dos responsáveis por domicílio em Águas Claras Vertical.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

apenas 0,77% de desempregados ou sem atividade. Do restante, 25,31% são pensionistas ou aposentados.

A renda média familiar do setor Águas Claras Vertical corresponde a 16,5 salários mínimos, equivalendo a um valor de 13 mil Reais⁹. Esse valor permite afirmar que a população se situaria na “classe B”¹⁰, conforme o critério estabelecido pelo IBGE¹¹. De forma mais precisa, pode-se separar a população do setor em classes de renda baseadas em salários mínimos, compreendendo melhor as quantidades referentes à distribuição dessa renda pela população. No caso, a maior parcela dos domicílios corresponde à classe de renda entre 10 e 20 salários mínimos – novamente, a classe B, conforme aponta o IBGE.

Em síntese, mais de 76% da população da área em questão possui renda familiar acima de 10 salários mínimos. Em termos de classificação, isso corresponde também à “baixa classe alta”, conforme critérios da SAE¹².

Vale destacar também que, dentre os estudantes, cerca de 81% estão

⁹ Esse valor tem como referência a série histórica do salário mínimo, correspondendo ao Decreto 8.381 de 2014 que estabelecia o salário mínimo em 788 Reais. Os dados da PDAD são desse período.

¹⁰ De acordo com o Data Folha, em 2014 a soma das classes de renda A e B correspondiam a cerca de apenas 18% da população do país, ao passo que 58% se caracterizava como classe C e 24% como D e E.

¹¹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

¹² Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo.

Classes de renda em salários mínimos (SM) no setor Águas Claras Vertical

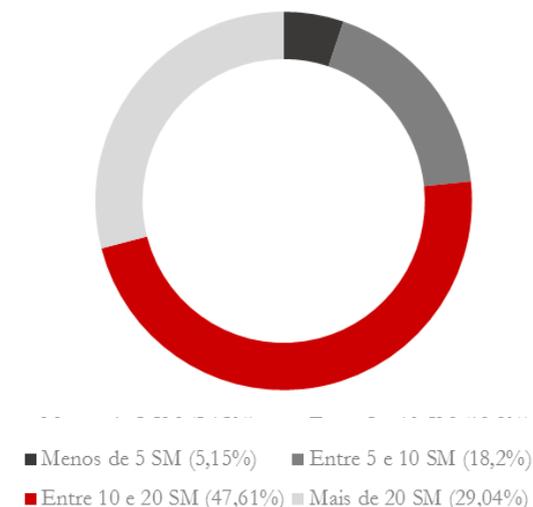


Figura 29: Classes de renda em salários mínimos (SM) no setor Águas Claras Vertical.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

matriculados em escolas particulares, enquanto o restante frequenta escolas públicas. Isso está diretamente relacionado às classes de renda que definem Águas Claras Vertical como um assentamento quase que totalmente composto pelas chamadas “classe média” ou “classe alta”. Além disso, é significativo perceber que no setor Águas Claras Vertical não existe sequer uma escola pública. Outro fator que corrobora essa inferência quanto à classe de renda que caracteriza a área diz respeito à quantidade da população que contrata – seja por meio da empresa ou instituição para a qual trabalha, seja individualmente – serviço de plano de saúde, que alcança 87,26% dos habitantes de Águas Claras Vertical.

Há um aspecto bastante marcante no setor: o que se nota é que Águas Claras ainda se caracteriza praticamente como uma “cidade-dormitório”. Sua população procede pela lógica de deslocamento pendular casa-trabalho-casa, principalmente na sua relação com o Plano Piloto. Isso é percebido nos números obtidos na pesquisa realizada pela Codeplan, como pode ser visto no gráfico da figura 32. Reforçando esse processo, constata-se que 93% das famílias de Águas Claras Vertical possuem ao menos um automóvel que é utilizado cotidianamente. Além da posse, o uso majoritário desse tipo de veículo foi constatado nos questionários aplicados nesta pesquisa.

Dos 47 questionários respondidos, em 36 os entrevistados responderam que somente utilizam transporte particular, reiterando as afirmações prévias. Do restante, 9 afirmaram utilizar ambos e somente 2 indicaram fazer uso apenas do transporte público – o que já era esperado, dado o alto percentual de domicílios possuidores de veículo próprio.

Estudantes que frequentam escolas públicas ou particulares

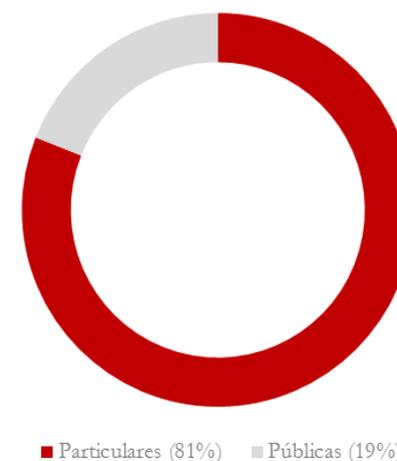
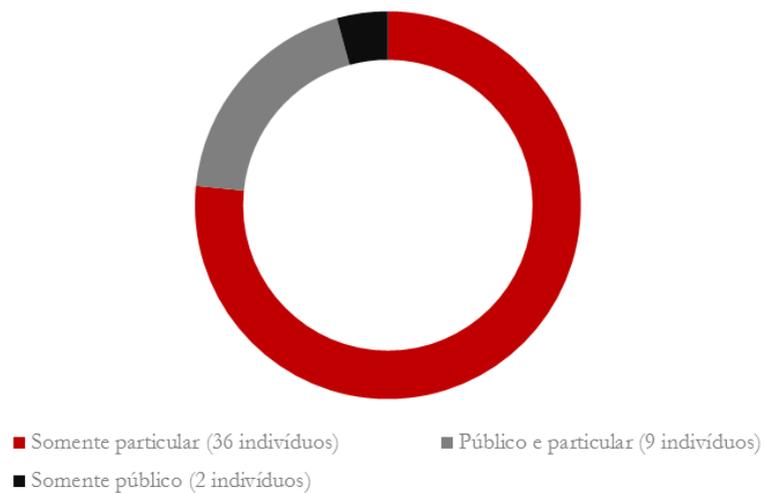


Figura 30: Estudantes que frequentam escolas públicas ou particulares (que habitam o setor Águas Claras Vertical).
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

Você utiliza transporte público ou particular?
Questão 13 do questionário.



RA na qual trabalham os habitantes de
Águas Claras Vertical

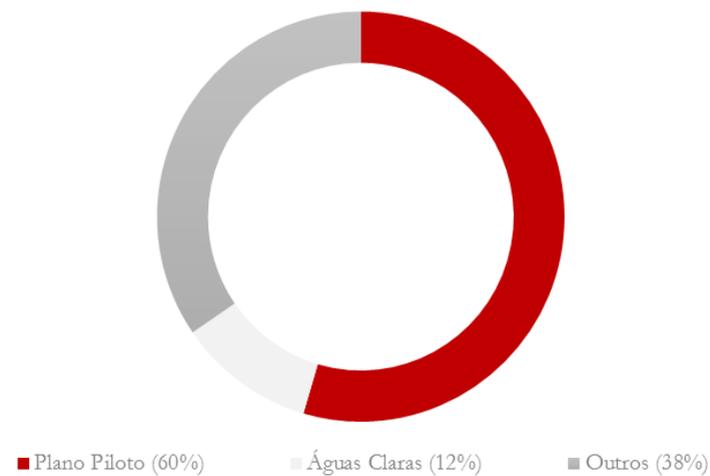


Figura 31: Número de indivíduos que utilizam somente transporte público; transporte público e particular; ou somente transporte particular.
Fonte: Arquivo do autor. Gráfico produzido com dados retirados do questionário aplicado durante a pesquisa. O questionário está disponível como Anexo 01.

Figura 32: Região Administrativa na qual trabalham os habitantes de Águas Claras Vertical.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

Ainda com relação ao emprego da população do setor, a maior parte afirma trabalhar diretamente para o serviço público (distrital ou federal), enquanto quase 14% exercem funções no setor do comércio. O restante da população empregada atua em um leque diverso de setores, como a construção civil (2,45%), serviços gerais (12,79%), serviços pessoais (6,08%), saúde (4,8%) e educação (4,37%).

Há uma parcela muito pequena dos habitantes do setor com participação em programas de benefícios sociais e de transferência de renda. Em Águas Claras Vertical, apenas 0,3% da população se encontra sob atendimento de alguma modalidade desses programas. Essa constatação reforça a afirmação referente à homogeneidade da classe de renda presente no bairro, que se caracteriza como um local de classe média, média-alta, tal como planejado há décadas pelo governo.

Além disso, o nível educacional em Águas Claras Vertical é bastante elevado. Se considerada a totalidade da população – incluindo crianças e jovens –, percebe-se que 50% finalizou algum curso de nível superior, muito acima da média nacional e da média regional¹³. Para que essa informação faça mais sentido, é possível destacar a parcela da população responsável por domicílio com educação superior – que leva em consideração somente adultos – e, nesse caso, o valor alcança 72%, um número bastante alto.

¹³ De acordo com o IBGE, as médias nacional e da região Centro-Oeste são, respectivamente: 16% e 17,2%.

Distribuição da população por setor de atividade remunerada

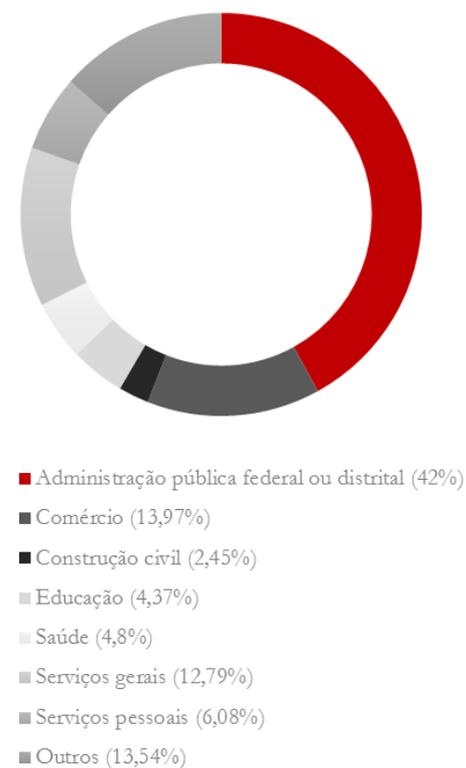


Figura 33: Distribuição da população de Águas Claras Vertical por setor de atividade remunerada.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

Para além da renda e da educação, outros dados importantes ajudam a delinear um perfil mais claro da população. Entre eles, a declaração de cor feita pelos habitantes do setor. Em referência à totalidade da população, a PDAD indicou os seguintes números: cerca de 66% tendo se declarado brancos, aproximadamente 31% se declarado pardos ou mulatos e pouco mais de 1% se declarado pretos.

O que se pode inferir a partir da PDAD acerca da população de Águas Claras Vertical é que é composta por uma maioria branca, de classe média, média-alta, com alto nível de escolaridade, concentrando-se na faixa etária de 25 a 59 anos (56,48%) e cujo setor de emprego predominante é a administração pública. Além disso, é uma população cotidianamente submetida ao processo de deslocamento pendular e que utiliza largamente o automóvel, seja para longas ou para curtas distâncias. Considerando que a maior parte da população se encontra empregada e que esses empregos se localizam, em sua maioria, fora do bairro, torna-se possível afirmar que na maior parte do tempo os habitantes não estão no bairro.

Somado a isso, percebeu-se, principalmente a partir do material coletado com os questionários, que uma parcela substancial dos habitantes está muito satisfeita com o bairro, ainda que tenham críticas a fazer relativas a diversos aspectos, como a segurança e o trânsito, principalmente. Dos 47 entrevistados, 31 conferiram notas de 6 a 9 para o bairro. Essa constatação é curiosa à medida em que se pode aprofundar o conhecimento acerca das relações dos habitantes com o espaço urbano, principalmente o livre e público, e a participação de cada um na construção dos problemas que identificam como preponderantes no bairro.

Parcela da população de Águas Claras Vertical beneficiada por algum programa de benefício social ou transferência de renda

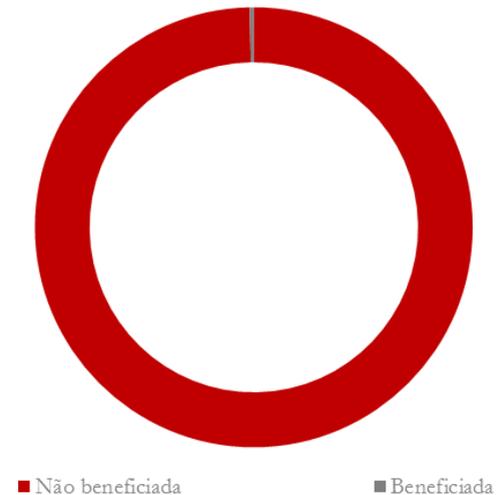
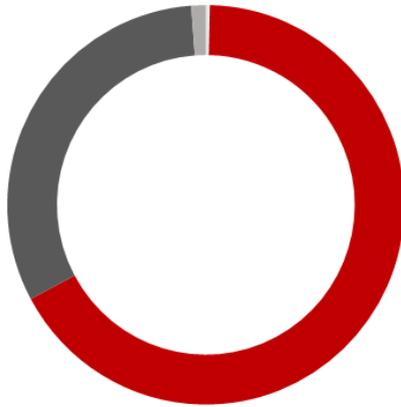


Figura 34: Parcela da população de Águas Claras Vertical beneficiada por algum programa de benefício social ou transferência de renda.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

Declaração de cor: população de Águas Claras Vertical



■ Amarela (0,32%) ■ Branca (66,86%) ■ Mulata ou parda (31,64%) ■ Preta (1,18%)

Figura 35: Declaração de cor da população de Águas Claras Vertical.
Fonte: Gráfico produzido com dados retirados da PDAD 2013/2014.

Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 equivalente a “Não gosto” e 10 equivalente a “Gosto muito”, quanto você diria que gosta de Águas Claras?
Questão 22 do questionário.



■ 1 (4 indivíduos) ■ 3 (4 indivíduos) ■ 4 (1 indivíduo) ■ 5 (7 indivíduos)
■ 6 (5 indivíduos) ■ 7 (10 indivíduos) ■ 8 (12 indivíduos) ■ 9 (4 indivíduos)

Figura 36: Número de indivíduos que responderam gostar ou não de Águas Claras em uma escala de 0 a 10.
Fonte: Arquivo do autor. Gráfico produzido com dados retirados do questionário aplicado durante a pesquisa. O questionário está disponível como Anexo 01.

De acordo com a PDAD, mais de 33% da população de Águas Claras Verticais não faz qualquer uso e tampouco frequenta os espaços livres de domínio público da cidade, tais como parques, jardins, etc. Na referida pesquisa, apenas 28% dos questionados afirmaram fazê-lo de forma habitual, enquanto que o restante o faz apenas vez ou outra, sem muita assiduidade. Esse dado é significativo e teve reverberação nos questionários, nos quais apenas 12 indivíduos afirmaram fazer uso das praças em suas quadras – questão nº 17 –, especificando que o faziam para realizar as seguintes atividades: “passear com animais de estimação” (10 ocorrências) e “para o lazer das crianças” (4 ocorrências) – respostas dadas à questão nº 19 (“Com qual finalidade você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra? Nessa questão, por favor, selecione quantas opções achar conveniente. Não há limitação.”) do questionário.

Ainda mais marcante foi o resultado da questão nº 15, cuja pergunta era “Você costuma se deslocar a pé em Águas Claras?”. Apenas 9 dentre os 47 indivíduos que responderam os questionários afirmaram que sim. Esse dado é especialmente relevante ao se ter em mente que os questionários foram respondidos por moradores das quadras 205 e 206, que possuem comércio, o *shopping* Águas Claras e a estação de metrô Águas Claras na proximidade imediata de suas residências. Em seguida, na questão nº 16, ao justificar a resposta, entre aqueles que responderam (houve 13 casos de resposta em branco na questão nº 16), a razão mais comum para não fazê-lo foi a sensação de insegurança e o receio de percorrer as ruas a pé, demonstrados por respostas como: “Não, porque é perigoso”; “Não me sinto segura”; “Prefiro ir de carro por ser mais fácil e seguro”; “Não porque há risco de assalto ou roubo”; “Segurança”; “Não acho seguro”. Outros motivos dizem respeito à finalidade das

Você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra ou das proximidades?
Questão 17 do questionário.

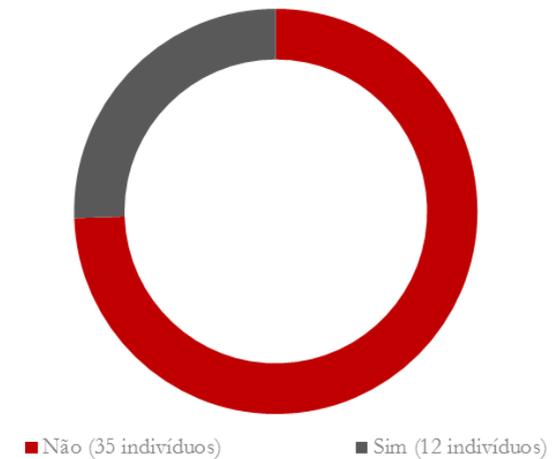


Figura 37:

Número de indivíduos que afirmaram usar ou não as praças ou áreas públicas próximas de suas quadras residenciais. Fonte: Arquivo do autor. Gráfico produzido com dados retirados do questionário aplicado durante a pesquisa. O questionário está disponível como Anexo 01.

atividades que vão realizar, como na resposta “Por fazer compras prefiro ir de carro para ter como carregar”, ou mesmo apontam problemas de infraestrutura do percurso como o motivo para não se deslocarem a pé: “As calçadas são ruins e mal feitas, prefiro ir de carro”; “Não tem iluminação e o caminho é muito ruim”¹⁴.

O agregado dessas informações permite colocar algumas coisas em seus lugares, entendendo melhor posições relacionais no espaço social de Águas Claras e das práticas que lá se desenvolvem. Além da caracterização da população, convém sintetizar os elementos mais incidentes de comportamento e da relação com o espaço urbano que puderam ser apreendidos no questionário.

Nota-se, para além das classes de renda, cor da população e a predominância de uma lógica de deslocamento pendular no cotidiano, que os habitantes das quadras residenciais em questão não têm o hábito, em sua grande maioria, de fazer uso das áreas públicas do bairro. Na realidade, sequer costumam percorrer a região a pé, preferindo fazer percursos curtos (em alguns casos, de menos de 500 metros) em veículo particular. A principal justificativa para essa escolha tem sido a falta de segurança e os perigos que existem nas ruas de Águas Claras, mas isso cria um paradoxo marcante diante do fato de que apenas 1% da população de Águas Claras Vertical já foi vítima de algum tipo de violência. Desses, 15% aconteceram no interior dos condomínios fechados que habitam.

¹⁴ Para as outras respostas, verificar Anexo 02.

Você costuma se deslocar a pé em Águas Claras?
Questão 15 do questionário.

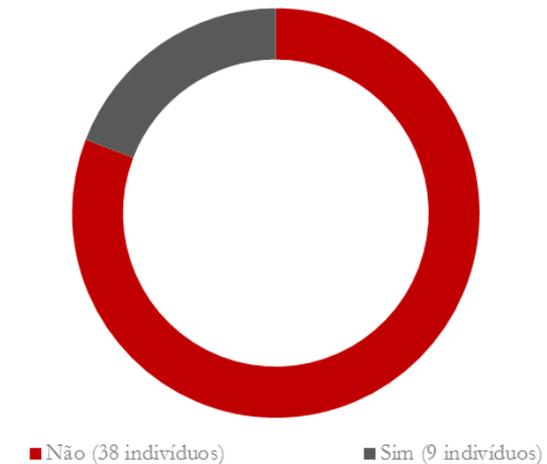


Figura 38: Percentual de indivíduos que responderam ao questionário aplicado na pesquisa respondendo se costumam se deslocar ou não a pé em Águas Claras.
Fonte: Arquivo do autor. Gráfico produzido com dados retirados do questionário aplicado durante a pesquisa. O questionário está disponível como Anexo 01.

O que se infere dessas informações é que o discurso do medo está largamente instalado no bairro. Em Águas Claras a política cotidiana do medo opera com impactos bastante concretos nos usos do espaço, como se nota nos resultados dos questionários. Essa situação se reproduz e se fortalece de diversas formas, como na demanda por equipamentos de segurança e vigilância e em condomínios que assumam a segurança cada vez mais como uma prioridade. São o próprio discurso e a prática cotidiana que se reciclam e se legitimam sempre sob o mesmo signo e, ao ser uma empena, muro ou grade, impacta situações reais de risco na rua: a empena cega e o muro que ladeiam as calçadas, dando a sensação aos pedestres de completa desassistência, de abandono do espaço e de isolamento, ainda que no meio do bairro, são as grades, holofotes e câmeras, que tão comuns nas esquinas e ruas, fazem o habitante naturalizar o controle, a vigilância e todo o mercado que opera sob essa batuta.

Nesse sentido, não se pode eliminar a responsabilidade dos próprios moradores na contribuição para a consolidação da política do medo. Eles a consomem e a reproduzem, compondo o ciclo com o mercado que lucra com essa lógica. O mesmo vale para a materialidade dos edifícios, que por anos a fio se reproduziram como condomínios fechados que, em sua maioria, negam a relação com a área pública e o conjunto do espaço urbano do qual fazem, inevitavelmente, parte. Essa afirmativa pode parecer dura, mas o fato é que ocorre uma produção do espaço muito condicionada às demandas dos compradores – atuais habitantes, no caso. Ainda que o mercado imobiliário acabe conduzindo o desenvolvimento de padrões e modelos, eles encontram eco e legitimidade nos atos de compra e apreciação dos consumidores.

Tudo isso converge para a consolidação de uma circunstância urbana na qual o pedestre desconhecido é comumente tido por suspeito, submetido a uma reação mixofóbica.

3.2.2 Percurso: invasões à indiferença do passante

O homem aproximando-se do portão é um bom candidato a suspeito, já que anda a pé em vez de guiar um automóvel, ou seja, usa o espaço público da cidade de uma maneira que os moradores do condomínio rejeitam. Condomínios fechados, o novo tipo de moradia fortificada da elite, não são lugares para os quais as pessoas caminhem ou pelos quais passem. Eles são distantes, para serem aproximados só de automóvel e apenas por seus moradores, uns poucos visitantes e, é claro, os empregados, que devem ser mantidos sob controle e comumente são encaminhados para uma entrada especial – a famosa entrada de serviço. Alguém com a aparência errada que insiste em caminhar só pode suscitar dúvidas e reações ambíguas nos empregados, que têm que reproduzir na prática os códigos de classificação de seus patrões.

– Teresa Pires do Rio Caldeira, 2000, em “Cidade de muros”¹⁵

¹⁵ (Caldeira, 2000)

Quando a cidade se torna um agregado de enclaves, certas condutas passam a compor um quadro de referências que podem tornar qualquer um num suspeito. Isso não ocorre somente pela materialidade da cidade, mas sim pelo espaço social que abriga e do qual faz parte. Em alguns casos, basta ser um pedestre ou um usuário do espaço identificado como não-local ou a realizar atos que possam ser considerados incommuns. Para além da descrição contida no excerto, esse tipo de situação foi experimentada durante a pesquisa realizada em Águas Claras.

Ao longo do percurso, ocorreu um episódio no qual ocorreram interações não programadas sintomáticas do espaço social que se reproduz em Águas Claras, seja por meio de seus muros e empenas, seja no comportamento de seus habitantes diante do espaço livre de domínio público.

O caso ocorreu durante a realização de fotografias. Aqui toma-se a liberdade de apresentar a situação em estilo narrativo, tornando mais claro o acontecimento.

“Caminhava pelo bairro fazendo paradas esporádicas para realização de fotografias. Com mochila nas costas e máquina fotográfica em mãos, seguia registrando elementos elencados no roteiro de observação. Muros, empenas e cercas, o percurso, usos que pudesse avistar, equipamentos de segurança e vigilância, etc.

Em um determinado momento, ao parar para tirar mais algumas fotos de uma empena na qual havia uma câmera de vigilância, percebi, na rua perpendicular à qual me encontrava, surgir alguém. O homem caminhava com passos rápidos em minha direção. Usava uniforme e logo pude identifica-lo como porteiro ou

segurança de algum edifício – aparentemente daquele cuja empena eu acabara de fotografar. Me virei para o sujeito e, aproveitando que ele ainda se encontrava consideravelmente distante, fotografei-o sem constrangimento.

Ao se aproximar, ele pareceu me observar com atenção e logo emitiu um “boa tarde” seguido de uma interpelação, questionando o que eu estava fazendo. Expliquei que estava tirando fotos, que se tratava de uma pesquisa e que era aluno da UnB. Ele escutou em silêncio, sério e assim que terminei disse que eu deveria tomar cuidado, que ele me vira pela câmera e achava estranho, mas logo notou que não era nada sério, mas considerara que alguém da segurança do condomínio deveria averiguar. Eu respondi que estava tudo bem e ele disse mais uma vez que deveria ter cuidado – com o que, exatamente, não sei dizer – antes de se virar e ir embora.”

Em uma rua com raros pedestres, um único passante chama atenção. Quando esse passante resolve, então, tirar fotografias, a situação se agrava. Nesse caso, pareceu fazer soar um alerta, levando um funcionário do condomínio residencial fechado a se deslocar para o exterior do enclave para proceder com uma verificação de quais intenções tinha o pedestre. Vale enfatizar: o funcionário deixou seu posto para ir à área pública inquirir um passante acerca do que estava fazendo ali.

Sintomático, esse episódio demonstrou como a indiferença pode ser completamente obliterada na busca por apaziguamento. Incomodado pela presença registrada pela câmera de segurança, o homem interpelou o indivíduo que estava do outro lado da lente com a clara intenção de se sentir seguro. Não se pode dizer se havia alguma diretriz elaborada pelos condôminos sobre como os trabalhadores do condomínio deveriam proceder em situações similares, mas o comportamento do funcionário



Figura 39: No ponto de fuga da fotografia, no fim da calçada, o segu-
rança do edifício.
Fonte: Arquivo do autor.

reflete como a lógica dos enclaves está introjetada e é capaz de exercer influência para além dos muros.

Em seu projeto, Águas Claras parece ser a cidade imaginada para o pedestre, seu discurso se constrói nesse sentido. Mas como isso se materializa efetivamente? A questão da estrutura disponível para o percurso a pé é bastante relevante nesse caso. Isso se dá simplesmente pelo fato de que uma carência ou defasagem da estrutura pedonal torna a *prática* urbana muitas vezes difícil, custosa ou até mesmo inviável. Daí é possível dizer, entre outros condicionantes, o que o espaço e a cidade comunicam e o que expressam em sua materialidade.

Assim, é pertinente tecer alguns comentários, ainda que sucintos, sobre a maneira pela qual o pedestre é recepcionado e conduzido pelos espaços livres do bairro. Essa interação entre equipamentos, estrutura e outras contingências nos espaços do bairro que afetam o pedestre têm papel relevante.

Em geral, o que se percebeu foi um trato pouco cuidadoso com as estruturas pedonais. As calçadas são, na maioria das vezes, estreitas e irregulares. Em outras situações, postes, lixeiras ou equipamentos de publicidade estão postados no meio do percurso, criando ainda mais entraves para a circulação.

Aspecto ainda mais marcante se dá com relação à rota do metrô, cujos trilhos cruzam o bairro de ponta a ponta, partindo, literalmente, a malha urbana ao meio com um largo vale cercado – como se vê nas figuras 40 e 41. As pontes com comércio para uso exclusivo de pedestres



Figura 40: Postes no meio da estreita calçada dificultam o deslocamento na Avenida Castanheiras.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 41: Trilho do metrô afundado e cercado corta o bairro ao meio.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 42: Trilho do metrô afundado e cercado corta o bairro ao meio.
Fonte: Arquivo do autor.

previstas por Paulo Zimbres nunca foram construídas e as oportunidades de se cruzar de um lado para o outro são poucas: nas estações ou em pequenos trechos que desfrutam de percursos e pontes para os automóveis. Nesse último caso, estão instalados pequenos e estreitos pedaços para a travessia de pedestres, notadamente preteridos.

Por fim, não se pode deixar de comentar os muros, grades e empenas cegas, que constantemente são encontrados acompanhando longos trechos de calçadas em Águas Claras. Trata-se da relação estabelecida na interface entre o público e o privado.

3.2.3 Empenas e muros: interfaces público-privado

Um dos aspectos que mais chama atenção em Águas Claras se dá na presença massiva de grandes empenas cegas, cercas e muros que ladeiam grande parte das ruas, praças e calçadas do bairro. Essa característica possui relação estreita com a conformação da legislação local, conforme explicado no segundo capítulo, mas não somente, sendo também um produto da demanda legitimadora de uma política cotidiana do medo e de um desinteresse agudo pelo domínio público.

O fato é que Águas Claras possui uma materialidade que difere de seu projeto. Planejada para proporcionar uma urbanidade similar à de

grandes centros europeus que, conforme apontou Zimbres¹⁶, contam com avenidas e bulevares agradáveis, convidativos e repletos de atividades e passantes, hoje não se caracteriza como tal. Seus passeios são, em grande maioria, pouco convidativos, suas calçadas, como já mencionado, em geral não possuem a largura adequada e tampouco a qualidade devida – pelo contrário.

Percorrer o bairro a pé pode ser uma atividade desagradável, salvo caminhos mais curtos em trechos reduzidos das avenidas principais nas quais se pode encontrar alguma atividade nas ruas. Não surpreende, assim, que o fato de os percursos serem muitas vezes desagradáveis surgiu como razão para que se optasse por não efetuar deslocamentos a pé no bairro, conforme apontado no questionário¹⁷. No restante das situações, os muros, empenas e grades estão presentes como testemunhas da insegurança que afirmam sentir muitos dos habitantes e, ao exercerem esse papel, efetivamente consolidam um aspecto hostil no espaço construído. Muitas das vezes, é um espaço que se lança com a sensação de se estar percorrendo um lugar como que baldio ou abandonado, ainda que se localize no coração do bairro. Seguir por longos trechos entre muros e uma via para automóveis, como na imagem à esquerda na figura 43 ou na figura 42, é uma experiência pouco agradável e que ajuda a reproduzir contínua e incessantemente a insegurança e o receio de se estar ali.

16 (Zimbres, 1991)

17 Questão 15 e Questão 16.



Figura 43: Empena cega ladeia passeio na Avenida Castanheiras.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 44: Muito comuns em Águas Claras, empenas cegas e muros ladeiam calçadas, traduzindo um ambiente hostil e desinteressante – e de desinteresse – para o pedestre.
Fonte: Arquivo do autor.

De forma geral, o que se percebeu foi a indiferença dos moradores em relação à profusão de muros, vistos muitas vezes como um mal necessário e consequência da segurança proporcionada pelo modelo adotado para os condomínios. Salvo um único questionário, nenhum outro entrevistado demonstrou incômodo ou fez questionamentos acerca dessas estruturas e equipamentos. Não se percebe, aparentemente, a externalidade negativa gerada por esse tipo de arquitetura e o impacto difuso que tem sobre o meio urbano, seja no plano simbólico, seja em sua maneira mais crua ao tornar um caminho desagradável ou inseguro. Nesses casos, inexistem os “olhos para a rua”¹⁸, como apontara Jane Jacobs, mas uma completa cegueira diante do espaço. Em alguns casos, há olhos que miram a calçada e a rua, mas são olhos distantes, por trás das lentes de câmeras de vigilância que não zelam pelo passante, vendendo-o, na verdade, como um suspeito em potencial. Essa característica mina a acessibilidade do espaço ao passo que o entende como semi-privado ao exercer sobre ele uma vigilância e controle particulares.

Daí se percebe que a arquitetura que se volta para seu interior, preocupada em proporcionar lazer e meios de interação para os indivíduos que compõem as comunidades dos condomínios e em garantir a segurança

¹⁸ Jane Jacobs discute em seu livro a importância de uma vigilância colaborativa que se estabelece nas vizinhanças. Teoricamente, as pessoas poderiam acompanhar a – e zelar pela – vizinhança mesmo das janelas de suas casas e prédios ao acompanhar o cotidiano do lado de fora. Isso é possível exatamente pela existência de interfaces entre o público e o privado proporcionadas pelas fachadas dos edifícios. (Jacobs, 2011[1961])



Figura 45: Muro e cerca se somam, acumulando altura em relação à área pública enquanto ladeiam a calçada estreita. No alto, um holofote voltado para a rua.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 46: Mais uma situação na qual a interface público-privada se reduz à relação entre os muros e as empenas com a área pública.
Fonte: Arquivo do autor.

dos mesmos, na verdade participa da conformação de um espaço urbano opressor e inseguro – sendo esse último exatamente o problema que afirma ser capaz de solucionar. A materialidade não apenas legitima a lógica do medo que ali opera, como também **é**, em enorme medida, a própria lógica.

3.2.4 Praças adjacentes à estação Águas Claras: lógicas pendulares

Um aspecto que chamou muita atenção durante a pesquisa diz respeito às transformações nos usos, ocupações e volume de pessoas no espaço ao longo dos diferentes horários. Tendo em vista que a maior parte da população residente no bairro não trabalha na RA, é de se esperar que essa mesma porção não esteja presente em Águas Claras ao longo de grande parcela do dia.

A ocorrência do movimento pendular, porém, se dá em vários sentidos. Muitos dos habitantes de Águas Claras se deslocam para fora do bairro pela manhã rumo ao Plano Piloto – principalmente –, Taguatinga e outras Regiões Administrativas, mas também há um movimento que leva trabalhadores a Águas Claras. Esse processo se dá numa lógica operada majoritariamente sob a batuta do sentido de classe socioeconômica, que tende a deslocar as populações mais periféricas rumo aos empregos, mais centralizados. Brasília é fortemente caracterizada por essa lógica.

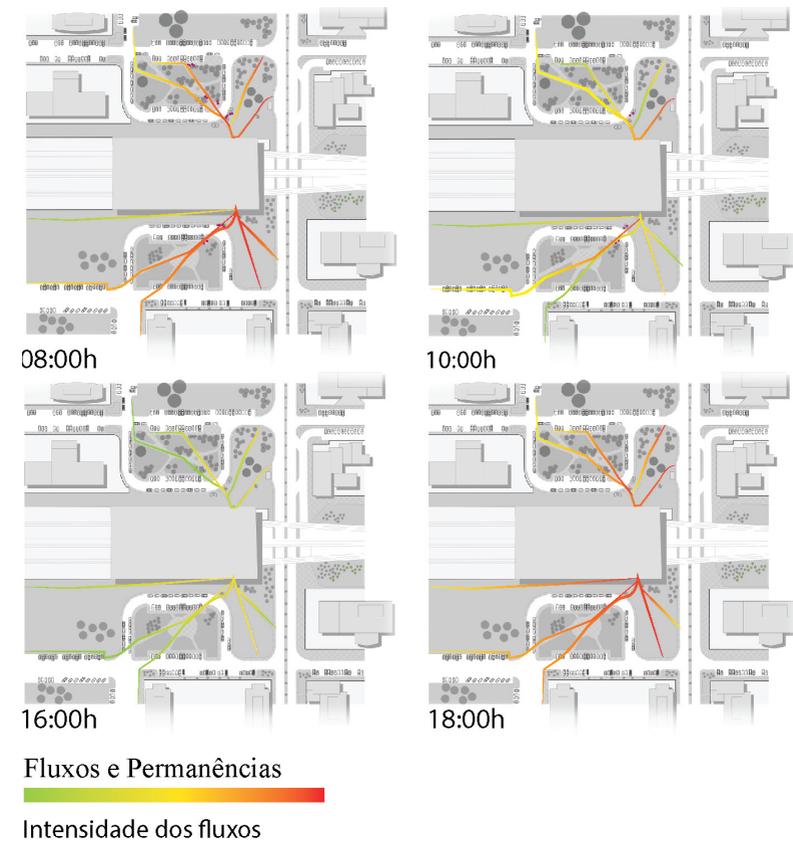


Figura 47: Ilustração representando a intensidade dos fluxos nas praças adjacentes à estação Águas Claras em diferentes horários do dia.
Fonte: Ilustração produzida por Karoline Cunha.

Isso se vê em Águas Claras e é especialmente perceptível quando observada a concentração e o fluxo de indivíduos nos pontos de ônibus e estações de metrô nos horários considerados de pico – particularmente por volta de 8h e 18h.

Ao longo da maior parte da manhã e da tarde, as estações recebem um contingente reduzido de indivíduos, mas o cenário é diferente pelo começo da manhã e no início da noite. Essa mesma lógica se reproduz nos pontos de ônibus, exatamente no mesmo sentido: chegada a Águas Claras Vertical pela manhã, saída no começo da noite.

Ao analisar os dados disponíveis na PDAD, constata-se que em números brutos, apenas cerca de 4 mil habitantes do setor ocupam postos de trabalho ali. Em contrapartida, recebe grande quantidade de moradores dos setores adjacentes: do Areal, mais de 3 mil habitantes (de uma população total de cerca de 10 mil), e de Arniqueiras, mais de 3.400 habitantes (de uma população total de pouco mais de 11 mil). Esses dois setores abrigam populações menos abastadas do que aquela situada em Águas Claras Vertical.

Somam-se a esses, no movimento rumo aos empregos em Águas Claras, populações de outras Regiões Administrativas. A saber, principalmente de: Taguatinga (pouco mais de 1.300 indivíduos), Ceilândia (mais de 4.300 indivíduos), Recanto das Emas (cerca de 1.900 indivíduos), Samambaia (aproximadamente 3.100 indivíduos), entre outros, ainda que em quantidades substancialmente menores. De acordo com a PDAD, isso significa que do total aproximado de postos de trabalho disponíveis em Águas Claras Vertical (em torno de 27 mil postos



Figura 48: Grande fluxo de pessoas desembarcando na estação Águas Claras pela manhã (entre 8h-8:30h)
Fonte: Arquivo do autor. Fotografia por Paulo Victor Borges Ribeiro.

ocupados¹⁹), aproximadamente 8,5% são exercidos por moradores da área. Isso é muito distinto do que acontece em outros bairros da capital, tais como Brazlândia, Ceilândia, Gama, Planaltina, Taguatinga, São Sebastião e outros que abrigam considerável parcela de empregos ocupados pelos próprios habitantes, conferindo-lhes uma dinâmica urbana distinta e com maior presença ao longo do dia de locais nas próprias Regiões Administrativas que habitam.

O que se percebe quanto à ocupação das praças é que têm servido fundamentalmente como trecho durante deslocamentos de passantes e ponto de comércio ambulante e/ou informal, que tendem a se proliferar exatamente nos momentos de maior intensidade de fluxo. Contribui também a absoluta ausência de equipamentos, inclusive bancos, nessas praças. Nesse caso, a circulação prevalece, rápida, sobre a permanência, exemplificando a operação da lógica descrita por Olivier Mongin²⁰ que rapidamente passou a caracterizar as cidades modernas, principalmente a partir do século XIX. Para esse autor, essa relação está diretamente atrelada à própria maneira pela qual a economia passou a funcionar no âmbito das cidades e às transformações que promoveu a partir disso, com a necessidade de rápido deslocamento de trabalhadores.

¹⁹ Não existem dados disponíveis que especifiquem os setores nos quais estão concentrados os postos de trabalho de Águas Claras, mas o que se nota é que há considerável concentração no setor da construção civil que, com dezenas de obras em andamento na região, demanda um enorme contingente de mão-de-obra.

²⁰ (Mongin, 2009)



Figura 49: Comércio informal e/ou ambulante funcionando nas praças adjacentes à estação e em suas proximidades.
Fonte: Arquivo do autor. Fotografia por Paulo Victor Borges Ribeiro.

Em geral, o que se pôde perceber foi uma área pública, caracterizada como praça, que tem, na realidade, sua ocupação resumida a fluxos em horários bastante específicos. Enquanto trabalhadores de outras regiões chegam, aqui e ali alguns moradores deixam o bairro. Devido ao caráter nodal²¹ da estação de metrô e à variedade do público que nela desembarca, é uma das situações nas quais, em Águas Claras, existe a possibilidade de estranhos se encontrarem, ainda que de maneira completamente efêmera, rápida. No caminho, pessoas se cruzam, se vêem, interagem mesmo que apenas no ato das mensagens expressivas²² e pela comunicação da copresença.

Não há tentativa de pacificação ou eliminação dos conflitos que tacitamente se desenvolvem quando um trabalhador da construção civil cruza com um funcionário público de terno e gravata. A indiferença entre eles parece permanecer num ato silencioso enquanto prosseguem em seus caminhos, seja chegando, seja saindo do bairro. O comércio

²¹ Acompanhando a ideia de Kevin Lynch, aqui se entende que o “ponto nodal” compreende um lugar no qual ocorre grande concentração de indivíduos. É um ponto que atrai e concentra pessoas. A estação de metrô Águas Claras possui essa qualidade no âmbito do setor Águas Claras Vertical.

²² Para o sociólogo Erving Goffman, não é preciso estabelecer diálogo com alguém para comunicar algo. Esse autor aponta, ao discutir o comportamento em lugares públicos, que os indivíduos comunicam a todo momento. Seus corpos transmitem mensagens, seja por seus trajes, trejeitos, cortes de cabelo, o que carregam, cor da pele, etc. Assim, é impossível permanecer no espaço e não comunicar – o que chamou de “mensagens expressivas”. (Goffman, 2010)



Figura 50: Vista da praça e da estação Águas Claras e partir de um ângulo lateral.
Fonte: Arquivo do autor.

informal, ainda que ocorra e proporcione alternativas de consumo, não afeta a essência do espaço: as pessoas não estão ali *por causa* dele, não ocupam o espaço *para* consumir, *para* comprar. Além disso, é uma ocupação cotidiana, com ocorrência diária, mesmo que só se efetive em alguns momentos do dia. Curiosamente, ainda que a praça não possua equipamentos públicos e se lance como amplo vazio sem uso específico, o balé dos horários de pico que é produzido pelo ir e vir da estação de metrô, com rápidas paradas e conversas aqui e ali, se lança como um exemplo da configuração dos espaços públicos de Águas Claras.

3.2.5 Condomínios: expansões dos processos de mixofobia

Entregador de pizza, técnico de telefonia e TV a cabo, funcionário de farmácia e de empresas de fast-food estão proibidos de entrar em muitos condomínios residenciais de Águas Claras. A decisão é dos próprios conselhos de moradores dos prédios e tem um único objetivo: proteção. (“Prédios restringem entrada de prestadores de serviços por medo de assaltos”, matéria publicada na página do jornal Cor-

reio Braziliense, 2015)²³

O excerto retirado do jornal Correio Braziliense diz respeito a uma matéria que tratava de questões de segurança em Águas Claras. Ele exemplifica com clareza o funcionamento da “política do medo cotidiano”, crescente e patente. Os condomínios fechados se reproduzem sob esse discurso e, como se vê, não são capazes, ainda que com todo o aparato de segurança do qual dispõem, de eliminar completamente a sensação de risco.

As respostas aos questionários foram contundentes e permitem reiterar a importância que o quesito segurança possui na percepção dos moradores. Quando solicitado aos entrevistados que apontassem o que mais gostam em seus condomínios, um verbete se repetiu de forma quase unânime: segurança. A figura 50 torna mais fácil visualizar a ocorrência²⁴, em números, das razões elencadas pelos moradores. Logo em seguida, se repetem “comodidade”, “tranquilidade” e “conforto”. Razões vinculadas à localização de facilidades nas proximidades das quadras também surgiram, com destaque para “Próximo ao *shopping*”. A larga

²³ http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2015/08/21/interna_cidadesdf,495495/predios-restringem-entrada-de-prestadores-de-servicos-por-medo-de-assaltos.shtml

²⁴ Na figura X optou-se por elencar o número de ocorrências devido ao fato de que era possível para cada entrevistado elencar quantas razões e características lhe conviesse. Assim, há muito mais respostas do que número de questionários respondidos.

O que você mais gosta em seu condomínio/ edifício?
Questão 11 do questionário.

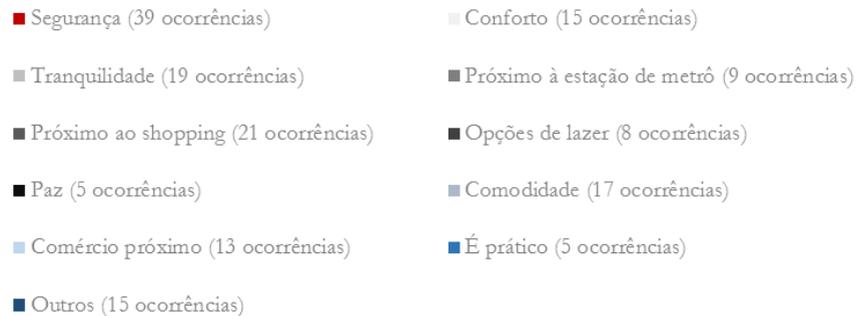
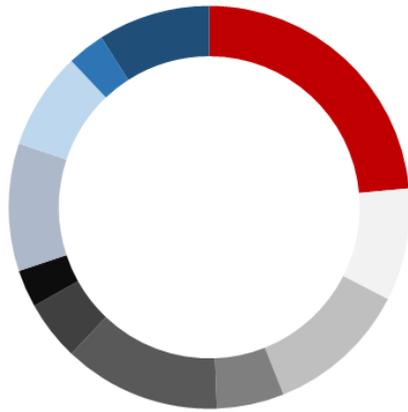


Figura 51: O que os moradores das quadras 205 e 206 mais gostam em seus condomínios.

Fonte: Arquivo do autor. Gráfico produzido com dados retirados do questionário aplicado durante a pesquisa. O questionário está disponível como Anexo 01.

ocorrência dessa resposta é peculiar e chama atenção, tendo-se em vista que o *shopping* também se caracteriza como um enclave no âmbito da cidade: controlado, não acessível a todos e fortemente regulado pelo consumo e poder aquisitivo. É muito significativo que muitos se rezoizem na curiosa possibilidade de se viver em um enclave por estar muito próximo a outro enclave: é a absoluta negação da urbanidade. Também foram mencionados “Comércio próximo” em seguida e, por fim, “Próximo à estação de metrô” – o que não é surpreendente, tendo-se em vista a quantidade de indivíduos que afirmou fazer uso do transporte metroviário.

Esse modelo de habitação é majoritário em Águas Claras e se impõe com ênfase a qualquer um que a percorra. Os muros e empenas que produzem como externalidades negativas na interface com a área pública evidenciam o desinteresse pelo contexto urbano. Os condomínios são enclaves fortificados no âmbito da cidade, voltados para si mesmos e seus moradores sob a declarada busca por segurança e exclusividade. Porém, geram impacto na vida urbana conforme compõem a lógicas como a do medo e a de fomento de uma apropriação reticular da cidade. Sua mera existência muitas vezes se lança como dano público, fustigando a civilidade conforme pacifica forçosamente o espaço urbano e afeta a acessibilidade, seja pelo seu caráter agressivo e impositivo, seja pela clara marcação de status e separação social que reforça.

Além do discurso calcado na insegurança urbana em se dividir o espaço da cidade com a diferença, o que se vê nas publicidades referentes aos empreendimentos é a exaltação das comodidades e equipamentos de lazer contidos no âmbito dos condomínios fechados. Os condomínios

separam os habitantes da malha urbana e de estranhos não apenas no campo físico, mas também no simbólico. Como Teresa Caldeira constatou em sua pesquisa em São Paulo, a demanda por luxo, por exclusividade e por diferenciação caminha lado a lado com os anseios de segurança e proteção, ambos fortalecidos na modernidade líquida. Os dois processos, na verdade, se retroalimentam continuamente e servem como legitimação um do outro, mesmo que de forma retórica.

Os enclaves fortificados conferem status. A construção de símbolos de status é um processo que elabora diferenças sociais e cria meios para a afirmação de distância e desigualdade sociais. Os enclaves são literais na sua criação de separação. São claramente demarcados por todos os tipos de barreiras físicas e artifícios de distanciamento e sua presença no espaço da cidade é uma evidente afirmação de diferenciação social. Eles oferecem uma nova maneira de estabelecer fronteiras entre grupos sociais, criando novas hierarquias entre eles e, portanto, organizando explicitamente as diferenças como desigualdade. O uso de meios literais de separação é complementado por uma elaboração simbólica que transforma enclausuramento, isolamento, restrição e vigilância em símbolos de status. Essa elaboração é evidente nos anúncios imobiliários. (Caldeira, 2000, p. 259)

Quanto a isso, não há dúvidas. O que se vê é que esses elementos de valorização e segurança estão tão profundamente naturalizados que já



Descubra o melhor da vida.

O Península é um condomínio privativo, pronto para morar, com a maior área verde e de lazer da região. Um verdadeiro resort em um dos empreendimentos mais requintados e inteligentes do Centro-Oeste. E com tudo que você precisa sem sair de casa. Apartamentos mais espaçosos, de **158, 180 e 203 m²**. Plantas exclusivas de 4 quartos com ambientes planejados que privilegiam a privacidade e a liberdade do morador. Fácil acesso para as principais vias de Águas Claras, Taguatinga e Plano Piloto. Infraestrutura para conexões ADSL e sistema preparado para aquecimento de água a gás com medição individualizada. Parque aquático com 11 piscinas, quadras poliesportivas e de tênis. Lazer e segurança para você e para toda a sua família.

 O MELHOR PREÇO POR M² DA REGIÃO

 MUITO MAIS ESPAÇO, LAZER E SEGURANÇA

 65 MIL M² E MAIS DE 50 ITENS DE LAZER

 FÁCIL ACESSO PELA EPTG

 SEGURANÇA E PORTARIA 24 HORAS

 ESTACIONAMENTO INTERNO PARA VISITANTES

Figura 52: Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical. Fonte: Site eletrônico do empreendimento Península Lazer. Disponível em: <http://www.peninsulalazer.com.br/>

foram incorporados aos princípios mais básicos de qualquer empreendimento imobiliário na região, como se percebe nos exemplos das figuras 51, 52 e 53.

Dessa forma, tornaram-se o padrão comumente avistado em Águas Claras. Tornar esse modelo de habitação em uma escolha óbvia e corriqueira tem consequências para a malha e a vivência urbanas. A respeito da influência dos condomínios no ambiente urbano e seu próprio sentido e funcionamento, Teresa Caldeira aponta:

Os condomínios fechados são a versão residencial de uma categoria mais ampla de novos empreendimentos urbanos que chamo de enclaves fortificados. Eles estão mudando consideravelmente a maneira como as pessoas das classes média e alta vivem, consomem, trabalham e gastam seu tempo de lazer. Eles estão mudando o panorama da cidade, seu padrão de segregação espacial e o caráter do espaço público e das interações públicas entre classes. (...) São propriedade privada para uso coletivo e enfatizam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo que desvalorizam o que é público e aberto na cidade. São fisicamente demarcados e isolados por muros, grades, espaços vazios e detalhes arquitetônicos. São voltados para o interior e não em direção à rua, cuja vida pública rejeitam explicitamente. (...) Em outras palavras, em contraste com formas anteriores de empreendimentos comerciais e residenciais, eles

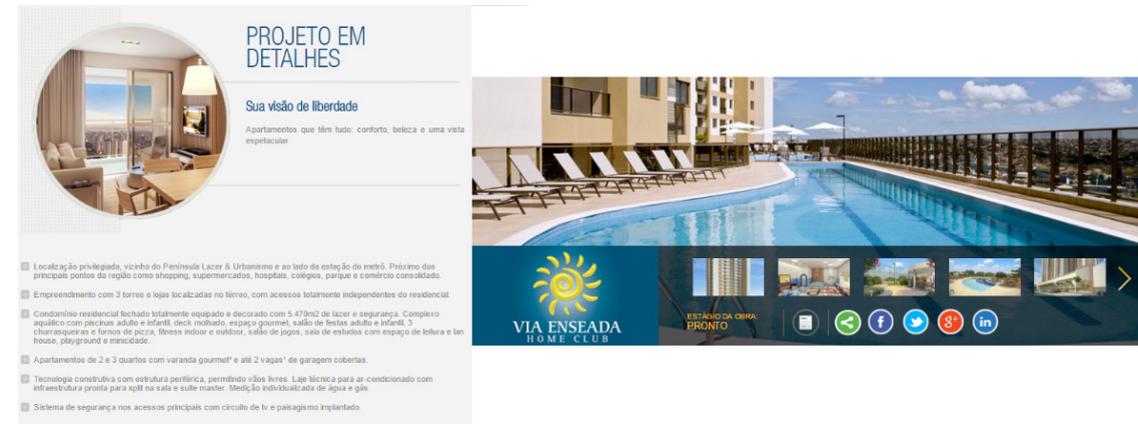


Figura 53: Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical.
Fonte: Sítio eletrônico do empreendimento Via Enseada.
Disponível em: <http://www.viaempreendimentos.com.br/empreendimento/enseada-home-club/>

pertencem não aos seus arredores imediatos, mas a redes invisíveis. (...) Finalmente, os enclaves tendem a ser ambientes socialmente homogêneos. Aqueles que escolhem habitar esses espaços valorizam viver entre pessoas seletas (ou seja, do mesmo grupo social) e longe das interações indesejadas, movimento, heterogeneidade, perigo e imprevisibilidade das ruas. Os enclaves fortificados cultivam um relacionamento de negação e ruptura com o resto da cidade e com o que pode ser chamado de um estilo moderno de espaço público aberto à livre circulação. Eles estão transformando a natureza do espaço público e a qualidade das interações públicas na cidade, que estão se tornando cada vez mais marcadas por suspeita e restrição. (Caldeira, 2000, pp. 258-259)

Com seus padrões próprios de interação e comunidade que vão se conformando, os condomínios fechados como *modo de vida e modo de se estar e vivenciar a cidade* acabaram por consolidar uma lógica própria de sua essência que muitas vezes é transferida para a maneira como seus moradores vão lidar com o espaço público. A pacificação, o controle, a eliminação de riscos e diferenciação tornam-se normas incorporadas e passam a compor a grelha de percepção e avaliação de muitas dessas pessoas. O reflexo disso, somado a morfologias específicas, pôde ser constatado nas observações e análises desenvolvidas nas praças das quadras residenciais.

PROJETO EM DETALHES

Aqui, você amplia sua visão de liberdade

No 14º pavimento, Espaço Gourmet com churrasqueira e lounge no terraço descoberto.

- Localização privilegiada, no centro de Águas Claras, ao lado da estação principal do metrô e próximo dos principais pontos da região como shopping, parques e comércio consolidado.
- Empreendimento com serviços em mall localizado no térreo, com acessos totalmente independentes do residencial por ruas exclusivas.
- Condomínio residencial fechado totalmente equipado e decorado com muito lazer e segurança. Complexo aquático com piscina com raia de 22m, deck molhado, sauna úmida com sala de descanso, fitness, praças, churrasqueira, lavanderia, salão de jogos, sala de estudos, office, salão de festas e terraços.
- No 14º pavimento, exclusivo espaço cinema, espaço gourmet e terraço com vista panorâmica.
- Fachada com detalhes em textura, vidro e pastilhas. Exclusivo lobby residencial com pé-direito elevado.
- Apartamentos de 1 quarto com diversas opções de metragens e 1 vaga* de garagem. No térreo e 13º pavimento, as unidades dispõem de terraço.
- Tecnologia Via, sistema de segurança com circuito de tv e patalgimo implantado.

VIABRISA

ESTÁGIO DA OBRA: PRONTO

Figura 54: Exemplo de publicidade para venda de unidades em condomínio fechado de Águas Claras Vertical.
Fonte: Sítio eletrônico do empreendimento Via Brisa.
Disponível em: <http://www.viaempreendimentos.com.br/empreendimento/via-brisa/>

3.2.6 Praças Tuim e Jandaia: os usos e muros invisíveis

As observações realizadas nas praças Jandaia e Tuim possibilitaram o testemunho de diversas atividades. Porém, sua principal contribuição – que não havia sido inicialmente planejada –, se deu exatamente pelo mero *estar* no espaço, pela presença do observador. O que se notou logo nas primeiras visitas foi a forma pela qual os usuários passavam a fitar o pesquisador. Figura incomum – e provavelmente executando práticas também incomuns para o local –, rapidamente chamava a atenção, ainda que estivesse simplesmente sentado em um banco com um livro. De fato: não houve registro de moradores que frequentassem as praças para ler, seja nas observações, seja nos questionários. Porém, é essencial dizer, não houve qualquer interpelação por parte dos moradores, apenas olhares indagadores.

Uma importante conclusão tirada desse procedimento – e que atesta que muitas vezes a falha reflete um processo bem-sucedido – está na percepção de que a observação em si com o registro das cenas teve pouca eficácia: as ações eram sempre praticamente as mesmas, a quantidade de pessoas era sempre reduzida e em geral se confirmou a hipótese de que os moradores eram usuários exclusivos daquelas áreas. Por outro lado, *ser observado* permitiu notar que muitos dos usuários estavam aptos a identificar ações que poderiam ser consideradas incomuns, que conseguiam perceber um estranho e avaliá-lo como um não-residente. Era como se dissessem: não mora aqui, porque está aqui?



Figura 55:
Fotografias da Praça Tuim,
Quadra 206.
Fonte: Arquivo do autor.



Figura 56: Fotografia panorâmica da Praça Jandaia, Quadra 205.
Fonte: Arquivo do autor.

Assim, o que se constatou foi que, com morfologia similar, mas diferentes equipamentos em seu âmbito, as praças Tuim e Jandaia possuem uma rotina de usos parecida. Na praça Tuim, bancos e mesas de concreto estão à disposição para uso, tal como o parquinho de areia com brinquedos infantis. O estado de conservação dos equipamentos é exemplar, parecem ter sido recentemente instalados. Ao longo do dia, foram testemunhados momentos nos quais crianças, sempre acompanhadas de babás ou um responsável, desciam dos prédios para brincar no parque. Ao longo da tarde esse movimento acontece esporadicamente. Os bancos e mesas seguem vazios praticamente durante todo o dia, com raros momentos nos quais pessoas que saíram dos condomínios para passear com seus cães se sentavam enquanto os animais circulavam presos à coleira. Duas vezes também foram presenciados encontros de jovens no final da tarde e começo da noite. Em pequena quantidade, reuniram-se nas mesas simplesmente para conversar e ouvir músicas em aparelhos

celulares. Todos estavam a pé e vinham dos prédios ao redor.

Na praça Jandaia os usos registrados foram similares, principalmente no que diz respeito a donos passeando com seus animais de estimação. Essa atividade foi a que se pôde testemunhar em maior quantidade. Além disso, na praça da quadra 206 também houve ocorrência de casos nos quais pais ou babás descessem com crianças para brincar na área da praça, ainda que não exista equipamento algum além de bancos instalados. Houve também casos de passeios com bebês em carrinhos e uma única ocorrência de uma senhora efetuando *cooper* circulando a praça ao trotar pelo asfalto da pista.

Em praticamente todos os casos, os usos que se pôde observar ao longo dos dias reforçam a ideia de que as praças operam como uma extensão dos condomínios fechados e um ponto de encontro considerado

razoavelmente seguro para as populações locais. Esse é o panorama do cotidiano desses espaços. Ainda que vez ou outra as praças abriguem eventos, feiras e outras atividades programadas, raramente elas conseguem conformar, por esses acontecimentos, um espaço público pujante de civilidade. Isso se dá porque algumas das condições necessárias para a realização da civilidade não estão presentes nesses casos, em particular a ocorrência cotidiana.

Exemplo claro foi o evento chamado “Sarau na Praça”, que ocorreu em Águas Claras ao longo do primeiro semestre de 2015 e também em 2016. Foram uma série de shows, cada vez em uma praça diferente das quadras residenciais, programados em função do aniversário do bairro. Ainda que promovesse a presença de indivíduos nas praças, esse tipo de evento não significa a promoção da civilidade. São situações excepcionais, que reúnem, em sua maioria, moradores da área e que muitas vezes recebem repúdio pelo fato de produzirem ruído – fator de reclamações constantes dos moradores das quadras residenciais.

Essa análise crítica não significa um julgamento negativo desses eventos ou que simplesmente deveriam deixar de acontecer, mas sim que não trazem soluções efetivas para os problemas de ocupação e usufruto dos espaços.

Em relação à morfologia, as praças das quadras habitacionais constituem uma situação particular. Estão formatadas como *cul-de-sac*, com uma pista que circunda em forma oval uma área exclusivamente pedonal e arborizada. Do outro lado da pista que circunda a praça, estão os condomínios residenciais fechados e, conseqüentemente, muros e

grades no entorno de toda a área pública. Essa conformação do espaço enfatiza a impressão de domínio e posse dos edifícios, e conseqüentemente dos moradores locais, sobre a praça. A área pública não compõe uma continuidade urbana com o restante do bairro, mas se lança como a antessala dos enclaves que a cercam.

Existem fatos que corroboram com essa percepção que vão além da conformação espacial das quadras, pertencentes à esfera das ações diretas dos habitantes sobre o espaço com impacto bastante objetivo nas praças. O mais marcante se deu na praça Jandaia, conforme relato disponível na tese de doutorado de Gabriela Tenório.

Em 2008 construiu-se, num terreno em meio aos condomínios da Quadra 205, de Águas Claras, bairro de classe média do DF, a praça Jandaia. Segundo o jornal *Correio Braziliense*, os moradores mobilizaram-se, solicitaram autorização à administração local, elaboraram o projeto, e a empresa responsável pela construção da maioria dos condomínios o executou sem nenhum ônus para o poder público. Assim, por iniciativa e participação populares, a vizinhança ganhou um local onde pudesse acontecer a vida pública – com gramados, palmeiras, calçadas, bancos, fonte e anfiteatro. Menos de dois anos depois, a administração local destruiu a fonte (que andava desativada) e soterrou o anfiteatro, por solicitação dos próprios moradores. A intenção: livrar-se dos badrneiros e usuários de drogas que foram

atraídos pelo local. (Tenório, 2012, p. 18)

A discussão tecida pela autora não diz respeito apenas aos espaços públicos de Águas Claras, mas situam o episódio descrito como exemplar de como as áreas livres e públicas têm sido submetidas a lógicas individualistas, mixofóbicas e que avançam com a esfera privada sobre a pública. O caso da praça Jandaia representa uma ação bastante drástica direcionada para a expulsão de usuários do espaço. Tenório avança ao analisar o caso:

Pode ser que a expectativa dos moradores, quando reivindicaram a praça, tenha sido a de que ela atendesse apenas a eles, e que se destinasse apenas aos usos imaginados por eles. Afinal, a praça é fruto de sua mobilização e projeto, e espaços criados a partir desta dinâmica tendem a refletir a comunidade, que se identifica com eles, e os cuida como se fossem seu. Nesse contexto, é comum a crença de que, se algum mau uso foi feito do lugar, ele provavelmente foi originado por alguém que não pertence a ele. Assim, quando a praça começou a “dar problemas” (ou seja, ela deu tão certo que passou a dar errado), não por acaso, eles foram atribuídos a “visitantes indesejados”, embora não haja como afirmar que não eram residentes locais os responsáveis pelo som alto, a bebida, o consumo de drogas, os atos obscenos. (Tenório, 2012, p. 23)



Figura 59: Praças Jandaia (2005) como com o anfiteatro e a fonte (à esquerda) e hoje (à direita).
Fonte: Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública. Tese de Doutorado de Gabriela de Souza Tenório, 2012.

Esse acontecimento lança luz sobre a relação que muitos indivíduos estabelecem com o espaço. No caso das praças das quadras 205 e 206, isso acontece num movimento duplo que entende aquelas áreas como uma extensão de suas propriedades privadas – e, portanto, que devem ser pacificadas e domesticadas, eliminando estranhos e qualquer ação que esteja fora do controle das comunidades formadas pelos condomínios – e ao mesmo tempo se fortalece pela própria morfologia e disposição que as compõem. É válido destacar que essa lógica se reproduz em diversos locais no bairro e não é uma exclusividade das quadras 205 e 206.

Durante o acompanhamento feito nas redes sociais, alguns episódios chamaram a atenção pelas questões suscitadas e a razão pela qual surgiram, assemelhando-os em termos de lógica operativa aos acontecimentos da praça Jandaia. Em sua grande maioria, as discussões que aconteciam nos grupos se concentravam em alguns tópicos principais: assuntos os mais variados relacionados a animais de estimação (banho, alimentação, onde adotar ou comprar, trato que deveria ser dado às fezes de animais nas praças, etc); conservação dos equipamentos das praças (bancos, parque infantil, lixeiras, pintura de meio-fio, etc); atividades de lazer programadas (como feiras, prática de esportes, eventos programados, etc); e atividades e presenças incômodas que ocorressem na praça, como som automotivo com alto volume, crianças que fizessem barulho, ocorrência de furtos ou assaltos, presença de pessoas suspeitas ou, como exemplificado na Figura 59, a chegada de *foodtrucks* na praça. Esse caso ocorreu na comunidade da Praça Bem-te-Vi, no âmbito da quadra 105.

Ainda que essas ações e falas não representem a totalidade das



Figura 60: Discussão acerca da presença de foodtrucks na quadra 105 (praça Bem-te-Vi).
 Fonte: Sítio eletrônico na rede social Facebook da Praça Bem-te-Vi
 Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/pracabemtevi>

populações que habitam as quadras, parecem demonstrar como alguns habitantes mobilizados para eliminar presenças consideradas incômodas ou que não sejam bem-vindas são capazes de fazê-lo sem qualquer constrangimento. O episódio retratado na Figura 6o é exemplar nesse sentido: para o habitante da quadra, antes uma praça vazia do que com *foodtrucks* que pudessem atrair algum movimento. Está mantido o controle. Assim, a vontade individual prevalece sobre o espaço público, obliterando qualquer chance de ocorrência do potencial de conflito e lançando por terra a acessibilidade daquele lugar. É um ato de posse e de colonização do domínio público, ambos incompatíveis com a possibilidade de se exercer a civilidade.

Outra discussão que exemplifica a demanda dos habitantes por controle da praça e reforça a afirmação de que tratam tal espaço como uma extensão de suas propriedades pode ser vista na Figura 6o. Nesse caso, uma moradora sugeria a instalação de câmeras em cada um dos condomínios, o que possibilitaria uma vigilância de 360º da praça, ao passo que outra moradora afirma que as câmeras, na verdade, já existem e cumprem essa função. Esse debate surgiu a partir de um episódio de jovens que na noite anterior estiveram na praça conversando e consumindo bebida alcoólica, o que parece ter gerado grande incômodo.

Novamente, se repete a lógica que identifica a área pública como posse e para uso prioritário de alguns indivíduos. Ainda que esse contexto represente também a mobilização de uma comunidade em prol de zelar por um bem público, esse pode muitas vezes ser exatamente o problema da situação. Além disso, as motivações que levam a essa mobilização acabam por refletir o individualismo e, como mencionado, a ânsia pelo

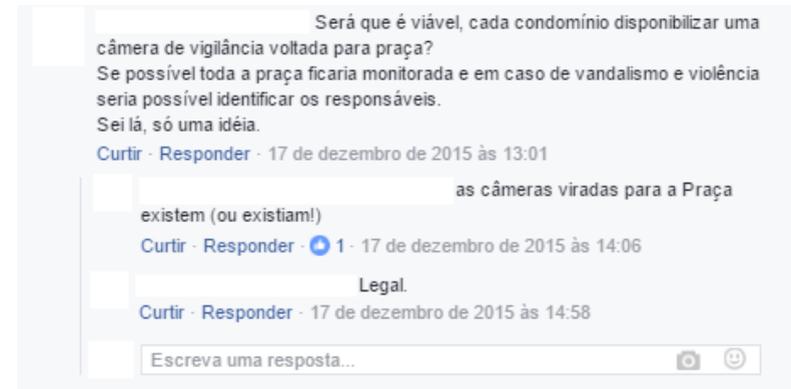


Figura 6i: Discussão acerca da necessidade de câmeras de vigilância na praça da quadra 105 (praça Bem-te-Vi).
Fonte: Sítio eletrônico na rede social Facebook da Praça Bem-te-Vi
Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/pracabemtevi>

controle que possa apaziguar qualquer risco e diferença que se possa estabelecer no local. Por meio desses processos, rapidamente são minados a acessibilidade e a potencialidade de conflito, condições importantes para que se possa exercer a civilidade e configurar o espaço público. Surgem muros invisíveis nas praças. A essência do condomínio, ao fim e ao cabo, se esparrama para a praça.

IV

Encontrando o espaço público

Era o tipo de ideia que poderia facilmente descondicionar os espíritos menos estáveis das castas superiores – que poderia fazê-los perder a fé na felicidade como Soberano Bem e levá-los a crer, em vez disso, que o objetivo estava em alguma parte além e fora da esfera humana presente; que a finalidade da vida não era a manutenção do bem-estar, e sim uma intensificação, um certo refinamento da consciência, uma ampliação do saber... O que, refletiu o Administrador, bem podia ser verdade. Mas inadmissível nas circunstâncias presentes.

– Aldous Huxley, 1932, em “Admirável mundo novo”²⁵

²⁵ (Huxley, 2014[1932])

Na Londres da ficção de Huxley, a organização social, regida sob estrito controle, faz com que seus habitantes permaneçam sempre felizes, satisfeitos com a condição de vida, com os empregos e a cidade que têm. Programados geneticamente para ocupar diferentes posições na sociedade, os indivíduos vivem sob coordenada vigilância e temem os desvios, a diferença e tudo aquilo que possa fugir da normalidade. As castas – que também são classes, devido à divisão social do trabalho às quais estão submetidas e da qual provêm seu rendimento programado – não se misturam. As de status mais elevado não o desejam e consideram as outras perigosas, enquanto as de status menos elevado sequer têm a opção de se misturar, visto que são mantidas à distância, segregadas e usufruem do encontro com seus “superiores” apenas em ambientes de trabalho.

Essa cidade que Huxley descreve não possui espaços públicos – eles propiciariam encontros, riscos, alteridade. Os membros da sociedade de alto status se deslocam em veículos voadores entre edifícios: o templo, o trabalho, a residência, a casa de um colega. De enclave em enclave, com seus transportes particulares. Para os de castas consideradas menos relevantes, a grande maioria da população, restam os trens e o chão para efetuarem seus deslocamentos diários. A eles são também reservadas áreas livres específicas, mas isoladas, nas quais o governo insiste que pratiquem esportes para lhes cansar e ocupar a mente. Ao fim e ao cabo, os indivíduos de status elevado permanecem satisfeitos e felizes.

A distopia de Huxley, escrita há mais de meio século, anteviu uma realidade de extrema estratificação, segregação e a morte completa da cidade como conhecemos hoje. Ainda que a questão urbana e o espaço

público não fossem seu objeto principal na narrativa, chama a atenção pela qual são tratados no texto. A cidade tornou-se completamente segregada e os espaços públicos simplesmente parecem não existir. Essa situação extrema parece distante, irreal e exagerada, mas transpor o que o romancista vislumbrou para a realidade das cidades brasileiras permite correlações preocupantes – como já se tentou demonstrar neste trabalho.

As condições para a realização da civilidade podem ser facilmente ceifadas, não demandando veículos voadores ou programação genética. Exemplos são fartos, como se pôde perceber. Existe uma fragilidade inerente à prática urbana que passa pelos contatos que se estabelecem entre os diversos entes que a compõem ativa ou passivamente: do indivíduo que percorre a praça ao edifício cuja fachada possa exprimir opressão. Mas o espaço planejado poderia resolver esses conflitos?

A vocação de Brasília jazia principalmente em uma convergência específica de elementos: o vazio projetual, somado a um modelo urbanístico e habitacional característico, seria capaz de tornar a totalidade da cidade num quase onipresente espaço público. Esse projeto, parece seguro dizer, fracassou em diversos aspectos. Não só ele, como os projetos que surgiram a partir de sua crítica na tentativa de sua negação – como visto em diversas situações no bairro de Águas Claras. É sabido que a essência e a lógica do condomínio não são uma exclusividade dos condomínios fechados de Águas Claras, mas que já levam cercas para os *pilotis* do Plano Piloto e fazem proliferar enclaves por todos os cantos do Distrito Federal. Para além das ambições de arquitetos e urbanistas, a modernidade e o capitalismo se impuseram com vigor nas cidades e

consolidaram uma situação na qual a política do medo cotidiano e a segregação espacial de caráter socioeconômico puderam se impor sobre o domínio público e a civilidade.

Assim, é importante retomar a questão que serviu como fio condutor deste trabalho: como um bairro planejado sob a intencionalidade de valorização da urbanidade e do uso do domínio público tem tido seus espaços públicos configurados a partir da relação de seus edifícios, elementos urbanísticos e moradores com a civilidade?

Em Águas Claras, o que se notou foi a predominância de uma situação na qual a civilidade por vezes se encontra ameaçada. Mesmo tendo sido planejada para abrigar e reproduzir a realidade de uma *cidade*, com variedade de usos, ruas corredores, valorização do pedestre e disponibilidade de áreas de uso público, o bairro se consolidou como algo bastante distinto. A área pública, comumente colonizada, vigiada e pacificada não possui condições de abrigar conflitos, mediar disputas e diferenças. A vocação do vazio ali projetado se esvai como consequência dos fatores materiais e do espaço social discutidos nesse trabalho, como a homogeneidade social, a política do medo cotidiano, a morfologia do ambiente construído, a predominância dos enclaves e a consequente lógica que transportam e esparramam para o trato com o espaço. Isso permite que o próprio espaço incorpore e reproduza o individualismo, a diferenciação, a mixofobia, o risco advindo da ampla racionalização e do medo difundido na sociedade, lógicas da modernidade contemporânea constatadas na realidade urbana brasileira.

Ainda assim, o bairro também apresentou situações de fôlego,

principalmente nas poucas oportunidades nas quais a realidade ampliada do Distrito Federal tem vazão em suas ruas. As praças próximas à Estação Águas Claras exemplificam o potencial de ocorrência da civilidade, abrigando – ainda que em poucos momentos do dia – uma diversidade substancial. No percurso, entre idas e vindas, alguma alteridade se manifesta e os corpos são vistos, comunicam e se vão.

O que se percebe é que muito do que os enclaves representam pareceu ter sido incorporado na própria forma pela qual muitos habitantes enxergam o conjunto do bairro. Para muitos, as praças são para os moradores, como se objetos privados destinados a permanecer vazios – de significados, de usos, de conflitos – caso não sejam ocupados por eles mesmos. Não há espaço para o potencial do conflito, que é evitado e combatido sob o discurso do medo, cuja principal função tem sido a de evitar a presença de estranhos e da diferença indesejada.

Vale ressaltar que essa lógica não diz respeito somente a Águas Claras e a uma parcela de seus habitantes. Ligada à modernidade, está presente em outros contextos brasileiros e também de Brasília. Exemplos diversos não faltam, mas o bairro Lago Sul traz circunstância bastante literal: talvez o caso mais claro de erosão da civilidade seja o dos espaços livres – mas nem por isso públicos no sentido do fenômeno aqui proposto – às margens do Lago Paranoá. Em primeiro lugar constata-se a considerável homogeneidade da população do bairro em questão, composta basicamente por famílias de abastado poder aquisitivo. Em segundo lugar, nota-se as barreiras físicas que ao longo do tempo foram privatizando a orla do lago, transformando-o numa espécie de grande espelho d'água particular ao dificultar ainda mais o acesso e até ele estender os

terrenos cercados das residências. Marca-se território, toma-se posse. O terceiro ponto é a ausência de acesso e a despreocupação histórica com a instalação de infraestrutura para uso. Afinal, são notórias as localidades de uso informal para lazer, esportes e pesca (nas cabeceiras das pontes, ou no caso da “Prainha do Lago Norte”, etc), mas nem por isso o planejamento governamental os considerou como relevantes – afinal, em geral são locais utilizados por populações mais carentes.

Não bastando, o transporte público no bairro é socioeconomicamente estratificado e programado para lidar com os funcionários que chegam e os funcionários que se vão. Finais de semana? Horários alternativos? Não se busca atender essa demanda ou viabilizar fácil alcance ao lazer no lago e suas margens. Quem o faz, em geral pratica o usufruto em clubes de classe média, média-alta ou de seus próprios quinhões de margem, deliberadamente cercados e ocupados quase à água – quando não o fazem literalmente.

No caso mais marcante, o Pontão do Lago Sul, espaço público cedido à exploração da iniciativa privada, segue cercado, vigiado e com seguranças. Costumava proibir a entrada de pedestres. Sem veículo próprio, sem acesso. Lá dentro, de toda forma, não se poderia consumir alimentos levados, mas apenas aqueles vendidos nas dependências – por sinal, de padrão de consumo elevado. A mediação com o espaço passaria, dessa forma, necessariamente pelo dinheiro. Logo, os dois casos – do geral, toda a orla do Lago Paranoá, ao específico, o Pontão do Lago Sul – evidenciam como barreiras visíveis e invisíveis escancaram a falta de acessibilidade e propiciam notar que nem sempre o romance está tão exagerado quando comparado à realidade.



Figura 62: Da esquerda para a direita: exemplo de ocupação da orla do Lago Paranoá por particulares; entrada do Pontão do Lago Sul.

Fonte

Da esquerda para a direita:

Fotografia por Joana França.

Disponível em: <http://www.joanafranca.com/>

Sítio eletrônico Brasília na Trilha.

Disponível em: www.brasilianatrilha.com.br



Figura 63: Da esquerda para a direita: roda de capoeira e transeuntes; jovens andando com skates; transeuntes nas proximidades do Museu Nacional.

Fonte

Da esquerda para a direita:

Fotografia por Beatriz Brasil (Foto cedida pela autora para este trabalho).

Sítio eletrônico do jornal Campus. Disponível em: <http://campus.fac.unb.br/arquivo/campus12014/cultura/item/3369-pra%C3%A7a-do-museu-nacional-%C3%A9-op%C3%A7%C3%A3o-de-lazer>

Fotografia por Beatriz Brasil (Foto cedida pela autora para este trabalho).

Apesar do quadro aparentemente pessimista, os espaços públicos ainda podem ser encontrados na cidade. Estão presentes em diversas situações, mas é problemático que muitas das áreas livres e públicas nem sempre consigam configurá-los, seja por quais razões forem e por quais condições não estiverem presentes. Para que fique mais claro, cabe também exemplo no âmbito da realidade de Brasília. Diz respeito a um espaço no qual o potencial do conflito está estabelecido – e, por isso, já há um degrau percorrido para a manifestação da civilidade.

Trata-se da larga praça de concreto entre o Museu Nacional Honestino Guimarães e a Biblioteca Nacional de Brasília. Ali ocorre um balé social confuso e não programado que se repete quase todos os dias, conforme a discricionariedade da intensidade do sol. Jovens se aglomeram sob o edifício da biblioteca, com o térreo coberto por vidros reflexivos, e executam passos de dança coreografada, vezes com som portátil, vezes num silêncio que torna a performance ainda mais curiosa. Simultaneamente, um grupo de capoeira toca seu berimbau ao lado de um dos espelhos d'água e com precisão milimétrica passa as pernas sobre as cabeças dos

colegas, girando os corpos enquanto a roda canta. Ao lado, skatistas percorrem o concreto com velocidade, saltando sobre os longos bancos retangulares transformados em obstáculos de percurso. Quem quiser se sentar o fará com cuidado e, muito provavelmente, evidenciará a disputa pelo espaço. Pessoas caminham para lá e para cá, indo ou vindo do museu ou da biblioteca – quando não simplesmente mirando alcançar a Rodoviária ou o estacionamento. Ainda sob o edifício da biblioteca, um grupo de jovens se senta em roda, na sombra, e parece discutir algo sobre o cristianismo – vestem camisetas iguais, com o desenho de uma pomba e uma passagem bíblica sob a qual pode-se ler “salmo nº x”. Entre todos esses sons, percursos, permanências e atividades, há ainda aqueles no interior da biblioteca que, pela janela entreaberta, comemoram em silêncio a brisa fresca que vem da Esplanada e ouvem os barulhos que a vida na praça de concreto desenvolve. O potencial do conflito está em toda parte, mas por mais que essa possibilidade exista, um certo acordo tácito faz com que as atividades ocorram simultaneamente sem que um grupo tente eliminar ou constringer o outro. A diferença é constante, mas o compartilhamento também.

Por mais distante que parece, o mundo imaginado por Huxley não foge, com suas lógicas que operam a questão urbana, do mundo no qual hoje se vive. Como um alerta, sua obra aponta perigos no horizonte e acende uma luz para que se possa conduzir melhor a condição urbana. Águas Claras, ainda que *sui generis*, remete a situações similares, cujas consequências podem ser percebidas às vezes de forma sutil, às vezes com forte impacto. O que resta é compreender como se chegou até ali e, com esforço e entendimento, considerar avançar. Afinal, o que estamos fazendo com nossas cidades?

Referências bibliográficas

- Abrahão, S. L., 2008. *Espaço público: do urbano ao político*. São Paulo: Fapesp.
- Arendt, H., 2010. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Ascher, F., 2010. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra.
- Atkinson, R. & Flint, J., 2003. *Fortress UK? Gated communities, the spatial revolt of the elites and time-space trajectories of segregation*. Glasgow: s.n.
- Augé, M., 2012. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Bauman, Z., 1998. *O mal-estar na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z., 1999. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z., 2001. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z., 2007. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z., 2009. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..
- Benjamin, W., 2000[1955, 1967]. *A modernidade e os modernos*. 2ª Edição ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- Blandy, S., 2007. Gated communities in England as a response to crime and disorder: context, effectiveness and implications. *People, place & police online*, x x, pp. 47-54.
- Bourdieu, P., 2011. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk.

Bourdieu, P., 2013. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 05 10, Issue 27(79), pp. 133-144.

Braga, M., 2010. *O concurso de Brasília: sete projetos para uma capital*. São Paulo: Cosac Naify, Imprensa Oficial do Estado, Museu da Casa Brasileira.

Calabi, D., 2012. *História do urbanismo europeu*. São Paulo: Perspectiva.

Caldeira, T. P. d. R., 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34; Edusp.

Campanhoni, A., 2011. *Implantação dos edifícios em Águas Claras-DF: influência no desempenho térmico ambiental dos espaços abertos*. Brasília: Universidade de Brasília (Dissertação de mestrado).

Campanhoni, A., 2013. *Planejamento urbano, cidade compacta e infraestrutura adequada: caso de Águas Claras - DF*. Recife, ENANPUR, p. x.

Carpintero, A. C. C., 2003. *Sobre a implementação da cidade e as modificações do projeto*. *Jornal do CREA*, IV(33), p. x.

Carta do Novo Urbanismo (1996) Congresso para o Novo Urbanismo.

Choay, F., 2011. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva.

Costa, G. G. d., 2011. *As Regiões Administrativas do Distrito Federal de 1960 a 2011*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de Doutorado).

Costa, L., 1987. *Brasília Revisitada*. Brasília: Brasil.

Costa, L., 2014 [1957]. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Em: C. M. R. (org.), C. M. V. (org.) & S. B. R. (org.), eds. *Relatório do Plano Piloto de Brasília*. Brasília: Iphan-DF, pp. 30-43.

Coy, M., 2004. *Gated communities in Latin American megacities: case studies in Brazil and Argentina*. New Orleans: University of New Orleans.

Duarte, C. R., 2013. Moldagem do lugar; remoldagem do olhar. Em: *Novos olhares sobre o lugar: ferramentas e metodologias, da arquitetura à*

antropologia. Rio de Janeiro: Contra Capa; FAPERJ, pp. 27-46.

Ficher, S., 2009. Paradigmas urbanísticos de Brasília. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, I(65), pp. 86-112.

Ficher, S., Leitão, F. d. C., Batista, G. S. N. & França, D., 2010. Os blocos residenciais das superquadras do Plano Piloto de Brasília. Em: *Brasília 1960 2010: passado, presente e futuro*. Brasília: Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, pp. 255-269.

Fortuna, C., 2002. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Outubro, Issue 63, pp. 123-148.

Frampton, K., 1997. *História crítica da arquitetura moderna*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

França, F. C. d., 2008. *A indisciplina que muda a arquitetura: a dinâmica do espaço doméstico no Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de doutorado).

Frehse, F., 2013. O espaço na vida social: uma introdução. *Estudos Avançados*, 05 10, Issue 27(79), pp. 69-74.

Giddens, A., 1991. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.

Giddens, A., 2002. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed..

Giddens, A. & Sutton, P. W., 2016. *Conceitos essenciais da sociologia*. 1 ed. São Paulo: UNESP.

Gil, A. C., 2008. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas.

Glaeser, E. L., 2011. *Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Goffman, E., 2009. *A representação do eu na vida cotidiana*. 17 ed. Petrópolis: Vozes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Goffman, E., 2010. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.
- Gomes, K. F. d. O., 2007. *O capital incorporador como agente transformador da configuração urbana: o caso de Águas Claras, Distrito Federal*. Brasília: Universidade de Brasília (Dissertação de mestrado).
- Grafmeyer, Y., 1994. *Sociologia Urbana*. Paris: Publicações Europa-América.
- Habermas, J., 1990. *The philosophical discourse of modernity*. Cambridge: Polity Press.
- Hall, P., 2013[1988]. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva.
- Harvey, D., 2011. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Heynen, H., 1999. *Architecture and modernity: a critique*. Massachusetts: MIT Press.
- Hobsbawm, E., 1995. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawm, E. J., 2011. *A era das revoluções, 1789-1848*. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra.
- Holford, W., 2002. Apreciação do Júri. Perguntadas formuladas pelo Dr. Israel Pinheiro ao urbanista William Holford, presidente da Comissão julgadora, com referência ao resultado do concurso. Em: *Lúcio Costa o inventor da cidade de Brasília*. Brasília: Thesaurus, pp. 51-59.
- Holston, J., 1993[1989]. *Cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Huxley, A., 2014[1932]. *Admirável mundo novo*. 23ª ed. São Paulo: Globo.
- Irazábal, C., 2001. Da Carta de Atenas à Carta do Novo Urbanismo: qual seu significado para a América Latina?. *Arquitextos*, 1

Dezembro.019.03(02).

- Jacobs, J., 2011[1961]. *Morte e vida de grandes cidades*. 3ª ed. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- Jatobá, S. U. S., 2010. *Crescimento urbano na metrópole de Brasília: potencial e limitações*. Em: A. P. (org.), et al. eds. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, pp. 307-338.
- Laville, C. & Dionne, J., 1999. *A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas*. Porto Alegre: Editora UFMG.
- Lefebvre, H., 1991. *The production of space*. Malden: Blackwell Publishing.
- Leitão, F. d. C. & Ficher, S., 2004. *Do risco à cidade: as plantas urbanísticas de Brasília, 1957-64*. Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- Leitão, F. & Ficher, S., 2010. A infância do Plano Piloto: Brasília, 1957-1964. Em: *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, pp. 97-135.
- Marcondes, D., 2006. *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*. 10ª Edição ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Mascaró, J. J., 2008. *Vigência dos critérios (ambientais) de projeto de Le Corbusier*. *Arquitextos*, 09(102.03).
- Mateus, S., 2012. *A Querela dos Antigos e dos Modernos*. *Cultura*, 05 Novembro, Volume 29, pp. 179-200.
- Merin, G., 2016. *Clássicos da Arquitetura: Ville Radieuse/ Le Corbusier*. [Online] Available at: <http://www.archdaily.com.br/br/787030/classicos-da-arquitetura-ville-radieuse-le-corbusier> [Acesso em 23/06/2015 Junho 2016].
- Mongin, O., 2009. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. 1ª ed. São Paulo: Estação Liberdade.
- Moscovici, S., 2010. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Moura, C. P. d., 2010. “Condomínios” no DF: clubes, favelas ou cidades?. Em: A. P. (org.), F. F. P. B. (org.), I. C. B. F. (org.) & S. U. J. (org.), eds. *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Brasília: Editora UnB, pp. 281-306.

Nunes, B. F., 2004. *Brasília: a fantasia corporificada*. 1ª ed. Brasília: Paralelo 15.

Oliveira, M. E. d., 2009. *O processo de estruturação urbana de Águas Claras-DF: avaliação pós-ocupação*. Brasília: Universidade Católica de Brasília (Dissertação de mestrado).

Panerai, P., 2014. *Análise urbana*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Park, R. E., 1987. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. Em: *O fenômeno urbano*. Quarta ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, pp. 26-67.

Paviani, A., 2006. Urbanização no Distrito Federal. *Minha Cidade*, Setembro.074.01(07).

Paviani, A., 2007. Geografia urbana do Distrito Federal: evolução e tendências. *Espaço & Geografia*, 10(Nº 1), pp. 1-22.

Paviani, A., 2010. A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. Em: A. Paviani, et al. eds. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: Editora UnB, pp. 227-252.

Paviani, A., 2010. O “Projeto Águas Claras” - planejamento desperdiçado. Em: A. Paviani, ed. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora UnB, pp. 111-143.

Paviani, A., 2010. Processo de periferização e pobreza urbana. Em: A. Paviani, ed. *Brasília, a metrópole em crise: ensaios sobre urbanização*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 51-74.

Paviani, A., 2010. Transporte urbano: O nó metropolitano de Brasília e

outras cidades brasileiras. *Minha Cidade - Vitruvius*, Abril.I(117.01).

Paviani, A., 2012. Brasília, capital (ainda) polinucleada. Em: A. X. (org.) & J. K. (org.), eds. *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 427-433.

Paviani, A., 2015. Brasília, a geografia da capital e da metrópole. *Vitruvius (Minha Cidade)*, Volume 16, p. x.

PDAD - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (2014) Codeplan.

Penerai, P., Castex, J. & Depaule, J.-C., 2013. *Formas urbanas: a dissolução da quadra*. 1 ed. Porto Alegre: Bookman.

Petitfils, J.-C., 1977. *Os socialismos utópicos*. São Paulo: Círculo do Livro (licença editorial da Zahar Editores).

Porphyrios, D., 2013[1989]. A pertinência da arquitetura clássica. Em: K. N. (org.), ed. *Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965-1995)*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 109-114.

Prédios restringem entrada de prestadores de serviços por medo de assaltos (2015) Correio Braziliense.

Ribeiro, E., Saboia, L. & Medeiros, A. E., 2010. *Brasília's Aporia: the phenomenon of gated communities*. Hamburgo: 17th Conference International Seminar on Urban Form.

Ricoeur, P., 1998. Architecture et narrativité. *Urbanisme*, x Novembro-Dezembro, Issue 303, pp. 44-51.

Schlee, A. R., 2014. Narrativas históricas e culturais de Brasília. Em: L. S. (org.) & M. F. D. (org.), eds. *Brasília 50+50: cidade, história e projeto*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, pp. 18-28.

Scocuglia, J. B. C., 2010. *Espaços públicos e urbanidades: refletindo acerca da renovação epistêmica nos estudos sobre as cidades contemporâneas*. Rio de Janeiro: ENANPARQ.

Secchi, B., 2012. *Primeira lição de urbanismo*. São Paulo: Perspectiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Governo do Distrito Federal, 2007. *Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal* - Documento Técnico Versão Final, Brasília: Governo do Distrito Federal.

Sennett, R., 1977. *The fall of public man*. New York: Norton.

Serpa, A., 2013. *O espaço público na cidade contemporânea*. 2ª ed. São Paulo: Contexto.

Serrano, A. d. F., 2010. *O processo de verticalização em espaços urbanos: o exemplo de Águas Claras-DF*. Porto Alegre, Associação dos Geógrafos Brasileiros, pp. 1-11.

Silva, M. A. S., 2016. *A especulação imobiliária descaracterizando uma ideia: o caso de Águas Claras, no DF*. Porto Alegre, Anais do IV ENANPARQ.

Simmel, G., 1987. A metrópole e a vida mental. Em: *O fenômeno urbano*. Quarta ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, pp. 11-25.

Simmel, G., 2014(1896). O dinheiro na cultura moderna. Em: *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB, pp. 23-40.

Simmel, G., 2014. O indivíduo e a liberdade. Em: *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB, pp. 107-115.

Souza, J., 2014. Crítica do mundo moderno em Georg Simmel. Em: *Simmel e a Modernidade*. Brasília: Editora UnB, pp. 9-20.

Stoyanov, P., 2004. *Private residential neighbourhoods in Bulgaria: a new trend in post communist urban development*. New Orleans: University of New Orleans.

Tenório, G. d. S., 2012. *Ao desocupado em cima da ponte. Brasília, arquitetura e vida pública*. Brasília: Universidade de Brasília (Tese de Doutorado).

Tonkiss, F., 2005. *Space, the City and Social Theory: Social relations and urban form*. Cambridge: Polity Press.

Tonkiss, F., 2013. *Cities by design: the social life of urban form*. Cambridge:

Polity Press.

Topalov, C., 1996. Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século XX. Em: O. L. C. d. Q. R. e R. Pechman, ed. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Turkienicz, B. & Comas, C. E., 2012. Brasília, história e análise. Em: A. X. (org.) & J. K. (org.), eds. *Brasília - antologia crítica*. São Paulo: Cosac Naify, pp. 348-354.

Venturi, R., 2004[1966]. *Complexidade e contradição em arquitetura*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes.

Vidal, L., 2009. *De Nova Lisboa a Brasília: a invenção de uma capital*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Villar et Houaiss, A. e. M. d. S., 2001. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª Edição ed. Rio de Janeiro: Editora Objetiva.

Webster, C., 2004. *Asia's modern gated cities*. New Orleans: University of New Orleans.

Webster, C., 2005. *Territory, control and enclosure*. Pretoria: International Symposium.

Williams, R., 2007. Brasília depois de Brasília. *Arquitextos*, 083.00(07).

Wirth, L., 1938. Urbanism as a Way of Life. *The American Journal of Sociology*, x Julho, Volume 44, pp. 1-24.

Zimbres e Reis Arquitetos, A., 1991. *Memorial Descritivo do Bairro Águas Claras - MDE 220/90*. Brasília: Governo do Distrito Federal.

Zimbres, P., 1991. *Projeto Águas Claras - um exercício de urbanismo no Distrito Federal*. Brasília: Apresentação de Power Point.

Anexo 01

Olá!

Este questionário é parte de um levantamento para uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília e ao Laboratório de Estudos da Urbe – FAU/UnB. O tempo estimado para preenchimento é de 10 a 15 minutos. Além disso, as respostas serão utilizadas somente pelo pesquisador responsável e o seu anonimato é completo. Logo, por favor, seja extremamente sincero em suas respostas. Conto com a sua participação!

O objetivo é coletar algumas informações sobre os moradores de Águas Claras e conhecer melhor suas impressões relacionadas à cidade/ bairro, à forma como a utilizam e o que pensam dela.

Ao terminar de responder, peço que deixe o questionário na portaria de seu edifício/condomínio. No dia __/__/__ ele será coletado.

Caso não queira participar, peço, por favor, que deixe o questionário em branco na portaria de seu edifício/ condomínio para que

posteriormente seja coletado.

Desde já agradeço a paciência e a disposição!

Caso haja alguma dúvida ou maior interesse na pesquisa, por favor, entre em contato!

Você pode enviar um e-mail para: lucasbrasilp@gmail.com

Obrigado!

Lucas Brasil

Início do questionário

1. Qual é a sua faixa etária?

- 18-24 anos
- 25-30 anos
- 31-40 anos
- 41-50 anos
- 51-60 anos
- 61-70 anos
- 71-80 anos
- Mais de 80 anos

2. Qual o seu sexo?

- Feminino
- Masculino

3. Qual é a sua escolaridade?

- Pós-Graduação – Doutorado
- Pós-Graduação – Mestrado
- Pós-Graduação – Especialização
- Nível Superior Completo
- Nível Técnico Completo
- Nível Médio Completo
- Nível Fundamental Completo
- Nenhuma das anteriores

4. Caso tenha feito um curso técnico ou superior, poderia

dizer qual é?

5. Qual é a sua ocupação/ emprego atual?
6. Quais são seus Estado e Cidade de origem?
7. Desde a data em que você vive no DF, sempre residiu em Águas Claras?
- Sim. Nesse caso, por favor, pule para a questão 9.
- Não
8. Caso não tenha sempre residido em Águas Claras, mas já tenha morado em outra Região Administrativa/ Bairro/ Cidade do DF, qual (quais) foi (foram) ela (s)?
9. Quantas pessoas, contando com você, vivem em seu apartamento?
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6 ou mais
10. O que você menos gosta ou, definitivamente, não gosta em seu condomínio/ edifício?
11. O que você mais gosta em seu condomínio/ edifício?
12. Do que você sente falta e/ ou o que mudaria em seu condomínio/ edifício?
13. Você utiliza transporte público ou particular?
- Público e particular.
- Somente público.
- Somente privado. Nesse caso, por favor, pule para a questão 15.

14. Qual(quais) transporte(s) público(s) você utiliza?
15. Você costuma se deslocar a pé em Águas Claras?
- Sim
- Não
16. Por favor, indique brevemente o porquê de sua opção por se deslocar ou não a pé em Águas Claras.
17. Você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra ou das proximidades?
- Sim
- Não. Nesse caso, por favor, pule para a questão 21.
18. Com que frequência (em dias por semana, em média)?
- 1 dia
- 2 dias
- 3 dias
- 4 dias
- 5 dias
- 6 dias
- Todos os dias
- Somente aos finais de semana (sábado e/ ou domingo)
19. Com qual finalidade você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra? Nessa questão, por favor, selecione quantas opções achar conveniente. Não há limitação.
- Passear com animais de estimação
- Praticar esportes
- Para contemplação, relaxar
- Para o lazer das crianças
- Para ler ou estudar

Para encontrar amigos ou vizinhos

Nesse caso, por favor, especifique a atividade de:

20. O que você acha da área pública/ praça de sua quadra (independentemente de utilizá-la ou não)?

21. Quais dos seguintes equipamentos seu condomínio/ edifício possui? Marque todos aqueles que estiverem presentes em seu condomínio/ edifício.

- Cinema
- Quadra poliesportiva
- Piscina infantil
- Piscina adulta
- Sauna
- Campo de futebol ou de futebol society
- Praça
- Área de lazer infantil (playground)
- Lavanderia
- Campo ou mini-campo de golfe
- Salão de festas/ eventos
- Salas de estudos
- Academia de musculação e/ ou ginástica
- Minicidade
- Restaurante(s) e/ ou lanchonete(s)
- Auditório
- Espaço gourmet
- Brinquedoteca
- Churrasqueiras
- Comércio agregado
- Salão de jogos (sinuca, pebolim, ping-pong, etc.)

- Quadra de tênis ou de squash
- Serviço de segurança
- Sem serviço de segurança. Conta apenas com porteiro
- Outros. Por favor, especifique:

22. Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 equivalente a “Não gosto” e 10 equivalente a “Gosto muito”, quanto você diria que gosta de Águas Claras?

- 0
- 1
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7
- 8
- 9
- 10

23. O que você mais gosta em Águas Claras? Por favor, justifique brevemente.

24. O que você menos gosta, ou definitivamente não gosta, em Águas Claras? Por favor, justifique brevemente.

Anexo 02

Respostas ao questionário: Total 47

1. Qual é a sua faixa etária?

- [04] 18-24 anos
- [09] 25-30 anos
- [13] 31-40 anos
- [12] 41-50 anos
- [09] 51-60 anos
- [00] 61-70 anos
- [00] 71-80 anos
- [00] Mais de 80 anos

2. Qual o seu sexo?

- [25] Feminino
- [22] Masculino

3. Qual é a sua escolaridade?

- [02] Pós-Graduação – Doutorado
- [03] Pós-Graduação – Mestrado
- [16] Pós-Graduação – Especialização
- [24] Nível Superior Completo
- [00] Nível Técnico Completo
- [02] Nível Médio Completo
- [00] Nível Fundamental Completo
- [00] Nenhuma das anteriores

4. Caso tenha feito um curso técnico ou superior, poderia dizer qual é?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados:

- Direito: 09
- Administração: 08
- Engenharia civil: 02
- Engenharia (conforme informado pelos entrevistados): 01
- Medicina/ médico/ médica: 07
- Enfermagem/ enfermeira: 03
- Fisioterapia: 01
- Odontologia: 02
- Engenharia florestal: 01
- Ciência política: 01
- Ciência da computação: 01
- Arquitetura e Urbanismo: 03
- Contabilidade: 02
- Ciências econômicas/ economia: 04

5. Qual é a sua ocupação/ emprego atual?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados e aglutinados por semelhança:

- Funcionário(a) público(a)/ servidor(a) público(a): 23
- Dentista/ Sou cirurgião dentista: 02
- Advogado(a)/ advocacia/ trabalho em escritório de advocacia: 04
- Médico(a)/ Consultório médico: 04
- Trabalho no Ministério da Fazenda: 01
- Trabalho em hospital/ hospital: 02

- Policial: 01
- Trabalho no STJ: 01
- Estudante: 02
- Autônomo: 03
- Arquiteto: 01
- Gestão de pessoas: 01
- Servidor do GDF: 01
- Trabalho por conta própria: 01

6. Quais são seus Estado e Cidade de origem?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve nomes de cidades que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever):

- Rio de Janeiro, RJ: 4
- São Paulo, SP: 6
- Brasília, DF: 17
- Taguatinga, DF: 5
- Belo Horizonte, MG: 2
- Patrocínio, MG: 1
- Recife, PE: 1
- Goiânia, GO: 5
- Paracatu, MG: 1
- Ribeirão Preto, SP: 1
- Teresópolis, RJ: 1
- Teresina, PI: 1
- Palmas, TO: 1
- Maceió, AL: 1
- Nome da cidade ilegível: 2 (Estados: GO: 1; RJ: 1)

7. Desde a data em que você vive no DF, sempre residiu em Águas Claras?

[11] Sim. Nesse caso, por favor, pule para a questão 9.

[36] Não

8. Caso não tenha sempre residido em Águas Claras, mas já tenha morado em outra Região Administrativa/ Bairro/ Cidade do DF, qual (quais) foi (foram) ela (s)?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (há mais de 36 ocorrências devido ao fato de que alguns entrevistados residiram em mais de um local no DF):

- Plano Piloto: 08
- Brasília : 05
- Lago Sul: 02
- Cruzeiro: 04
- Guará: 04
- Taguatinga: 08
- Ceilândia: 02
- Samambaia: 01
- Sudoeste: 04
- Asa Sul: 05
- Asa Norte: 02
- Park Way/ SMPW : 02
- Vicente Pires: 01

9. Quantas pessoas, contando com você, vivem em seu apartamento?

[06] 1

[11] 2

[14] 3

[13] 4

[03] 5

[00] 6 ou mais

10. O que você menos gosta ou, definitivamente, não gosta em seu condomínio/ edifício?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Há mais de 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta. Elas estão aglutinadas por semelhança:

- Nada/ Não há/ Não tem nada/ Tudo está ótimo/ Nada me incomoda/ Não vejo problemas/ Não penso em nada/ Tudo bom/ Sem problemas/ Sem problema/ Não tem/ Gosto de tudo/ Nada para reclamar/ Não tenho do que reclamar/ Tudo está bom/ Tudo é ok: 31
- Barulho de vizinhos/ Vizinhança barulhenta/ Crianças que fazem muito barulho/ Barulho/ Ruído/ Barulho excessivo/ Meu vizinho sem noção com música alta/ Barulheira: 11
- Valor do condomínio/ Preço do condomínio/ Condomínio caro/ Condomínio muito caro/ Condomínio careiro/ Alto valor do condomínio/ Pago muito caro no condomínio/ Acho o condomínio muito caro: 08
- Conta de água: 01
- Vaga apertada/ Estacionamento pequeno/ Poucas vagas/ Aqui as vagas são ruins/ Minha vaga fica trancada pelo vizinho: 05
- Muitas crianças: 01
- Síndico imbecil/ Meu síndico é um incompetente: 02
- Não posso passear com o cachorro aqui dentro: 01
- Não tem quadra de esportes: 01

11. O que você mais gosta em seu condomínio/ edifício?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Há mais de 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta. Elas estão aglutinadas por semelhança e sentido:

- A segurança/ Acho seguro/ Muita segurança/ Aqui é bem protegido/ Acho muito seguro/ Com certeza a segurança/ Acho que a segurança/ Segurança/ É bem vigiado/ Antes de tudo, a segurança/ Gosto da segurança/ Acho que o fato de me sentir segura/ A segurança é muito boa/ O condomínio é bem vigiado/ A vigilância é boa/ É seguro/ Aqui é possível ficar tranquilo pois é seguro/ Adoro a segurança/ Meu condomínio é seguro/ Considero que a segurança/ Gosto muito da segurança/ É seguro e tranquilo/ Principalmente a segurança/ Gosto porque me sinto seguro: 39
- Aqui é possível ficar tranquilo pois é seguro/ É seguro e tranquilo/ Tranquilidade/ É tranquilo/ Gosto da tranquilidade/ Acho que a tranquilidade/ Gosto da paz e da tranquilidade/ Gosto de ficar tranquilo/ A tranquilidade é o melhor/ Aqui me sinto muito tranquilo/ Nada se compara à tranquilidade aqui/ É tranquilo/ O melhor aspecto é a tranquilidade: 19
- Comodidade/ É cômodo/ É muito cômodo/ Gosto por ser cômodo/ Com certeza a comodidade/ Adoro a comodidade/ O que mais gosto é a comodidade/ O condomínio é muito cômodo/ Esse prédio tem muitas comodidades/ Gosto da comodidade de morar aqui/ Aqui é bem cômodo/ Acho aqui cômodo/ Aqui tem comodidades que só aqui/ Comodidades/ Acho que o que mais gosto é a comodidade/ A comodidade de não

me preocupar com nada: 17

- Paz/ Aqui tenho paz/ Gosto da paz/ Gosta da paz e da tranquilidade: 05
- É prático/ Gosto da praticidade/ Praticidade/ Gosto muito porque acho prático/ Aqui é muito prático: 05
- Conforto/ Acho que o conforto/ Aqui é bem confortável/ Curto muito o conforto daqui/ Acho que também o conforto é ótimo/ Esse conforto de viver aqui é bom/ Gosto do conforto/ Gosto muito do conforto/ É muito confortável/ O conforto/ O fato de ser confortável: 15
- Gosto do shopping aqui perto/ Aqui é perto do shopping/ O condomínio é perto do shopping/ O shopping estar aqui ao lado é ótimo também/ Gosto de ter o shopping perto/ É próximo ao shopping/ Shopping aqui perto é a melhor coisa/ Amo o shopping aqui perto, a melhor parte/ O shopping do lado/ Gosto muito do shopping ser perto/ Aqui é bom porque tem o shopping perto/ Dar pra ir a pé pro shopping/ O shopping fica a 5 minutos/ O shopping perto/ A localização perto do shopping/ Ser situado próximo ao shopping/ Ser perto do shopping/ É bom também ter o shopping perto/ Do shopping perto/ Ter o shopping do lado: 21
- O metrô fica pertinho/ Ter o metrô do lado/ A estação Águas Claras é perto/ É possível ir a pé até o metrô/ Bem perto do metrô/ Do lado da Águas Claras/ A estação de metrô é perto/ É perto do metrô/ Perto do metrô: 09
- Aqui tem muito para se distrair no prédio/ As opções de lazer/ As instalações pra lazer e esporte/ Gosto da sala de jogos/ Adoro o salão com jogos variados/ Gosto das opções de lazer: 08
- Pão de Açúcar do lado/ Perto do Pão de Açúcar/ O mercado é aqui do lado/ Dá pra ir no mercado rápido: 04

- A praça da quadra/ O parquinho da praça pra levar meu filho: 02
- Gosto do silêncio aqui: 01
- A administração aqui é muito boa: 01
- Gosto da vizinhança/ Gosto dos meus vizinhos/ Os vizinhos são muito queridos: 03
- Ter duas vagas não tem preço: 01
- A piscina do prédio é ótima: 01
- O cinema aqui é muito bom: 01
- Gosto da sala de estudos, uso muito ela: 01

12. Do que você sente falta e/ ou o que mudaria em seu condomínio/ edifício?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Há mais de 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta. Elas estão aglutinadas por semelhança e sentido:

- Nada/ Não mudaria nada/ Não tem o que mudar/ Está ótimo/ Não quero mudar nada/ Acho que nada/ Não saberia dizer/ Não sei/ Acho que não mudaria nada/ Gosto muito daqui/ Não quero que nada mude/ Prefiro que fique assim/ Pra que mudar?/ Não quero mudar uma vírgula/ Aqui é ótimo Nada mesmo/ Eu não mudaria nada/ Não gostaria que nada mudasse/ Preferiria não mudar/ Acho que está bom como está/ Nada a declarar: 38
- Teria mais vagas/ Mais vagas/ Mais garagem/ Colocaria mais vagas/ Preferiria colocar mais vagas/ Acho que aumentaria a garagem/ Alargaria as vagas/ Deixaria as vagas maiores/ Daria mais vagas pra cada morador/ Acho que as vagas/ As vagas/ Tem poucas vagas, colocaria

mais/ Vagas: 15

- Queria seguranças armados/ Armas para os seguranças/ Mudaria a segurança para armados para ter mais segurança: 03
- Construiria quadras de esporte/ Queria quadra de futebol: 02
- Tirava o síndico: 01
- Colocaria o sistema de vigilância para todas as unidades: 01
- Colocaria um transporte coletivo para os moradores irem e virem do trabalho: 01
- Menos crianças: 01
- Disponibilizaria serviço de quarto, que nem hotel: 01
- Isolamento acústico: 01
- Respostas em branco: 06

13. Você utiliza transporte público ou particular?

- [09] Público e particular.
- [02] Somente público.
- [36] Somente privado. Nesse caso, por favor, pule para a questão 15.

14. Qual(quais) transporte(s) público(s) você utiliza?

- [02] Ônibus e metrô
- [07] Metrô

15. Você costuma se deslocar a pé em Águas Claras?

- [09] Sim
- [38] Não

16. Por favor, indique brevemente o porquê de sua opção por se deslocar ou não a pé em Águas Claras.

- Sem justificativa: 13 (09 não), (04 sim).
- C/ justificativa: 34 (5 sim), (29 não).
- **Justificativas não:** “Não, porque é perigoso”; “Não me sinto segura”; “Prefiro ir de carro por ser mais fácil e seguro”; “Por fazer compras prefiro ir de carro para ter como carregar”; “As calçadas são ruins e mal feitas, prefiro ir de carro”; “Não tem iluminação e o caminho é muito ruim”; “Não porque há risco de assalto ou roubo”; “Segurança” (2); “Não acho seguro” (2); “Falta de segurança” (5); “Falta segurança” (3); “Não considero que seja seguro”; “Acho que não é seguro”; “Não iria de jeito nenhum”; “Porque ando de carro”; “Acho que dá muito trabalho, não faz sentido”; “Não parei pra pensar sobre o assunto”; “Gosto de ir tranquila”; “Não gosto de caminhar por aqui”; “Não tem segurança aqui”; “É perigoso andar a pé aqui”.
- **Justificativas sim:** “Porque tudo é perto”; “Acho que é mais prático”; “Porque tudo é por aqui perto”; “Gosto mais”; “Pois é mais tranquilo e tudo é tão próximo”.

17. Você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra ou das proximidades?

- [12] Sim
- [35] Não. Nesse caso, por favor, pule para a questão 21.

18. Com que frequência (em dias por semana, em média)?

- [03] 1 dia
- [02] 2 dias
- [02] 3 dias
- [01] 4 dias
- [03] 5 dias
- [01] 6 dias
- [00] Todos os dias

- [00] Somente aos finais de semana (sábado e/ ou domingo)

19. Com qual finalidade você costuma utilizar a área pública/ praça de sua quadra? Nessa questão, por favor, selecione quantas opções achar conveniente. Não há limitação.

- [10] Passear com animais de estimação
 [00] Praticar esportes
 [00] Para contemplação, relaxar
 [04] Para o lazer das crianças
 [00] Para ler ou estudar
 [00] Para encontrar amigos ou vizinhos
 [00] Outros

20. O que você acha da área pública/ praça de sua quadra (independentemente de utilizá-la ou não)?

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Há mais de 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta. Elas estão aglutinadas por semelhança e sentido:

- Indiferente/ Não sei dizer/ Tanto faz: 08
- Acho legal/ Eu gosto bastante/ Considero muito boa e agradável/ Muito boa/ Muito legal/ Bem legal/ É boa/ É ok/ Acho bacana/ Legal/ Acho que é interessante/ Muito bom: 01
- Acho que é bem conservada/ É limpa e bem cuidada/ É bem limpa/ Está em bom estado/ É bem conservada/ Está bem tratada: 07
- Acho muito pouco utilizada/ Acho mal usada/ Lá tem pouco uso/ Acho que ninguém costuma usar a praça/

Acho meio inútil já que quase ninguém usa/ Acho que é pouco usada/ Eu acho que pouca gente usa: 07

- Poderia ser um estacionamento público, seria mais útil: 01
- Acho que não tem atrativos/ Acho que falta uma quadra de esportes/ Muito sem graça, não tem quadra ou estrutura para esportes: 03
- Resposta em branco: 24

21. Quais dos seguintes equipamentos seu condomínio/ edifício possui? Marque todos aqueles que estiverem presentes em seu condomínio/ edifício.

- [01] Cinema
 [09] Quadra poliesportiva
 [05] Piscina infantil
 [08] Piscina adulta
 [02] Sauna
 [00] Campo de futebol ou de futebol society
 [03] Praça
 [25] Área de lazer infantil (playground)
 [09] Lavanderia
 [00] Campo ou mini-campo de golfe
 [45] Salão de festas/ eventos
 [12] Salas de estudos
 [18] Academia de musculação e/ ou ginástica
 [00] Minicidade
 [00] Restaurante(s) e/ ou lanchonete(s)
 [00] Auditório
 [00] Espaço gourmet
 [07] Brinquedoteca

- [09] Churrasqueiras
- [00] Comércio agregado
- [29] Salão de jogos (sinuca, pebolim, ping-pong, etc.)
- [02] Quadra de tênis ou de squash
- [19] Serviço de segurança
- [28] Sem serviço de segurança. Conta apenas com porteiro
- [00] Outros. Por favor, especifique:

22. Em uma escala de 0 a 10, sendo 0 equivalente a “Não gosto” e 10 equivalente a “Gosto muito”, quanto você diria que gosta de Águas Claras?

- [00] 0
- [04] 1
- [00] 2
- [04] 3
- [01] 4
- [07] 5
- [05] 6
- [10] 7
- [12] 8
- [04] 9
- [00] 10

23. O que você mais gosta em Águas Claras? Por favor, justifique brevemente.

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Não há exatas 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta e outros não responderam. Elas estão

aglutinadas por semelhança e sentido:

- É uma cidade segura/ Aqui é seguro/ A segurança/ A segurança daqui/ O fato de aqui ser seguro/ Aqui é muito seguro/ A segurança aqui é muito boa/ É bem seguro por aqui/ A segurança é alta/ Considero que a segurança/ Para mim o melhor é a segurança/ Gosto muito da segurança/ O melhor de Águas Claras é a tranquilidade e a segurança: 16
- Tudo/ Acho que gosto de tudo/ Gosto de tudo/ Gosto de tudo por aqui/ Gosto de tudo aqui/ Gosto de tudo em Águas Claras: 19
- Gosto muito do parque/ Do parque/ Gosto do parque: 04
- As facilidades: 01
- Gosto da paisagem: 01
- Gosto que tudo é perto/ Tudo é próximo/ Aqui tudo é bem perto de casa: 03
- Gosto muito do comércio daqui/ O comércio é o que mais gosto/ Acho que do comércio/ A variedade do comércio: 04
- Respostas em branco: 06

24. O que você menos gosta, ou definitivamente não gosta, em Águas Claras? Por favor, justifique brevemente.

Por ocorrência nas palavras usadas pelos entrevistados (houve palavras que ficaram ilegíveis nos questionários e não foi possível transcrever). Não há exatas 47 ocorrências, visto que alguns entrevistados concederam mais de uma resposta e outros não responderam. Elas estão aglutinadas por semelhança e sentido:

- Do trânsito/ Eu odeio o trânsito de Águas Claras/ O

pior da cidade é o trânsito/ Realmente não gosto do trânsito/ O trânsito é horrível/ O trânsito é péssimo/ Não gosto do trânsito/ Acho que do trânsito/ Do trânsito, tem muito engarrafamento/ O trânsito é muito ruim/ Transitar é péssimo/ Aqui tem muitos engarrafamentos, é o maior problema/ Não consigo gostar de nada por conta do trânsito: 13

- A falta de segurança/ O perigo/ A cidade é perigosa/ Não gosto da falta de segurança/ Acho que o pior é a falta de segurança/ Acho que o que realmente me incomoda é a falta de segurança: 09
- Acho a arquitetura muito feia: 01
- Nada/ Gosto de tudo/ Não tem nada que eu não goste/ Não tem algo que eu realmente não goste/ Eu gosto de tudo/ Tudo aqui é ótimo: 22
- Barulho, principalmente à noite/ Barulho na praça/ Arruaceiros que usam a praça/ Odeio a bagunça que fazem na praça/ Não gosto quando fazem baderna na praça/ Barulheira na praça à noite: 8
- Meu síndico: 01
- Respostas em branco: 07